



**ANA CATARINA  
PEREIRA ISIDORO**

**URBANISMO TÁTICO: DESAFIOS AO  
PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO**

**TACTICAL URBANISM: CHALLENGES TO  
TERRITORIAL PLANNING**



**ANA CATARINA  
PEREIRA ISIDORO**

**URBANISMO TÁTICO: DESAFIOS AO  
PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO**

**TACTICAL URBANISM: CHALLENGES TO  
TERRITORIAL PLANNING**

dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planeamento Regional e Urbano, realizada sob a orientação científica do Dr. José Carlos Mota, Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro, e coorientada sob a orientação científica do Dr. Fernando Nogueira, Professor Auxiliar, do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro.

## **o júri**

presidente

Prof. Doutor Gonçalo Alves de Sousa Santinha  
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Frederico Amado de Moura e Sá  
Professor Auxiliar Convidado da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor José Carlos Baptista da Mota  
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

## **agradecimentos**

Gostaria de agradecer ao Professor Doutor José Carlos Mota cujo apoio, a disponibilidade e a confiança depositada contribuíram decisivamente para o desenvolvimento deste trabalho. Ao Professor Doutor Fernando Nogueira pelo auxílio demonstrado ao longo desta investigação. A ambos a oportunidade de integrar o Programa CPIP que muito contribuiu para o enriquecimento da minha formação profissional e científica.

## palavras-chave

Urbanismo Tático, planeamento, participação, comunidade, revitalização, CPIP, Vivó Bairro.

## resumo

O objetivo principal desta investigação é avaliar o potencial das metodologias de urbanismo tático para a reflexão sobre o planeamento urbano e seu contributo para a promoção da participação e revitalização da cidade.

Assente num modelo tese em formato de projeto, esta dissertação desenvolve-se em torno de cinco elementos principais. O primeiro é constituído por uma reflexão sobre o conceito de urbanismo tático e as principais características associadas a esta abordagem. No segundo ponto analisam-se os desafios que o planeamento enfrenta atualmente, onde se destaca a necessidade de mudança da atual prática de planeamento do território e o papel que o urbanismo tático pode desempenhar para o desenvolvimento de novas perspetivas de planeamento. No terceiro momento, discute-se a relevância das metodologias de participação, ou seja de abordagens que vão para além da consulta pública, incentivando a participação ativa dos cidadãos, e como é que as intervenções táticas fomentam o envolvimento efetivo das comunidades. O quarto elemento, reflete sobre a necessidade de revitalização da cidade, mais especificamente dos centros históricos, sublinhando-se as dificuldades que a abordagem tradicional de planeamento tem vindo a demonstrar na resposta aos problemas e especificidades locais. A última parte reflete os resultados e aprendizagens do trabalho desenvolvido no âmbito do programa *Community Participation in Planning*/Participação da Comunidade no Planeamento (CPIP) e do projeto-piloto Vivó Bairro implementado no âmbito do mesmo, em Aveiro. Com base na reflexão desenvolvida, conclui-se que pelas características que lhe estão associadas – flexibilidade, *bottom-up*, baixo custo, pequena escala e experimentação – o urbanismo tático pode ser uma ferramenta útil para a prática do planeamento do território.

**keywords**

Tactical urbanism, planning, participation, community, revitalization, CPIP, Vivó Bairro.

**abstract**

The main objective of this research is to explore the potential of tactical urbanism methodologies for urban planning and its contribution to the promote participation and city revitalization.

Based on an “action-research project” methodology this thesis is structured around five key elements. The first is a reflection on the concept of tactical urbanism and the main characteristics related to this approach.

Secondly, it analyses the challenges that planning is facing nowadays, underlining the need to change the current planning practice and the role that tactical urbanism can play in developing new planning perspectives.

In the third part, the discussion is centred on the relevance of participatory planning models, i.e. models that go beyond public consultation, and how tactical interventions can foster effective community involvement.

The fourth element is about urban revitalization processes and the difficulties that the traditional planning approach has shown in responding to local problems and specificities.

The fifth element, reflects the work carried out under the Community Participation in Planning (CPiP) program and the implementation of the pilot project - Vivó Bairro, in Aveiro.

Based on the reflection developed, it is concluded that due to the characteristics associated with it - flexibility, bottom-up, low cost, small scale and experimentation - tactical urbanism can be a useful tool in planning practice.

## ÍNDICE

ÍNDICE .....	i
ÍNDICE DE FIGURAS .....	iii
LISTA DE ABREVIATURAS UTILIZADAS .....	iv
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO .....	1
1.ENQUADRAMENTO, OBJETIVOS E QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO .....	1
2. METODOLOGIA E ESTRUTURA DA TESE .....	3
CAPÍTULO II – QUADRO TEÓRICO: URBANISMO TÁTICO .....	6
1.URBANISMO TÁTICO, ORIGEM E CONCEITO .....	6
1.1. Origem.....	6
1.2. Conceito(s) .....	7
1.2. Risco(s) .....	11
2. URBANISMO TÁTICO COMO RESPOSTA À CRISE DO PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO.....	12
2.1.Planeamento do Território: práticas e problemas.....	12
2.2.Urbanismo Tático como resposta aos problemas do planeamento .....	20
2.3. Urbanismo Tático e o Papel do Planeador .....	22
2.4. O planeamento vs Urbanismo tático .....	25
3. URBANISMO TÁTICO COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE.....	27
3.1. A Participação .....	27
3.2. Comunidade(s) .....	31
3.3. O Urbanismo Tático como forma de promover a participação da comunidade .....	35
4. URBANISMO TÁTICO COMO FORMA DE REVITALIZAÇÃO DA CIDADE.....	37
4.1. A necessidade de revitalização da cidade .....	38
4.2. O Urbanismo Tático como resposta à necessidade .....	43
CAPÍTULO III – ESTUDO DE CASO: VIVÓ BAIRRO.....	46
1. MODELO TESE EM FORMATO DE PROJETO .....	46

2. ENQUADRAMENTO “PLANEAMENTO/PARTICIPAÇÃO/REVITALIZAÇÃO” EM AVEIRO .....	47
3. CPIP AVEIRO .....	51
3.1. Metodologia CPIP Aveiro .....	52
4. O PROJECTO-PILOTO VIVÓ BAIRRO.....	57
4.1.Enquadramento do Bairro Histórico.....	58
4.2. Objetivos do Projeto-piloto.....	64
4.3. Metodologia .....	65
4.4. Atividades VIVÓ BAIRRO .....	72
4.5.Resultados .....	81
4.6.Aprendizagens .....	87
CAPÍTULO IV – CONCLUSÕES .....	90
1. PROPOSTA DE METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO .....	90
2.CONSIDERAÇÕES PARA A PRÁTICA DE PLANEAMENTO .....	96
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100
ANEXOS.....	106



## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Metodologia da dissertação .....	3
Figura 2: Espectro do Urbanismo Tático .....	10
Figura 3: Intervenção Tática do New York City Department of Transportation em Brooklyn .....	23
Figura 1: Instalação de sinalética em Raleigh .....	24
Figura 5: Recomendações para intervenções táticas.....	25
Figura 6: Características do Urbanismo vs Planeamento .....	27
Figura 7: “Escada da Participação” de Arnstein .....	28
Figura 8: Benefícios do envolvimento.....	34
Figura 9: O UT e a participação da comunidade.....	37
Figura 10: O UT e a Revitalização Urbana .....	45
Figura 11: Artigo no Diário de Aveiro e grupos de trabalho no evento CPIP, em Aveiro .....	52
Figura 12: Resultados do Jogo de Palavras – CPIP Aveiro .....	53
Figura 13: Formulário Online .....	54
Figura 14: Resultados Formulário Online – Comunidade de Lugar.....	55
Figura 15: Resultados Formulário Online – Comunidade de Interesse.....	55
Figura 16: Resultados Formulário Online – Comunidade de Prática.....	56
Figura 17: Sessão de discussão dos Projeto-piloto.....	57
Figura 19: O Bairro Histórico de Aveiro.....	57
Figura 20: Monumentos Bairro Histórico.....	58
Figura 21: Há quem queira os carros de volta à Rua Direita”, DA - Fevereiro de 2013.....	59
Figura 22: Construção do parque de estacionamento na Praça Marquês de Pombal .....	59
Figura 23: Estacionamento Praça Marquês de Pombal .....	60
Figura 24: Notícia sobre a Rua Direita.....	60
Figura 25: Mapa Devolutos Bairro Histórico 2016.....	61
Figura 26: Logotipo da Associação CORDA.....	62
Figura 27: Análise SWOT Bairro Histórico.....	63
Figura 28: Divulgação da Assembleia Vivó Bairro .....	67
Figura 29: Sonhos Coletivos e Recursos do Bairro Histórico .....	68
Figura 30: Mapeamento Bairro Histórico .....	69
Figura 31: Workshop Vivó Bairro – construção coletiva do programa.....	70
Figura 32: Sessão de trabalho visita de estudo CPIP .....	71
Figura 33: Cartaz Vivó Bairro .....	72
Figura 34: Programa Vivó Bairro .....	72
Figura 35: Exemplos de Atividades Brincar no Bairro.....	73
Figura 36: Exposição Fotográfica em loja devoluta.....	74
Figura 37: Instalação - Recriação da Portas da Muralha do Bairro Histórico.....	75
Figura 38: Workshop de Cerâmica .....	75
Figura 39: Instalação Comunitária de Inspiração Marítima .....	76
Figura 40: Bancos Ilustrados no Bairro Histórico.....	77
Figura 41: Caixas Elétricas Ilustrados no Bairro Histórico .....	77
Figura 42: Jantar Comunitário no Largo de S.Braz .....	78
Figura 44: Sessão de Balanço Vivó Bairro .....	78
Figura 45: Esquema da Metodologia VIVÓ BAIRRO .....	80
Figura 46: Resultados Vivó Bairro no planeamento .....	83
Figura 47: Resultados VIVÓ BAIRRO na participação da comunidade.....	85
Figura 48: Resultados VIVÓ BAIRRO na revitalização urbana.....	87
Figura 49: Etapas da proposta de metodologia.....	90
Figura 50: Proposta de estratégia de diagnóstico .....	91

Figura 51: Proposta de estratégia de envolvimento da comunidade.....	92
Figura 52:Proposta de estratégia de implementação .....	93
Figura 53:Proposta de estratégia de monotorização.....	95

## **LISTA DE ABREVIATURAS UTILIZADAS**

CPIP – *Community Participation in Planning*

IT - Itália

PROCOM – Programa de Apoio à Modernização do Comércio

PRAUD - Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Degradadas

PROSIURB - Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à  
Execução dos Planos Diretores Municipais

PT - Portugal

RU – Reino Unido

UA – Universidade de Aveiro

UT – Urbanismo Tático

## CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

### 1.ENQUADRAMENTO, OBJETIVOS E QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

A atual crise económica e social aliada à crescente falta de recursos das instituições públicas colocam novos desafios ao planeamento do território e gestão urbana. A necessidade de responder aos complexos problemas que as cidades enfrentam atualmente tem contribuído para o aparecimento de abordagens e metodologias alternativas ao sistema tradicional de planeamento.

O termo urbanismo tático começou a ser difundido a partir de 2010-2011, quando um grupo de jovens urbanistas criou a publicação: *Tactical Urbanism: Short Term Action, Long Term Change*, que reuniu vários projetos temporários no espaço público de diferentes cidades na América do Norte. Os autores definem-no como intervenções de pequena escala e curta duração implementadas para inspirar mudanças a longo prazo (Lydon, Bartman, Woudstra, & Khawarзад, 2011, p.2).

Apesar de ter sido nomeado como uma das tendências de planeamento em 2011-12 (Nettler, 2011), o debate sobre o urbanismo tático tem-se desenvolvido mais nos campos do *design* e arquitetura, sugerindo que o planeamento urbano tem ignorado o crescimento deste tipo de abordagens.

Na literatura (Alisdairi, 2014; Benner, 2013), o urbanismo tático surge como uma crítica ao *status quo* do sistema de governança urbana, ao defender a ideia de que os cidadãos devem ter mais voz e controle sobre a produção do espaço urbano. A ineficiência da burocracia é também apontada como uma das razões para os cidadãos assumirem a responsabilidade de melhorar o seu território, refletindo a consciência crescente de que os processos tradicionais de planeamento não são suficientemente flexíveis e eficazes na resposta às necessidades locais.

No entanto, segundo diversos especialistas (Brenner, 2015), esta diminuição do papel das instituições públicas acarreta riscos, nomeadamente a internalização por parte do urbanismo tático de uma agenda de interesses particulares, pelo que será conveniente estudar e estabelecer uma direção para enquadrar as táticas informais nos processos formais de planeamento.

A utilização do urbanismo tático como uma ferramenta de planeamento parece ter algum potencial. Os projetos táticos e temporários podem servir como metodologias de avaliação em planeamento, para medir o impacto de intervenções, como formas de consulta à comunidade, em projetos-piloto nos quais os cidadãos podem experimentar uma proposta em vez de consultarem um plano (Pfeifer, 2013, p.58).

Assim, entender estes novos fenómenos de planeamento e transformação da cidade designados pela literatura como Urbanismo Tático é importante não só para os ativistas urbanos mas também para os profissionais e decisores que diariamente trabalham num terreno dinâmico de negociação entre instituições, técnicos e cidadãos.

Esta dissertação assenta num modelo tese em formato de projeto constituída por uma análise crítica de um caso de estudo onde o investigador tenha participado ou sobre qual tenha algum particular interesse. Nesse sentido, esta tese e a sua organização refletem o trabalho desenvolvido no âmbito do programa europeu "*Community Participation in Planning/Participação da Comunidade no Planeamento*" (CPIP) do qual a autora é bolsista, e no projeto-piloto Vivó Bairro implementado no âmbito do mesmo.

O CPIP é um projeto no qual participa a Universidade de Aveiro (PT), em parceria com o Politécnico de Milão (IT), a Universidade de Ulster e a organização *Communtty Places* (RU). Visa estimular a participação e promover a capacitação das comunidades no planeamento do território através da realização de *workshops*, visitas de estudo e implementação de projetos-piloto em cada uma das cidades participantes. O Vivó Bairro é o projeto-piloto de Aveiro, e teve como mote a revitalização urbana e comercial da zona histórica da cidade.

Nesta dissertação procura-se debater o contributo que o urbanismo tático poderá dar na resposta aos problemas que o planeamento do território enfrenta atualmente, bem como, o seu papel na promoção da participação da comunidade e revitalização urbana.

Em síntese, o objetivo geral desta investigação é compreender o lugar e o papel das intervenções táticas dentro do planeamento urbano e o seu potencial e limitações.

Como objetivos específicos propõe-se:

- Aprofundar a discussão sobre o urbanismo tático: conceito(s) e características;
- Refletir sobre a relação do urbanismo tático com o planeamento urbano;
- Discutir os métodos do envolvimento da comunidade na transformação da cidade;
- Refletir sobre o potencial do urbanismo tático para a promoção do envolvimento das comunidades no planeamento urbano;
- Refletir sobre a importância da revitalização urbana – processos e objetivos;
- Refletir sobre o potencial do urbanismo tático para revitalização urbana;
- Avaliar os conteúdos, resultados e aprendizagens das intervenções táticas.

## 2. METODOLOGIA E ESTRUTURA DA TESE

Para responder aos objetivos anteriormente definidos, desenhou-se a seguinte metodologia de investigação:



**Figura 1: Metodologia da dissertação**

Fonte: Elaboração da própria

Na primeira parte, com base na revisão bibliográfica, pretendeu-se explorar o conceito de urbanismo tático e debater sobre os desafios atuais do planeamento do território, a importância do envolvimento da comunidade, e ainda sobre a importância da revitalização urbana. A partir do enquadramento teórico procurou-se identificar os contributos do urbanismo tático para as três dimensões referidas. Apresentou-se a seguir, o estudo de caso - CPIP e do projeto-piloto Vivó Bairro – através do seu enquadramento em Aveiro, e sobre o qual se desenvolveu uma análise à luz da relação estabelecida anteriormente entre o urbanismo tático e o planeamento, envolvimento da comunidade e revitalização urbana. Como conclusão desta dissertação, procurou-se capturar as potencialidades do urbanismo tático e benefícios da sua aplicação à prática de planeamento.

A tese foi organizada segundo a seguinte estrutura:

- Enquadramento e objetivos; metodologia e estrutura
- Urbanismo Tático: origem, conceito e características
- Urbanismo Tático como resposta à crise do planeamento do território
- Urbanismo Tático como instrumento de promoção da participação da comunidade
- Urbanismo Tático como forma de revitalização da cidade
- Caso de estudo: CPIP – VIVÓ BAIRRO
- Proposta de Metodologia de Intervenção Tática

A dissertação está organizada em quatro capítulos. O primeiro, que corresponde ao presente capítulo, é dedicado ao enquadramento do trabalho, à definição do objetivo e perguntas de investigação. São ainda apresentadas a estrutura e metodologia.

O segundo capítulo encontra-se dividido em quatro partes. A primeira parte tem como objetivo apresentar o conceito de urbanismo tático, a sua origem, potencial e riscos. No segundo ponto do capítulo faz-se um enquadramento dos problemas e práticas no planeamento do território e apresenta-se uma leitura sobre as características do urbanismo tático e sua capacidade de resposta aos problemas inerentes à prática tradicional de planeamento. Na terceira parte discutem-se os

conceitos de participação e envolvimento da comunidade, quais os seus objetivos e benefícios no âmbito do planeamento. À semelhança do ponto anterior, analisa-se o urbanismo tático como instrumento de promoção da participação da comunidade. No último ponto deste capítulo reflete-se sobre a necessidade de revitalização das cidades, mais especificamente sobre a importância de manter a vitalidade dos centros históricos e de que forma o urbanismo tático pode contribuir para essa revitalização.

O terceiro capítulo é dedicado ao caso de estudo, pelo que no primeiro ponto se faz o enquadramento do modelo em que assenta esta dissertação. Depois é apresentado o projeto selecionado para estudo de caso – contexto, objetivos, metodologia e resultados.

No último capítulo, e como reflexo do estudo desenvolvido, apresenta-se uma proposta de metodologia de intervenção tática e um conjunto de considerações sobre o urbanismo tático e a sua relação com o planeamento do território.

## CAPÍTULO II – QUADRO TEÓRICO: URBANISMO TÁTICO

### 1.URBANISMO TÁTICO, ORIGEM E CONCEITO

#### 1.1. Origem

Embora o conceito subjacente ao urbanismo tático, nas suas várias manifestações, esteja presente há séculos, uma nova tendência de ativismo urbano tem vindo a manifestar-se nas últimas duas décadas (Benner, 2013, p.7).

Desde 2001, o *Studio Urban Catalyst* de Berlim, que se desenvolveu a partir de um projeto de investigação europeu como o mesmo nome, tem explorado os usos táticos e temporários na europa pós-industrial, no entanto, o termo urbanismo tático só começou a ser usado correntemente a partir de 2010, quando um grupo de jovens urbanistas criou a publicação "*Tactical Urbanism: Short Term Action, Long Term Change*", na qual são apresentados vários projetos temporários no espaço público de diferentes cidades norte americanas. Mike Lydon (Lydon et al., 2011, p.1), responsável pela publicação, define o urbanismo tático como intervenções de pequena escala e de curto prazo que têm como objetivo inspirar mudanças a longo prazo. Autorizadas, ou não, essas ações são comumente referidas como "urbanismo de guerrilha", "*pop-up* urbanismo ", "reparação cidade ", ou "urbanismo *Do It Yourself* ".

Segundo o Brenner (2015) o urbanismo tático surge no contexto de uma crise mais ampla de governação nas cidades contemporâneas em que estados e mercados falharam no fornecimento dos bens públicos de base como a habitação, transportes e espaço público.

No guia "*The Planner 's Guide to Tactical Urbanism*", Pfeifer (2013) enumera as condições que considera contriburem para o crescente interesse no urbanismo tático:

- a incerteza política, económica e ambiental; a desindustrialização das cidades que levou ao aumento de espaços abandonados; e o aumento da mobilidade dos trabalhadores, criaram a necessidade de espaços e usos mais adaptáveis e flexíveis;
- a geração "Milénio" tem um elevado interesse nas cidades, e a facilidade de



partilha de novas ideias e recursos através das redes sociais e internet aumentou a visibilidade dos projetos e levou a uma maior sensibilização entre os cidadãos gerando a convicção de que podem influenciar ativamente as suas comunidades.

- a ineficiência da burocracia também foi identificada como uma razão para os cidadãos assumirem a responsabilidade de melhorar os seus bairros. Há uma consciência crescente de que os processos tradicionais de planeamento não são suficientemente adaptáveis e resistentes para responder às necessidades locais.
- os cidadãos estão interessados em responder ativamente às situações locais. Embora alguns possam optar por contribuir através dos processos tradicionais - consultas públicas - muitos estão a optar por participar diretamente nas suas comunidades, liderando iniciativas locais.

O urbanismo tático aparece assim como um «desafio ao *status quo* do planeamento, podendo representar um ponto de viragem no planeamento e desenvolvimento urbano»(Benner, 2013, p.7), pois e como refere Silva (2016), perante a necessidade de um planeamento mais responsivo, estas iniciativas têm vindo a ser interpretadas como uma alternativa às respostas fornecidas pelas ferramentas formais de planeamento do território.

## **1.2. Conceito(s)**

O urbanismo tático é uma expressão abrangente usada para descrever muitas e diferentes intervenções nas cidades. A implementação a curto prazo, os recursos escassos e o envolvimento dos cidadãos são as suas características principais, que contribuem para o que parece ser o seu desígnio fundamental – a ação (Silva, 2016, p.2).

Para Alisdairi (2014), o urbanismo tático envolve uma diversidade de abordagens, referindo-se a iniciativas de ativação temporária de uma variedade de espaços construídos e não construídos, como por exemplo a revitalização de zonas de comércio, que através da implementação de soluções pouco convencionais mantêm a atividade nas montras e espaços devolutos por períodos curtos de tempo (p.18).

Nesta linha, Silva (2016), resume os significados e qualidades que lhe são atribuídos: em primeiro lugar as ações ocorrem ou podem ocorrer a diferentes escalas; em segundo lugar inclui a criação de modelos para a ocupação e revitalização temporária de espaços abandonados ou em perda nas cidades; em terceiro lugar o urbanismo tático está relacionado com ações informais que muitas vezes ocorrem em limbos jurídicos; em quarto permite testar soluções que de outra forma seriam muito onerosas para implementar; e por último, as intervenções táticas estendem-se a campos muito específicos do urbanismo que podem ir, como vimos, desde ações de ativação de lojas devolutas, até às questões da mobilidade urbana. O autor refere ainda que as intervenções táticas parecem ter em comum o facto de emergirem de processos de baixo para cima e de se desenvolverem num ambiente de informalidade (Silva, 2016). Como explica Alisdairi (2014), estas iniciativas reúnem as partes interessadas - organizações comunitárias, criativos, *start-ups*, ativistas, empreendedores, artesãos, bem como os proprietários dos espaços devolutos - para o propósito comum de melhorar a vitalidade de um lugar. A autora refere ainda que o objetivo de uma intervenção tática não é somente realizar um projeto interessante que venha a ser removido posteriormente pelo município, mas fazer algo - mesmo que temporário - que mude a forma como o lugar é percebido, e ajude a compreender como é que uma intervenção pode ser replicada ou tornada permanente (p.16).

Enquanto abordagem de intervenção na cidade o urbanismo tático possui cinco características:

- Visão: uma abordagem gradual deliberada para instigar a mudança;
- Contexto: partilha de ideias para responder aos desafios de planeamento local;
- Flexibilidade: compromissos a curto prazo e expectativas realistas
- Valor: baixo risco, com possível alto impacto
- Comunidade: desenvolvimento do capital social e a construção de capacidade organizacional entre instituições (públicas / privadas, sem fins lucrativos/ ONGs, etc).

Segundo o Lydon (2012), a melhoria da habitabilidade das cidades começa muitas vezes à escala da rua, bairro ou edifício. Neste contexto, e apesar dos projetos de

grande escala terem o seu lugar, as ações de pequena escala são cada vez mais vistas como uma forma de testar futuros investimentos, permitindo aos atores locais testar novos conceitos antes assumir compromissos políticos e financeiros mais substanciais.

No ensaio *"Is Tactical Urbanism an Alternative to Neoliberal Urbanism?"*, Neil Brenner, (Brenner, 2015) discute os resultados da exposição que esteve patente no MoMA (*The Museum of Modern Art*) em Nova Iorque durante o ano de 2014, com o título *"MoMA exhibition Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities"*. Segundo o autor, vários pensadores urbanos influentes internacionalmente (Barry Bergdoll, Ricky Burdett, Teddy Cruz, Saskia Sassen, Nader Tehrani) fizeram o enquadramento do urbanismo tático, do qual emergiu uma série de pontos de convergência:

- surge no contexto de uma crise mais ampla de governação nas cidades contemporâneas em que ambos estados e mercados falharam no fornecimento de bens públicos de base;
- o urbanismo tático não é um movimento ou técnica unificada, mas antes um conceito que engloba uma gama de projetos urbanos *ad hoc*, emergentes, temporários, experimentais;
- é feito a partir de baixo para resolver questões urbanas emergentes através de intervenções com um cariz organizacional, cultural e ideológico diverso. Ou seja, os planeadores, governos e empresas podem participar e incentivar ativamente o urbanismo tático, mas a sua origem e força motriz estão fora do controle de qualquer grupo de peritos, instituições ou classe social;
- propõe intervenções "acupunturais" imediatas em relação às questões locais consideradas urgentes. O horizonte de tempo é curto e a escala circunscrita ao bairro, rua, edifício;
- a flexibilidade dos projetos contrasta com os planos globais; códigos jurídicos formais, e projetos rígidos de intervenção urbana, permitindo a sua evolução independentemente das mudanças nas condições político-económicas e/ou acordos institucionais;

- promove uma base participativa, uma visão de reestruturação urbana *do-it-yourself*, em que os cidadãos diretamente afetados por um problema se mobilizam para solucioná-lo.

Resumidamente, as intervenções de urbanismo tático permitem criar um laboratório de experimentação e se bem conduzidas, estas alterações de pequena escala, podem funcionar como primeiro passo para alcançar uma mudança mais duradoura. Se implementadas como parte de um processo público podem contribuir para cimentar de forma mais rápida a confiança entre os diferentes grupos de interesse e líderes comunitários, construindo uma consciência pública entre aqueles que normalmente não estão diretamente envolvidos nas intervenções urbanas. Em alguns casos as autoridades locais seguem o exemplo das iniciativas desenvolvidas pelos seus cidadãos, noutros é o próprio município que assume a liderança.



**Figura 2: Espectro do Urbanismo Tático**

Fonte: Tactical Urbanism Vol.2

## 1.2. Risco(s)

O urbanismo tático é frequentemente apresentado como um paliativo para os problemas urbanos aos quais as instituições e procedimentos de planeamento formal não conseguem responder adequadamente.

No entanto, Brenner (2015) alerta para as consequências da retórica anti estatista e anti planeamento associada a algumas intervenções táticas, o que pode na prática, corroer significativamente a sua capacidade de enfrentar os desafios e impedir a desejada mudança a longo prazo. Ao assumir uma agenda de ativismo alternativa às instituições públicas na produção do espaço urbano, o urbanismo tático corre o risco de reforçar regimes neoliberais a que teoricamente se opõem. É fácil perceber esta contradição se considerarmos a corrente do urbanismo neoliberal associada à intensa privatização do espaço público e que chegou mesmo a ser referida como o fim do espaço ou a “suburbanização” do espaço público, criadora de espaços vazios e exclusão (Spataro, 2015, p.190).

Por outro lado, a substituição do papel do estado pode representar uma desregulamentação e a diminuição do investimento na produção do espaço, dando lugar a decisões separadas, sem a dimensão urbana, de pequenos espaços por grupos organizados dispersos (Kogan, 2016).

Segundo Silva (2016), começa a discutir-se se as ações de urbanismo tático são de facto processos de baixo para cima, e se envolvem realmente comunidades no seu todo ou apenas grupos específicos. Esta questão também começa a ser debatida para além do círculo científico, como demonstra o artigo do *Washington Post*, que questiona a quem se destinam as intervenções táticas e como é que a cidadania ativa pode vir a beneficiar todos, concluindo que muitas ações são destinadas exclusivamente a jovens adultos, esquecendo a necessidade de espaços urbanos acessíveis e que acolham todas as idades. O artigo levanta ainda a questão sobre a autoria destas intervenções constatando que a maioria dos “ativistas urbanos” são pessoas altamente especializadas, muitas vezes planeadores ou urbanistas, que pretendem ativar os seus bairros ricos e gentrificados (Hurley, 2016).

## **2. URBANISMO TÁCTICO COMO RESPOSTA À CRISE DO PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO**

Neste ponto pretende-se enquadrar o planeamento do território e a sua prática, bem como os desafios que este enfrenta atualmente, e de que forma novas abordagens como o urbanismo táctico podem contribuir para responder a esses desafios. Esta discussão é apoiada na revisão da literatura e nos conteúdos produzidos no âmbito do programa CPIP.

### **2.1.Planeamento do Território: práticas e problemas**

Aceite como uma atividade do Estado, o “bom planeamento foi assumido como sendo, simultaneamente, do interesse geral, e guardado por especialistas ”(Fainstein, 2005 Cit. Por MCClymont, 2014, p.191). Conceptualizado como um projeto físico ou como um processo científico, durante muito tempo pensou-se que os planeadores poderiam encontrar as soluções urbanas mais acertadas para os problemas da sociedade. Mas, ao não conseguir atingir os resultados desejados, o processo de planeamento liderado pelos especialistas foi alvo de críticas ficando à mercê de interesses individualizados (MCClymont, 2014, p.191). Face a esta situação e perante a exigência de uma maior adequação do planeamento aos vários interesses territoriais emerge uma importante linha de investigação que defende uma planificação “processo”, e uma maior descentralização e democratização do processo de tomada de decisão (Alves, 2014). No entanto, também esta abordagem se mostrou deficiente com um excessivo enfoque no processo em detrimento da ação.

Assim, vive-se atualmente, uma nova fase de descredibilização do planeamento, pelo que urge repensar a teoria e a prática em planeamento, ou seja, uma “reconstrução”, com novos propósitos e competências para promover a mudança no sentido do desenvolvimento, assentes na mobilização e capacitação da sociedade civil.

São vários os problemas, nomeadamente, o facto de o planeamento assentar em planos rígidos e em processos extremamente lentos e burocráticos, com a agravante de posteriormente não ser visível a sua repercussão nos processos de decisão; ou ainda de ser pouco democrático, com processos de participação frágeis. No caso específico do planeamento em Portugal, a situação é agravada pela falta de cultura de

planeamento, sendo muito difícil ao Estado regular ainda mais quando estes coexistem com instrumentos muito mais ágeis como instrumentos financeiros e fundos europeus, profusamente utilizados nas políticas urbanas, que acabam por orientar as decisões e a ação.

Tendo em conta este cenário é importante debater o que é planeamento, os seus desafios e oportunidades. Mas planeamento é uma palavra extremamente ambígua e difícil de definir, como demonstram os resultados do *workshop*, que teve lugar em Belfast, em Novembro de 2015, no âmbito do programa CPIP no qual alunos, professores e profissionais discutiram o conceito:

*“Is a method to organise thoughts and ideas into actions through the zoning and forward management of land use in the public interest. It is also a method to transform a place to be better via having a consciousness of problems and having a specific goal.”*

*“Is a strategic way of working together to create a better living space.”*

*“Process of identifying and choosing paths for a collective future.”*

*“Managing coherence towards evolving visions”*

*“Translating knowledge in to actions – having holistic approaches on the present making a vision of society and territory for the future.”*

Fonte: (Community Participation in Planning CPIP, 2015b)

Como explica, Peter Hall (2002), planeadores de todos os tipos pensam que sabem o que significa pois refere-se ao seu trabalho. O problema é que os planeadores fazem muitas coisas diferentes, e como tal querem dizer coisas diferentes com a mesma palavra. Planeamento parece ser tudo para todas as pessoas. Assim, é importante começar por definir o que exatamente o que estamos a discutir (p.1).

Para definir planeamento, Mota (2013) recorre ao seu significado etimológico: Planeamento surge do latim “planu” ou “planus”, que significa “superfície plana, sem desigualdades” ou ainda, “arranjo, esquema, disposição geral ou projeto”(p.77). Para o autor, a primeira ideia que se retira desta definição é a forte relação entre o planeamento e o plano como seu instrumento privilegiado, onde se define e concebe o ato de planear. Este ato relaciona o presente com o futuro desejado, e pressupõe lidar com três tipos de questões. O presente, com as condições existentes e os meios disponíveis. O futuro, que é o espaço/tempo onde os anseios e motivações se vão concretizar e que também possui um contexto que poderá ser de maior ou menor incerteza. A última questão trata da forma como se liga o presente ao futuro, isto é, como se mobilizam os meios para, através das ações, se alcançarem os objetivos pretendidos (p.78). Assim, e segundo o mesmo autor, o planeamento necessita de alguns requisitos para a sua elaboração:

1. tem de ter um promotor, isto é, tem de existir uma entidade com uma motivação para o desenvolver, assumindo e explicitando objetivos e mobilizando os meios adequados para os atingir;
2. desenvolve-se num contexto particular, normalmente de escassez de meios e de incerteza quanto ao futuro;
3. desenvolve-se sobre um objeto de planeamento, um tema com uma determinada configuração e num determinado palco ;
4. envolve um conjunto de atores com meios diretos ou indiretos e atores destinatários;
5. necessita de métodos para combinar a relação entre objetivos, meios e ação.

Resumidamente, o planeamento é considerado como a atividade desenvolvida por «por um promotor público de planeamento (Estado) que, num determinado contexto e em defesa do interesse coletivo, define objetivos para um determinado objeto de planeamento - o território - mobilizando os meios e os atores necessários e identificando as ações e os instrumentos para os alcançar» (Mota, 2013, p.255).

Segundo Nogueira (2010), a justificação para o planeamento está, numa noção desejável de interesse ou de bem público. Mas o que constitui esse bem público, e como ele é alcançado, tem constituído a base de debate na teoria de planeamento. As



preocupações crescentes com as dimensões éticas da atividade profissional não são da esfera exclusiva dos planeadores. Contudo, a prática tradicional da atividade do planeamento no interior das instituições do sector público dificulta a seleção das ações apropriadas em termos das metas ou dos meios para as alcançar. Para o autor, as dificuldades que a prática do planeamento enfrenta devem-se ao facto de a sua atividade envolver «problemas mal definidos e múltiplos interesses afetados que conduzem a tensões e dilemas relativamente às escolhas mais apropriadas, no que diz respeito às ações ou aos valores a defender» (Nogueira, 2010, p.14).

Também Albrechts (2015) observa que a interpretação de planos em termos de forma e conteúdo é muitas vezes uma negação da mudança e da incerteza o que significa que rapidamente se tornam obsoletos. Considera ainda, que por serem utópicos, não têm em conta os recursos, o fator tempo, ou mesmo a possibilidade da sua implementação (p.105). Em suma, o autor conclui que os planos tradicionais:

- concentram-se numa segurança jurídica o que os torna rígidos, inflexíveis e insensíveis à evolução das circunstâncias, e portanto desadequados para lidar com uma sociedade dinâmica e em constante mudança.
- focam-se predominantemente nos aspetos físicos, fornecendo soluções físicas para problemas sociais ou económicos.
- permanecem um procedimento administrativo, projetados para situações de estabilidade e previsibilidade.
- são guiados pelo que os planeadores gostariam de ver acontecer em vez de revelarem uma análise do que realmente acontece.

Para Nogueira (2010) o planeamento tradicional está associado a uma complexidade analítica que contribui para uma certa opacidade de procedimentos, podendo gerar desconfiança sobre uma tarefa com implicações no futuro de todos, mas que é operada por especialistas. Ao reivindicarem que a sua perícia técnica transcende os interesses particulares os planeadores assumem a posição privilegiada de decidirem o que é ou não no interesse público, evitando assim o assunto da compatibilidade entre planeamento e democracia (Nogueira, 2010, p.49). Segundo o mesmo autor, a estas questões, acresce ainda o facto, de o planeamento ser encarado como um processo demasiado burocrático e ineficiente, e como uma restrição às liberdades

individuais e ao funcionamento do mercado. Também para Albrechts (2016), o planeamento tem produzido documentos estáticos, usados como uma ferramenta de controlo para as ações de terceiros e como quadro legal para o desenvolvimento espacial e direitos de construção, funcionando como um controle burocrático e político e oferecendo segurança jurídica a investidores (p.5).

Esta realidade torna-se ainda mais inquietante se se tiver em conta o número surpreendente de países em que os sistemas de planeamento se mantêm inalterados desde a década de 1970, ou nos locais onde a natureza dos planos mudou, os princípios básicos do sistema de regulação permanecem os mesmos (Albrechts, 2016a)

Segundo Rosa Pires (2001) também em Portugal, o sistema de ordenamento do território esteve demasiado tempo focado nas questões físicas e do uso do solo. E apesar do processo de mudança, quer teórico quer legislativo, iniciado após a Revolução de Abril de 1974 e reforçado com a adesão da União Europeia, o ritmo da transformação na prática de planeamento é muito mais lento. A cultura institucional estabelecida no «planeamento vinculativo, pouco flexível e de longo prazo, de estilo tradicional, continua a ser dominante, como forma de orientação para a ação, na transformação dos territórios» (Nogueira, 2010, p.3), retarda o que muitos acreditam serem as mudanças necessárias na forma como as comunidades se organizam para influenciar e moldar o seu próprio desenvolvimento. Esta abordagem, muito distante tanto intelectual como fisicamente da população local e das próprias autoridades locais, foi sendo implementada por meio da aplicação da lei, e em grande parte desacreditada entre a comunidade local (Rosa Pires, 2001, p.3). Uma realidade bem visível no âmbito dos Planos Diretor Municipais (PDM), pois como argumenta Nogueira (2013), «o processo de planeamento, no que respeita à participação pública e ao envolvimento de agentes, representa um desperdício de energias, com efeitos de erosão na credibilidade da atividade, se servir apenas para sancionar direções a seguir e para aferir, em avanço, critérios de decisão, como é prática corrente. Estão em causa não só o formato dos planos, mas sobretudo a importância de outros processos sociais na gestão de dinâmicas territoriais» (Nogueira, 2013, p.2).

Assim, os instrumentos de planeamento (planos) parecem ser ineficazes, quer seja porque continuam a ser projetados para situações de relativa estabilidade que não existem mais nas cidades contemporâneas (Albrechts, 2016a,p.14), quer seja por, como a seguir se discutirá, desperdiçarem os contributos/conhecimento/recursos que participação pública pode trazer ao processo de planeamento.

Por outro lado, há uma consciência crescente de que o número de conceitos de planeamento - cidades compactas, cidades criativas, cidades justas, cidades inteligentes, etc - não pode ser alcançado através do planeamento exclusivamente físico. Há também a consciência de que cada vez mais os governos têm de responder a exigências que vão muito além da regulamentação tradicional de uso do solo, manutenção urbana, e gestão de serviços. Isto implica a abandonar as abordagens burocráticas e envolver competências e recursos que são externos ao aparelho administrativo tradicional (Albrechts, 2016b).

Mota (2013) enumera as questões que podem justificar a crise atual do planeamento:

- é tão abrangente que até os próprios planeadores têm dificuldade em responder ao seu objeto;
- a elevada complexidade - lida com questões da economia, da ciência política, da sociologia, da arquitetura ou da ciência
- falta de eficácia - o planeamento tem falhado em muitos domínios onde tem intervindo (p.84).

Para Rosa Pires (2001) mudar esta situação, implica inovar, não só na agenda política, mas também nas atitudes de políticas e processos de planeamento. O objetivo final é transferir para a comunidade as competências e *know-how* metodológico para sustentar a capacidade de auto-organização (p.8).

Isto, exige uma atitude de «valorização e (validação) de outras formas de conhecimento (local, subjetivo, baseado na experiência), atenta às diferenças de oportunidade de expressão das mesmas e centra-se no diálogo enquanto oportunidade da aprendizagem mútua, de tal forma que dos processos de transformar conhecimento(s) em ação coletiva resultem também acréscimos de capacidade coletiva para compreender e resolver os problemas» (Nogueira, 2010,p.42). Neste sentido, Mota (2013) defende que o papel do planeamento

enquanto disciplina deve ser capaz de produzir uma inter-relação entre o conhecimento disciplinar e experimental, que o distinga de outras ciências sociais, isto é que incorpore uma dimensão de ação coletiva, que não se fique pela compreensão ou análise crítica, mas que aspira à transformação da sociedade utilizando o conhecimento como a base da ação e interação. Segundo o autor, são vários os especialistas que defendem que o planeamento do território é necessário, não tanto para controlar a iniciativa de outros mas, sobretudo, para os capacitar para desenvolverem iniciativas. «Este exercício de capacitação e envolvimento pode trazer benefícios para o planeamento, quer para um maior compromisso entre as partes envolvidas, reforçando a legitimidade das decisões, quer para um comprometimento na co implementação de ações ou no alinhamento das suas dinâmicas em torno de objetivos comuns» (Mota, 2013,p.94).

Nesta linha, Albrecht (2015) apresenta o conceito de coprodução como forma de conceber um esforço coletivo, com os cidadãos como uma parte da ação e não seu objeto. A coprodução é inclusiva, pretende influenciar a política e alterar o *status quo* com projetos e políticas específicas. Combina conhecimento local e científico, e permite uma interação entre o fornecimento de bens públicos (planos, políticas, projetos) e, a construção de comunidades fortes e que se reforçam mutuamente. O autor propõe a coprodução como uma estratégia para a definição dos problemas, resultados desejados e estratégias para alcançá-los. Assim, além de uma legitimidade decorrente de um mandato representativo, a legitimidade do planeamento, pode surgir do desempenho como uma força criativa e inovadora e da capacidade de obter resultados positivos (Albrechts, 2015,p.107).

Um dos desafios da política contemporânea - e por extensão, do planeamento consiste na dialética entre os movimentos que procuram a democratização, a tomada de decisão coletiva e capacitação dos cidadãos, por um lado, e as instituições e estruturas estabelecidas que visam reabsorver estas reivindicações numa estrutura distributiva (Albrechts, 2015, p.107). Assim, segundo Nogueira (2010) o estilo de planeamento necessário «é crescentemente mais *bottom-up*; mais radical, ou insurgente, implicando, na maior parte das vezes, uma posição, por parte do planeamento, favorável à mobilização das comunidades, frequentemente numa posição mais

advocatória e mais politizada, por vezes fora das estruturas formais do Estado e da economia, e eventualmente contra elas» (Nogueira, 2010,p.72).

Neste contexto, torna-se evidente a necessidade de repensar o planeamento de forma a envolver os cidadãos na construção de uma sociedade à qual sintam pertencer (Albrechts, 2016). Prova disso, são os diferentes movimentos que têm surgido a reivindicar uma mudança estrutural na qual se reconsidere a fé absoluta no crescimento económico, se promova a interculturalidade, se combatam as desigualdades existentes e se crie uma sociedade mais sustentável (Albrechts, 2016b,p.12). No entanto, para que essa mudança seja institucionalizada, mobilizar os meios necessários para traduzir as ideias em práticas e torna-las rotineiras para que consigam penetrar na “cultura” existente. Isto implica tempo e dedicação, pelo que, a desmobilização só será evitada se o processo conseguir produzir resultados visíveis num espaço de tempo razoável. Assim, são necessárias metas e resultados a curto prazo que permitam celebrar os projetos, testar visões para o futuro e sustentar os esforços a longo prazo (Albrechts, 2016b,p.12). Para tal, a teoria e prática de planeamento deve envolver um esforço criativo para imaginar futuros diferentes, e para trazer esta criatividade para as decisões políticas e sua implementação (Albrechts, 2016a).

Concluindo, para lidar com os desafios e oportunidades, o planeamento necessita de um debate crítico que questiona os processos políticos e económicos dos quais as abordagens de planeamento existentes são parte integrante. Isto exige uma nova e propositadamente concebida metodologia de planeamento (Rosa Pires, 2001,p.8), exige uma postura positiva para rasgar horizontes com dinâmicas de crescimento positivo e inclusivo e transformador, assente em conhecimento novo resultante do binómio teoria/prática. Por outras palavras, o resultado de um exercício de planeamento deve ser muito mais do que um plano - e muito menos uma lista de projetos mais ou menos emblemáticos. E a profissão de planeamento não pode ser vista só em termos de processo: como um meio de controlo ocupacional, eclipsando valores e, portanto, o seu potencial para promover melhores resultados espaciais (McClymont, 2014p.191).

São de ordem diversa as motivações para a mudança, nomeadamente as crescentes expectativas sociais sobre o papel do planeamento e a perceção cada vez mais generalizada de que a abordagem tradicional de planeamento permanece longe de fornecer orientação de desenvolvimento tão necessária e de mostrar sensibilidade sobre as dinâmicas socioculturais locais (Rosa Pires, 2001,p.24).

É neste contexto que conceitos como urbanismo tático se estão a tornar cada vez mais populares nas cidades de todo o mundo, e que intervenções iniciadas pelos cidadãos demonstram a insatisfação para com o planeamento urbano público. Este aumento da responsabilização entre cidadãos, bem como o crescente reconhecimento do valor da participação nos processos de planeamento oficiais pode proporcionar uma oportunidade para os planeadores encontrarem formas mais significativas de capacitar os cidadãos e para envolver as comunidades na resolução dos problemas (Pfeifer, 2013,p.2).

É impossível negar as dificuldades na implementação de novas abordagens e incorporação de novos conceitos nas práticas de planeamento. No entanto, e como defende Rosa Pires (2001) uma grande parte dessa responsabilidade está nas mãos de associações profissionais de planeadores e escolas de planeamento, que devem preparar e incentivar profissionais e estudantes a explorar novas abordagens de forma a satisfazer as necessidades de diferentes competências e, não menos importante, a valorizar a relação entre teoria e prática (p.25).

É precisamente o potencial do urbanismo tático como ferramenta de planeamento que se aborda no ponto seguinte desta dissertação.

## **2.2.Urbanismo Tático como resposta aos problemas do planeamento**

Embora a dinâmica em torno de projetos táticos e temporários esteja a crescer, o lugar destas iniciativas no âmbito da prática de planeamento profissional e o papel do planeador, ainda não estão claros (Pfeifer, 2013,p.8). Pode contrubuir para esta indefinição o facto de o termo permanecer ausente da literatura sobre planeamento urbano, com ilustram os resultados da análise de conteúdo produzida por Benner: *«The peer-reviewed literature analysis focused on coverage within eight major urban planning journals: Journal of the American Planning Association, Urban Studies and*

*Planning, Journal of Planning Literature, Urban Studies, Journal of Planning Education and Research, Urban Affairs Review, Journal of Urban Design, Landscape Journal. A search on the following terms failed to produce relevant results: tactical urbanism; spontaneous interventions; tactical interventions; pop-up urbanismo; guerrilla urbanismo DIY urbanismo; urban prototyping.»*(Benner, 2013,p.12).

Contudo, o uso de urbanismo tático como uma ferramenta de planeamento parece ter potencial, nomeadamente para medir o impacto de uma intervenção usando os projetos-piloto como forma de consulta à comunidade (Pfeifer, 2013,p.8).

Segundo Mota (2013), «a tática tem como principais elementos diferenciadores em relação ao planeamento uma perceção muito clara do ou dos palcos onde se desenvolve a atividade, uma disposição dos meios e atores no palco e procura de resultados, (desenvolvimento) de ação no curto prazo»(Mota, 2013,p.82).

A designação tática - efeito a curto prazo - surge por oposição à designação estratégia – efeito a médio-longo prazo e, se as estratégias são normativas, isto é, obrigadas a seguir padrões ou normas as táticas são específicas - "reagir às situações existentes e tentar reforçar as suas qualidades" (Alisdairi, 2014,p.25).

Assim, e tendo em conta o cenário apresentado no ponto anterior, apresentam-se algumas características implícitas ao urbanismo tático que se devidamente incorporadas podem contribuir para responder aos desafios do planeamento:

- Flexibilidade: a rigidez associada aos planos formais pode impossibilitar que estes cumpram os objetivos para os quais foram originalmente concebidos. Os projetos táticos podem ser mais eficazes na concretização das ideias originais pois a sua abordagem flexível permite ajustamentos desde o diagnóstico até à implementação.
- Baixo custo e baixo risco: a discrepância de custo entre a construção de um protótipo e uma ação permanente é considerável. O risco é minimizado, pois se a intervenção tática não funcionar, não se esgotam recursos.
- Ação rápida: enquanto a abordagem tradicional exige anos apenas para completar o processo de planeamento, os projetos táticos garantem resultados a curto prazo.

- Pequena escala: esta característica permite ao urbanismo tático intervir com uma maior consciência das especificidades locais, que muitas vezes, pela abrangência e abstração técnica e científica escapam ao planeamento formal
- *Bottom up*: a capacitação da comunidade para participar ativamente permite a criação de consensos e a identificação de soluções inovadoras para a concretização de uma visão partilhada para o local.
- Experimentação e replicabilidade: as intervenções táticas são ensaios e permitem ajustes em todas as fases do processo. A prototipagem dos projetos permite que o *design* final esteja informado pelos sucessos e fracassos de cada experiência tática.

### **2.3. Urbanismo Tático e o Papel do Planeador**

Como referido, o papel do planeador no âmbito do urbanismo tático ainda não está definido, principalmente se falarmos da prática da profissão no quadro institucional das administrações municipais. No entanto existem já alguns exemplos, principalmente nos Estados Unidos da América, em que as táticas têm vindo a ser absorvidas pelas instituições públicas locais ou mesmo promovidas internamente pelos departamentos e técnicos municipais. Um dos exemplos mais conhecidos a nível mundial, em que a administração pública recorreu ao urbanismo tático para testar uma ideia para a gestão do espaço público é o programa *Public Plaza Program*, na cidade de Nova Iorque. Esta iniciativa é promovida pelo Departamento de Transportes - *New York City Department of Transportation* – que em 2007 lançou o desafio a grupos comunitários e organizações sem fins lucrativos para transformarem uma rua, ou parte de uma rua subutilizada numa praça pública.





**Figura 3: Intervenção Tática do New York City Department of Transportation em Brooklyn**

Fonte: <http://www.nytimes.com/2013/06/02/arts/design/a-prescription-for-plazas-and-public-spaces.html>

A responsável da iniciativa Emily Weidenhof - NYC Plaza Program Director – considera que o trabalho dos planeadores é dotar a comunidade de um conjunto de competências para construir o espaço público: *“We see ourselves as a resource and a mechanism for community groups. We provide a certain set of expertise regarding the design of the public realm and the funding to build public space. But then we want to step out of the way and allow each community to take charge in making their plaza meet their local needs”* Emily Weidenhof em *“The Planner’s Guide to Tactical Urbanism”* (Pfeifer, 2013,p.53). Esta iniciativa mostra como uma mudança na forma de gerir a via pública pode proporcionar novas oportunidades para atender às necessidades dos residentes.

Um exemplo completamente diferente é o projeto *WalkRaleigh*, em Raleigh também nos Estados Unidos da América. Esta iniciativa, promovida por um ex-estudante de planeamento urbano – Matt Tomasulo- consistiu na colocação de sinalética no espaço público para incentivar os cidadãos a andar a pé e explorar a cidade.

O projeto teve grande impacto mediático, e o facto de as placas terem sido colocadas sem autorização prévia, levou alguns membros da sociedade civil a questionar a legalidade da iniciativa junto das autoridades locais. No entanto, ao contrário do que seria de esperar as autoridades locais em conjunto com o promotor do projeto encontraram uma solução para manter a iniciativa – o promotor “doou” as placas à câmara municipal, que passou a ser a responsável pela sinalética.

O chefe do departamento de planeamento da cidade de Raleigh considera que os planeadores deveriam assumir o papel de facilitadores e flexibilizar as regras e burocracias: *"In my opinion it would be a supporter, but also being flexible when it comes to code enforcement... look at [a] rule or code...to find out if it needs to be changed, [if it's] really meeting its intended purpose... not just be a regulator and an enforcer. Sit back and question what's being done."* Mitchell Silver - Chief Planning and Development Officer and Planning Director for the City of Raleigh em "The Planner's Guide to Tactical Urbanism"(Pfeifer, 2013,p.15). Este exemplo ilustra bem como incorporar as



**Figura 4: Instalação de sinalética em Raleigh**  
Fonte: <https://www.facebook.com/WalkRaleigh>

ideias e intenções das ações dos cidadãos pode enriquecer a prática de planeamento.

As experiencias relatadas demonstram o potencial que o urbanismo tático encerra como ferramenta de planeamento. No entanto, segundo Pfeifer (2013), há várias questões práticas que podem influenciar a integração de iniciativas e projetos táticos nos processos oficiais de planeamento. A autora aponta três dificuldades a enfrentar, primeiro o ritmo lento da burocracia, segundo a necessidade de obter o apoio de outros departamentos municipais, e terceiro a necessidade de tentar equilibrar um nível sólido de participação dos cidadãos com o desejo de implementar os projetos rapidamente (p.8). Tendo em conta estas problemáticas, apresenta-se na tabela abaixo algumas recomendações para o sucesso de uma intervenção de urbanismo tático:

**Trabalhar com iniciativas dos cidadãos** - aprender com os projetos táticos informais liderados pelos cidadãos

- os projetos de urbanismo tático são muitas vezes conduzidos pelos cidadãos – de forma formalizada ou não. Apesar das autoridades e planeadores terem a responsabilidade profissional de gerir o risco e garantir a segurança pública, devem ter em consideração as ideias e intenções das ações dos cidadãos para enriquecer a prática de planeamento.

**Demonstrar que é possível** - usar projetos temporários para demonstrar as oportunidades a outros atores

- atores privados e organizações sem fins lucrativos nem sempre podem ou estão dispostos a investir tempo e recursos em projetos piloto. As cidades que desejem incentivar novos modelos de comunidade e de desenvolvimento económico precisam de experimentar e mostrar a outros atores as oportunidades e os benefícios das intervenções temporárias.

**Obter apoio interno** - trabalhar com os diferentes departamentos municipais para a implementação de projetos táticos

- por vezes o mais do que envolver a comunidade, o maior desafio é obter o apoio das outras divisões municipais. Como muitos projetos táticos ocorrem dentro da esfera pública, é necessário envolver uma série de atores e departamentos.

**Usar os recursos existentes** - alavancar as políticas e recursos públicos para apoiar novas ideias

- a criação de novos programas e políticas municipais requer tempo e recursos o que nem sempre é eficaz para a implementação rápida de projetos no terreno. A burocracia pode desencorajar os atores privados e públicos a inovar.

**Adaptação ideias ao contexto** – conhecer e integrar boas práticas de intervenções táticas

- aprender com projetos táticos de outras cidades é importante; no entanto é necessário considerar como determinado projeto pode responder às condições e contextos locais - as condições que tornam uma intervenção tática bem-sucedida numa cidade podem não existir noutra.

**Figura 5: Recomendações para intervenções táticas**

Fonte: Elaboração própria com base em The Planner's Guide to Tactical Urbanism(Pfeifer,2013).

## 2.4. O planeamento vs Urbanismo tático

Face ao exposto nos dois pontos anteriores, apresenta-se um esquema resumo dos principais problemas apontados à prática tradicional de planeamento e as características inerentes ao urbanismo tático que podem funcionar para contornar

esses obstáculos. A tabela abaixo servirá também como guia para a análise do estudo de caso apresentado nesta dissertação.

PROBLEMAS E PRÁTICAS PLANEAMENTO	CARACTERÍSTICAS UT	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Normativo</li> <li>• Vinculativo</li> <li>• Modelos estáticos</li> <li>• Processos Burocráticos</li> <li>• Planos insensíveis à evolução das circunstâncias</li> </ul>	<b>FLEXIBILIDADE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coprodução</li> <li>• Reformulação em todas as fases do processo</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processos longos e dispendiosos</li> <li>• Intervenções pesadas de elevado custo</li> </ul>	<b>BAIXO CUSTO BAIXO RISCO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Intervenções rápidas e temporárias e <i>low-cost</i> (não esgotam orçamentos nem o capital social)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Anos para completar o processo de planeamento</li> </ul>	<b>ACÇÃO RÁPIDA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reação a situações existentes</li> <li>• Ação e resultados no curto prazo</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planos abrangentes não permitem ir ao detalhe das questões de cada rua ou bairro</li> </ul>	<b>PEQUENA ESCALA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Percepção clara do local, dos meios e atores</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processos de participação frágeis</li> <li>• Participação pública como obrigação formal</li> <li>• Processos de decisão distantes dos cidadãos</li> </ul>	<b>BOTTOM-UP</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coprodução</li> <li>• Auto-organização</li> <li>• Capacitação da comunidade para participar ativamente na melhoria de um local</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>Planos tradicionais permanecem procedimento administrativo assente certezas e contextos estáticos</li> </ul>	<b>EXPERIMENTAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Interação</li> <li>Ajustes ao processo</li> <li>Medição de impactos em tempo real</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Operada por especialistas</li> <li>Morosidade do processo – difícil perceção de resultados e sua replicação</li> </ul>	<b>REPLICABILIDADE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Resultados rápidos</li> <li><i>Open Source</i></li> <li>Cultura <i>DIY</i></li> <li>Prototipagem</li> </ul>

**Figura 6: Características do Urbanismo vs Planeamento**

Fonte: Elaboração própria

### 3. URBANISMO TÁTICO COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

Nas últimas décadas, muitas democracias representativas de toda a Europa, e não só, têm vindo a explorar formas novas e alternativas para envolver os cidadãos nos processos de tomada de decisão que afetam as suas vidas e os lugares onde vivem. As tendências internacionais indicam que a sociedade está a testemunhar um crescimento de modelos mais participativos, ou seja modelos que vão para além da consulta pública, incentivando a participação ativa dos cidadãos (CPIP, 2016).

Assim, com base na literatura e nas aprendizagens CPIP, discutem-se os conceitos de participação e comunidade, bem como o papel do urbanismo tático para a promoção do envolvimento da comunidade em processos de transformação urbana.

#### 3.1. A Participação

Na visita de estudo a Belfast, referida anteriormente, também se debateu o conceito de participação, e os resultados dos exercícios e *workshops* realizados demonstram a diversidade de significados que lhe são atribuídos:

*"Is collaboratively dedicating time in a philosophy which is founded on principles of peace, justice and equality. It carries a profound belief in the worth of everyone and sanctity of the natural world. It can also develop a sense of ownership in projects as people can express their idea to engage with the project which is used as a community tool."*

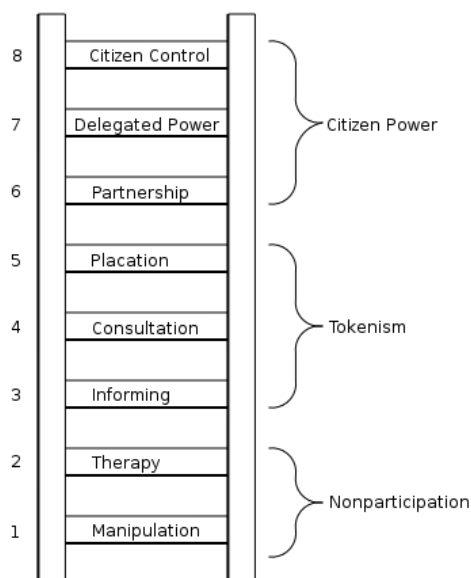
*"Getting involved at different levels."*

*"Is power sharing."*

*"It's an action of sharing; discussing; searching for solutions; getting involved."*

*"The possibility to integrate different points of view in order to achieve a 'negotiated' space of equality."*

Fonte: (Community Participation in Planning CPIP, 2015b)



**Figura 7: "Escada da Participação" de Arnstein**

Fonte: <http://lithgow-schmidt.dk/sherry-arnstein/ladder-of-citizen->

Um dos primeiros contributos reconhecidos sobre esta temática partiu de Arnstein (Arnstein, 1969 Cit Por Åström, Granberg, & Khakee, 2011), que no final dos anos 60, afirmava que a participação alcançou o mesmo estatuto inatacável como a maternidade, a torta de maçã e os espinafres. Referindo-se aos planeadores e funcionários públicos e a sua atitude em relação à participação dos cidadãos, escreveu que "é um pouco como comer espinafres: ninguém é contra isso, em princípio, porque é bom para todos" (Åström et al., 2011, p.572).

Segundo Mota (2013), Arnstein «olha para a participação como uma forma de redistribuição do poder pelos cidadãos, para que estes possam ser incluídos na deliberação sobre o seu futuro coletivo».

Na sua teoria “Escada da Participação” Arnstein, explica que a participação é limitada por degraus de gradual envolvimento dos cidadãos, e que este se vai ou não intensificando, dependendo da «quantidade e qualidade de informação que é partilhada, de como os objetivos e políticas são definidos, os impostos são alocados, os programas concretizados e os benefícios distribuídos» (Mota, 2013,p.179)

Relativamente á participação em planemaneto, o *Department of Environment* britânico estabelece que o objetivo é “ *bring people together in various ways to engage around that particular planning or development issue*” (DOE, 1994 Cit. Por S. Alves, 2014,p.85). Mas, a concretização deste objetivo revela-se difícil num contexto de contradição entre o emagrecimento dos recursos do estado e o aumento da complexidade das realidades territoriais e multiplicação dos locais de governação. O planeamento tem acompanhado esta problemática, apresentando propostas para uma reformulação das metodologias de colaboração e comunicação entre o número e tipologias de representantes cada vez mais diversificado e representativo da sociedade (Åström et al., 2011). Esta viragem nas teorias de planeamento caracteriza-se por um crescente interesse em formas de participação dos cidadãos na formulação de políticas, os termos - planeamento “comunicativo”, planeamento “argumentativo” e planeamento “através do debate” – passam a ser usados na literatura de planeamento nas últimas décadas (Hoogerbrugge, 2009,p.6). Também ao nível do planeamento territorial, como atividade pública, se tem vindo «a exigir uma maior inclusão de todos os interesses da comunidade, na formulação e implementação de políticas de intervenção pública, o que tem vindo a recentrar as atenções na questão de uma representação mais equitativa e justa dos vários interesses» (Alves, 2014,p.112). Mas, e apesar desta evolução desde o artigo de Arnstein publicado há 40 anos, as várias tentativas feitas para aumentar e melhorar a participação pública, nem sempre alcançaram o sucesso desejado.

A participação requer estruturas que representem os cidadãos (na sua diversidade) e funcionem de forma a partilhar a visão baseada no trabalho desenvolvido

coletivamente. Isto, implica que as autoridades de planeamento reconheçam a necessidade de criar novas formas de governação em que o conhecimento vivencial das redes cívicas alimente diretamente a elaboração dos planos (Åström et al., 2011,p.578).

Para Healey (Healey, 1992 Cit. Por Hoogerbrugge, 2009), precursora do planeamento colaborativo, o planeamento é um processo interativo e interpretativo no qual os participantes são capazes de colaborar para alterar as condições existentes de um projeto, e que a institucionalização deste é uma maneira de garantir o consenso e garantir que são tidas em conta as preocupações de todos os parceiros envolvidos no processo de tomada de decisão. Assim, a participação pública como parte de um sistema de planeamento pode ser enquadrada formalmente num processo de negociação, colaboração e formação de consensos, contribuindo para um planeamento mais eficiente e transparente (Hoogerbrugge, 2009,p.6).

De facto, são vários os argumentos favoráveis a uma maior participação(Rydin & Pennington, 2000):

- fornecer informação localmente específica podem ajudar a evitar projetos inadequados – os cidadãos detém conhecimento (recursos-chave) que os atores políticos precisam para alcançar objetivos.
- ajudar a evitar conflitos - ao incorporar pontos de vista relevantes e tendo em conta as possibilidades de conflito, os atrasos e falhas no processo podem ser prevenidos.
- a participação contínua ajuda a garantir um processo pacífico desde a conceção de uma medida ou política até à sua concretização.

A conjugação destes benefícios só é possível com a promoção da participação pública em todas as etapas do processo de planeamento, ou seja, desde a definição da agenda, formulação de estratégias e planos até à sua implementação (Rydin & Pennington, 2000,p.156)Assim, e como defende Mota (2013), é importante olhar para «o conceito de participação para além da participação propriamente dita, dos cidadãos», pelo que, recomenda, «uma visão mais holista da participação, que não tem só a ver com a questão do aprofundamento da democracia (e formas de reforço da legitimidade democrática), mas também como forma de potenciar e alinhar os meios e motivações



dos diferentes atores na ação coletiva (portanto, por razões de eficiência e eficácia) e, por último, como forma de coletivamente gerar novas soluções para os problemas contemporâneos (criatividade e inovação), sendo por isso fundamental encontrar novos caminhos metodológicos (a importância da experimentação)» (Mota, 2013,p.185).

### 3.2. Comunidade(s)

*“Community is a group of people with common interests but is determined in the present by political and social trends. It is also a spontaneous and free association of people who have common ideas. There are three types of communities: interests, identity and practice.”*

*“Is a group of people who share similar characteristics.”*

*“Sharing interests; knowledge; needs, working together to achieve common goals!”*

*“A group of organised (or semi organised) people driven or clustered by spaces, interests, practices, goals, needs. It is activated where interests, motivation and resources are multiplied. No community exists alone: we deal with community systems with different levels of power.”*

*“Opportunity to feel a sense of belonging and the ability to influence and shape decisions.”*

Fonte: (Community Participation in Planning CPIP, 2015b)

Também o conceito de comunidade e o seu envolvimento nos processos de desenvolvimento territorial estão sujeitos a múltiplas interpretações. A dificuldade em definir comunidade prende-se com a questão de quem é que faz parte dela, ou seja, quem são as pessoas de uma comunidade - as que vivem num território

delimitado, as que têm características ou interesses em comum; ou as que têm uma identidade social determinada (Alves, 2014,p.112).

Segundo a literatura (Robinson, Shaw, & Davidson, 2005,p.15), comunidade é um conceito escorregadio e carrega uma variedade de conotações. Pode ser concebida como grupos de pessoas definidos pela geografia, identidade ou interesse, ou mesmo vista como um modelo a seguir.

Madec e Murard, 1995 (Cit. Por (Alves, 2014,p.113) defendem que a definição de comunidade não se pode limitar à população que habita numa determinada área, mas deve considerar-se a população que usa essa área por diversos motivos (trabalho, visita, etc). Para os autores, deve-se expandir a significação de comunidade para além das pessoas que mais diretamente são implicadas num processo de desenvolvimento territorial, podendo incluir-se grupos com relevância para a comunidade local e suas ligações a esses grupos, como o sector privado, associações não-governamentais, etc.

Como conclui Alves (2014), o termo “comunidade” não pode ser entendido de forma simplista, associado a um único grupo mas de forma mais aprofundada relacionado com um conjunto diversificado de “ comunidades” e interesses, que podem ser divergentes num mesmo espaço geográfico. «No fundo, pode falar-se de várias comunidades, compostas por indivíduos, grupos, organizações em sociedade, revelando um determinado nível de coesão entre os seus elementos» (Alves, 2014,p.113).

Depois de se perceber a abrangência do termo comunidade(s), levantam-se outras questões que importa clarificar, nomeadamente o que é o seu envolvimento, quais os objetivos e benefícios desse envolvimento. Para Bailey (2010) termos como envolvimento e *empowerment* são cada vez mais utilizados mas com pouca atenção ao seu significado (p.318). Ao termo envolvimento estão associadas diferentes formas de interação e participação, mas também ideias com «espírito de comunidade, capital social ou a outro conceito igualmente nebuloso, 'a coesão da comunidade» (Robinson et al., 2005,p.15).

Segundo Bailey (2010) o envolvimento da comunidade, usado como termo coletivo, tem os seguintes objetivos múltiplos e sobrepostos (p.318):

- fornecer informação e ouvir as opiniões dos cidadãos sobre as políticas que lhes são direcionadas;
- beneficiar do conhecimento tácito para melhorar a qualidade da tomada de decisões a nível local;
- envolver os utilizadores na decisão e gestão para melhorar a qualidade e a capacidade de resposta dos serviços locais ;
- renovar a sociedade civil e envolver a população local nos processos locais;
- transferir poderes para os residentes e os beneficiários (diretos ou indiretos) para administrar os bens ou prestar serviços a si próprios.

Atingir estes objetivos depende do grau de envolvimento que à semelhança do que acontece com a participação, pode variar, assumindo diversas formas e diferentes níveis de intensidade. Assim, e recorrendo novamente à “Escada da Participação” de Arnstein, na extremidade inferior, o envolvimento significa que um residente local é simplesmente beneficiário de ações tomadas pelas autoridades. Num degrau superior, um envolvimento mais intenso pode significar a participação dos cidadãos como voluntários num projeto local ou como representantes da comunidade no processo de planeamento. Ou seja, nos casos em que a tomada de decisão permanece nas mãos dos profissionais o nível de envolvimento da comunidade é baixo, aumentando à medida que os residentes participam na tomada de decisões, iniciam as suas próprias atividades, ou representam alguma parte da comunidade local na negociação com as autoridades (Union, 1997,p.10).

Tendo em conta a temática subjacente a esta dissertação – urbanismo tático, e o caso de estudo em análise considerou-se conveniente aprofundar a reflexão sobre o envolvimento da comunidade em processos de transformação urbana.

No âmbito do relatório da Comissão Europeia *“Community involvement in urban regeneration: added value and changing values”* (Union, 1997,p.19), o envolvimento da comunidade, é definido como a participação ativa dos habitantes locais em projetos de regeneração de zonas desfavorecidas ou em declínio. Neste documento, o envolvimento da comunidade é considerado como uma mais-valia além (não ao invés) da função administrativa oficial. Os benefícios e resultados gerados pelo

envolvimento ativo dos locais em processos de transformação urbana podem ser resumidos nos seguintes pontos:

Trabalhar em conjunto	A mobilização de cidadãos interessados através de coletivos, associações ou projetos de voluntariado permite “pressionar” as autoridades para a melhorar os serviços prestados. Um projeto de transformação urbana que se baseie nesta energia é muito mais propenso a ter sucesso.
Valor económico	A atividade comunitária agrega valor económico direta e indiretamente. As iniciativas comunitárias podem criar serviços gratuitos, aumentar a ajuda mútua, reduzir os custos de vida ou ajudar a tornar os serviços públicos mais eficientes
Maximizar o voluntariado	O envolvimento da comunidade é uma forma natural para a mobilização do voluntariado. Um projeto que alimenta este envolvimento pode adicionar milhares de horas dadas livremente para o desenvolvimento local, aumentando assim a proporção da população local envolvida em grupos comunitários, e permitir que os grupos da comunidade consigam atingir os seus objetivos.
Monitorização e feedback	Os membros da comunidade local estão melhor posicionados para transmitir os resultados de um projeto. Com envolvimento da comunidade há o <i>feedback</i> do utilizador, permitindo uma melhor gestão e eficácia.
Prática profissional	O envolvimento da comunidade pode influenciar a orientação das autoridades locais e dos profissionais na forma como consultam os cidadãos e na compreensão das suas prioridades.
Longo prazo	Um projeto assente no envolvimento da comunidade tem mais probabilidade de conseguir que algumas iniciativas sejam mantidos por organizações locais, por outro lado, as iniciativas a ser mantidas pelas autoridades públicas são mais propensas a ser continuadas se a comunidade estiver envolvida e pressionar as autoridades a cumpri-las.
Reinterpretação da agenda	A experiência de comunidade local pode contribuir para clarificar diversas questões, por exemplo, e a relação entre o meio ambiente e a qualidade de vida local.

**Figura 8: Benefícios do envolvimento**

Fonte: Elaboração própria com base em (Union, 1997)

Segundo Hoogerbrugge (2009), são vários os desafios a enfrentar na promoção do envolvimento comunitário nos processos de transformação urbana, nomeadamente a criação de uma situação *win-win* para todos os envolvidos (p.6). Assim, a cooperação entre as partes é essencial para atingir ao benefícios elencados anteriormente, pois a comunidade tem a vantagem da proximidade e o conhecimento do local - sabem o que está acontecer porque lá vivem - e as autoridades têm mais conhecimento sobre os procedimentos administrativos locais.

Nesta linha Bailey (2010), defende que o envolvimento deve ser promovido não com objetivos meramente instrumentais como por exemplo a candidatura a programas que requerem parcerias, mas servir também para a legitimação das decisões de planeamento. Ao trabalhar com as pessoas, os serviços públicos podem aumentar seus recursos, ampliar o seu alcance, e ser mais eficazes. Assim, segundo o autor parece ser consensual que os residentes e utilizadores dos serviços devem participar nas decisões que afetam a qualidade das dos locais onde habitam e das suas vidas.

É precisamente o papel que urbanismo tático pode desempenhar na promoção da desta participação efetiva e do envolvimento da comunidade que se discute no ponto seguinte.

### **3.3. O Urbanismo Tático como forma de promover a participação da comunidade**

Hou e Rios, 2003 (Cit. Por Alisdairi, 2014) associam o crescente interesse no urbanismo tático a duas razões principais. Primeiro ao contínuo desinvestimento do Estado e realocação de recursos, o que leva as comunidades a desenvolver novas abordagens quer nas relações entre diferentes sectores, quer em novas formas de tomada de decisão de natureza mais colaborativa e informal. A segunda razão prende-se com o facto de, segundo os autores, cada vez mais profissionais de planeamento expressarem ceticismo em relação aos modelos participativos vigentes. Argumentam que o planeamento participativo está tão institucionalizado que já não alcança muitos de seus objetivos originais: contrária à sua finalidade original moral, a participação é muitas vezes usada para satisfazer os requisitos obrigatórios e não se destina a envolver plenamente a comunidade. Como resultado, a participação do público tornou-se um processo altamente burocrático e padronizado (p23).

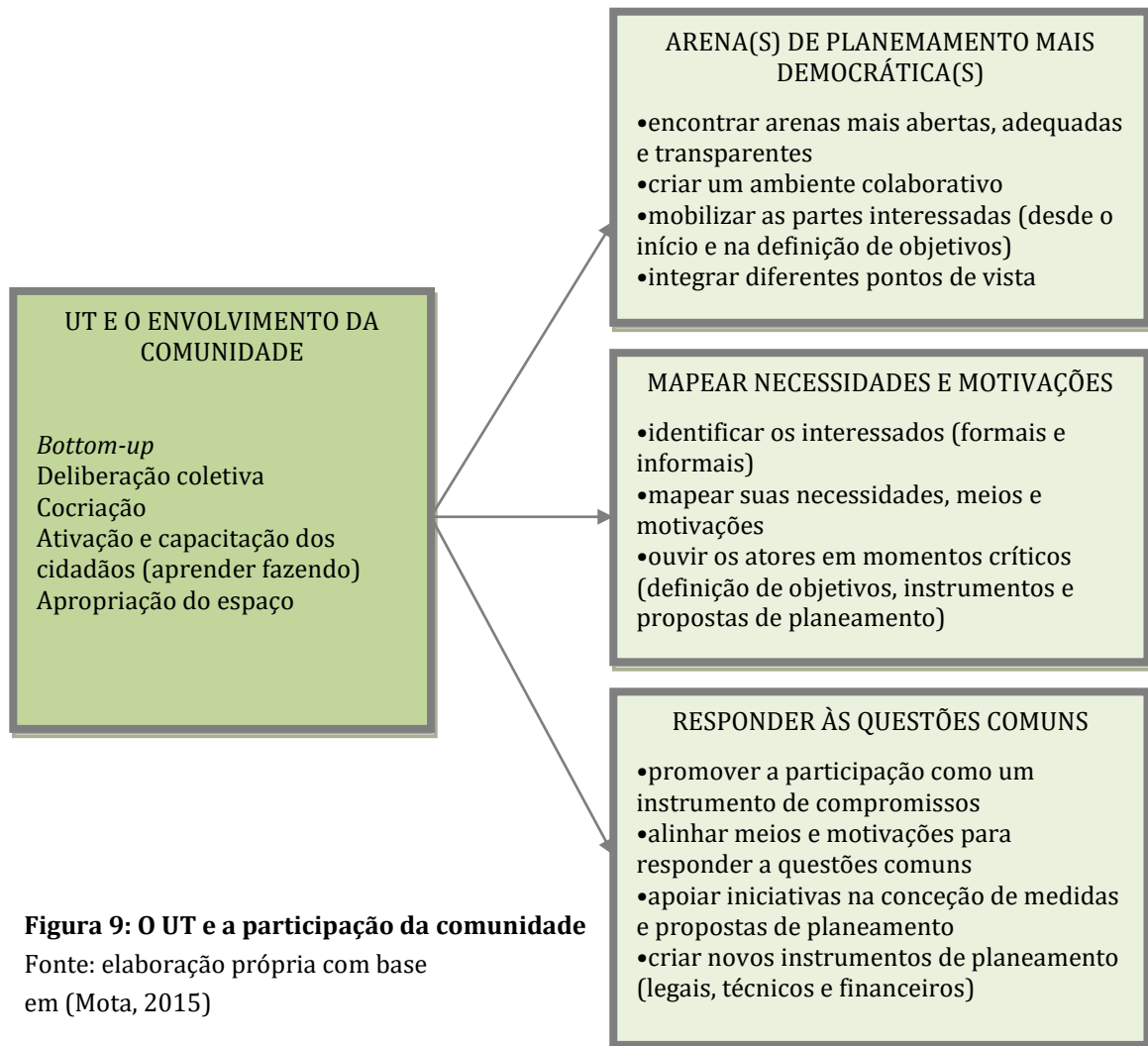
Face a este contexto, abordagem *bottom up* do urbanismo tático aparece como uma alternativa ao sistema de governação urbana tradicional, movendo os cidadãos para o centro da tomada de decisão e transformando-os em produtores de cidade.

No livro Urbanismo Táctico 3 – *Casos Latino Americanos* (Steffens, 2013,p.13), Javier Vergara Petrescu responsável pelo CEM - *Laboratorio para el Urbanismo Ciudadano* no Chile, explica como é que o urbanismo tático contribui para esta participação ativa

e efetiva da comunidade. Em primeiro lugar, defende que ao facilitar a cocriação o urbanismo tático permite a implementação de ações definidas de baixo de um consenso e onde os cidadãos são convidados a participar desde o início, ou seja, na definição e desenvolvimento da visão para a sua rua, bairro ou cidade. Em segundo lugar, defende que a simplicidade e agilidade do urbanismo tático contribuem para uma das suas maiores virtudes - a lógica de aprender fazendo - as ações, temporárias, rápida e baratas incentivam de alguma forma as pessoas a organizar-se, tomar decisões e dar poder uns aos outros, transformando os cidadãos comuns em atores válidos para o desenvolvimento dos seus territórios. Por fim, o autor defende que nem só os grandes projetos urbanos, mas também os de pequena e média escala requerem negociações entre políticos, planeadores e sociedade civil. Admitindo que as negociações em planeamento urbano são processos complicados, considera que é precisamente ao colocar os cidadãos no centro da questão que o urbanismo tático contribui com ações de curto prazo para uma mudança a longo prazo, ajudando assim a enriquecer o capital social das comunidades e a comunicar a visão de um determinado projeto de forma mais eficaz.

Assim, pode concluir-se que a combinação do planeamento com as táticas urbanas pode contribuir para «resistir à tentação de desenvolver um modelo único de desenvolvimento urbano» respondendo, por um lado com soluções *bottom-up* que reflitam as prioridades locais, e, por outro lado, com abordagens flexíveis que permitam às cidades testar ideias e ajustar os seus planos de acordo com as circunstâncias (CEDRU, 2011,p.5). Finalmente, o urbanismo tático pode ser uma importante ferramenta para o planeamento visto enquanto orientação da ação futura, defendido por Forester (1948), permitindo aprender sobre os outros, bem como sobre os problemas, aprender sobre o que se deve fazer, bem como sobre o que se pode fazer. Permite aos planeadores experimentar e decidir com os cidadãos o futuro da cidade, moldando assim a aprendizagem do público, bem como a ação pública.

Com base nesta reflexão, apresenta-se um esquema resumo dos principais características associadas à abordagem tática e seu contributo para a promoção da participação. Este esquema baixo servirá também como guia para a análise do estudo de caso apresentado nesta dissertação.



**Figura 9: O UT e a participação da comunidade**

Fonte: elaboração própria com base em (Mota, 2015)

#### 4. URBANISMO TÁCTICO COMO FORMA DE REVITALIZAÇÃO DA CIDADE

Como referido, o caso de estudo em análise neste exercício é o projeto-piloto Vivó Bairro, que teve como mote a revitalização urbana e comercial da zona histórica de Aveiro. Tendo em conta a temática subjacente ao projeto julgou-se necessário enquadrar o conceito de revitalização urbana, perceber a sua pertinência no contexto dos centros históricos e ainda de que forma os processos de revitalização devem ser conduzidos. Assim, e à semelhança dos pontos anteriores, discute-se a temática da revitalização urbana e conclui-se com uma reflexão sobre o potencial do urbanismo táctico para responder às necessidades de revitalização à escala local.

#### **4.1. A necessidade de revitalização da cidade**

«Os bairros históricos das cidades esvaziam-se, degradam-se. O número de edifícios inabitados aumenta a cada dia que passa, apesar da opinião partilhada de que existe uma grande qualidade no património urbano» (da Costa, 2013,p.17).

Esta realidade é por demais conhecida e há muito debatida, quer na comunidade científica quer na esfera das políticas públicas de planeamento. Nas últimas décadas os novos hábitos e as diversas alterações económicas, sociais e tecnológicas provocaram profundas transformações nas cidades dando lugar a um contexto urbano complexo com novas problemáticas que necessitam de resolução, nomeadamente a desertificação e declínio dos centros históricos.

Os problemas dos centros urbanos antigos estão bem identificados «falta de transportes, vias precárias, difícil estacionamento e intervenções dispendiosas para modernizar as pequenas habitações»(da Costa, 2013,p.17). Estes problemas dificultam a competição com as novas centralidades, pelo que os centros das cidades «têm perdido importância e revelam, não raro, sinais de degradação, física, social e funcional»(Carvalho, 2012,p.21). Assim, e como refere Castro (2012) a centralidade única foi substituída por uma cidade segmentada com múltiplas centralidades - centros empresariais e centros comerciais, novas zonas industriais, e novas zonas residenciais. Esta descentralização conduziu ao esvaziamento das áreas centrais – perda significativa de população residente e declínio dos equipamentos e serviços –o que provocou a degradação destas zonas nobres (p.6).

Face a esta realidade Costa (2013) defende que é «imperativo que se tome em consideração centros históricos e bairros envelhecidos quando se planifica uma nova estrutura urbana» pois «se o bom funcionamento da cidade provem da boa articulação entre todos os fatores (pessoas, lugares, acessos, serviços) faz sentido começar por ‘dentro’ e reestruturar as ruas, acessos, revitalizar edifícios, renovar espaços públicos, requalificar praças e avenidas» (da Costa, 2013,p.18).

Mas o que é o centro ou este ‘dentro’ e o que é que o distingue, quais as suas qualidades e características que tornam a sua revitalização imperativa? A literatura mostra que o centro das cidades não tem uma definição única, ou seja, o centro das cidades corresponde às áreas percecionadas pelas pessoas que as usam para lá



habitar, trabalhar, fazer compras ou visitar. Sendo a sua principal característica o fornecimentos de «uma ampla gama de serviços, permitindo que diversas necessidades sejam satisfeitas numa só deslocação, servindo diversos objetivos em termos de negócio, cultura ou lazer para a comunidade» (Balsas, 1999).

Segundo Sebastião (2010), é fácil de encontrar evocações sobre a importância que os centros das cidades assumiam noutros tempos: «os maiores cafés, as lojas mais chiques, os teatros, os cinemas de estreia, faziam dessa área o “centro” no pleno sentido da palavra e, nas suas várias dimensões, dado este ser dotado de centralidade geográfica, social e económica» (Barata Salgueiro, 2005 Cit. Por Sebastião, 2010,p.21). A autora explica que como a própria palavra indica o centro assume uma localização geográfica estratégica em relação ao que o rodeia. Relativamente à centralidade económica, refere que é no centro que se concentram os estabelecimentos comerciais mais importantes, as sedes das empresas e os serviços principais da administração pública. A centralidade social é explicada por o centro ser um lugar de encontro e convívio por excelência. O centro é “o sítio a frequentar para passeio, para ver montras, para ver gente e encontrar os amigos, para fazer compras e para assistir a espetáculos” (Barata Salgueiro, 2005 Cit. Por Sebastião, 2010,p.21). Para Balsas (1999) o que distingue o centro da cidade é a sua multifuncionalidade e a sua mistura orgânica de funções. No centro pode-se encontrar desde áreas residenciais, mercados públicos, hospitais, a galerias de arte, pelo que é um local onde a generalidade das pessoas pode encontrar com êxito aquilo que procura. No fundo é uma área de eleição e um lugar privilegiado para viver. Assim, sendo as cidades consideradas uma das maiores invenções da sociedade civilizada, os seus centros são considerados «os testemunhos vivos de épocas passadas, uma expressão da cultura e um dos fundamentos da identidade do grupo social» que é necessário manter, respeitar, administrar e revitalizar de forma a combater os «perigos da homogeneização e despersonalização que caracterizam a civilização urbana contemporânea» (Sebastião, 2010,p.22)

Face ao exposto, pode concluir-se que os centros históricos representam um importante problema dos sistemas urbanos e que é imperativo revitalizá-los devido ao valor histórico, cultural, económico e social que encerram.

Esta necessidade de renovação e revitalização das cidades ocidentais colocou-se com mais insistência no último quartel do século XX, e desde essa altura que o conceito de revitalização é debatido na literatura, assumindo términos e significados diferentes ao longo do tempo e consoante a geografia. Mas, não é o objetivo desta dissertação debater a evolução do conceito, pelo que se apresenta apenas uma breve contextualização do conceito, aprofundando-se posteriormente os objetivos que lhe estão subjacentes e em que medida é que o urbanismo tático pode servir para os alcançar.

Começando pelo termo propriamente dito, pode dizer-se que revitalização se refere a um renascimento ou ressurgimento das condições e do carácter de um lugar que tenham sofrido um período de declínio (Grodach & Ehrenfeucht, 2016). Pode também associar-se, à ideia de rejuvenescimento - um novo folego, vivo, renovado, regenerado. Revitalização pode ser definida como tornar algo mais forte, mais ativo e mais saudável dentro da situação existente (Samadi, Yunus, & Omar, 2012,p.638). Assim, o propósito das políticas de revitalização será incidir em «territórios urbanos denominados de “desvitalizados” ou “em perda”, e tem como objetivo voltar a dotá-los de uma vitalidade urbana que já terão possuído» (Moura, Guerra, & Seixas, 2006,p.29).

Na teoria clássica desenvolvida por *Anthony Wallace* (Wallace Cit. Por Samadi et al., 2012,p.638) a revitalização tem 5 características principais: deve ser liderada por um líder que funciona como um catalisador; organizada por locais; incentivar o movimento ativo; criar atracção turística, e reinventar a atividade tradicional e autêntica.

Especificamente sobre revitalização dos centros urbanos Carvalho mostra que estes têm sido «objeto de preocupação e de esforço qualificador, desde logo porque, nas cidades europeias, se mantêm como principal referência simbólica, alimentada com o desenvolvimento do turismo» (Carvalho, 2012,p.21). Assim, apesar de na Europa terem sido diversas as experiências de intervenção e respetivas ‘políticas de suporte em zonas degradadas ou em degradação, existe atualmente, um «consenso sobre o que fazer, para os qualificar, no novo quadro da cidade: especialização das suas atividades terciárias; qualificação urbanística de edifícios e espaços públicos;

disciplina de circulação e estacionamento; equilibrada mistura funcional, com a manutenção ou retorno da função residencial»(Carvalho, 2012,p.21).

No Relatório Final de Políticas Públicas de Revitalização Urbana elaborado pelo ISCTE / CET (Guerra, Seixas, & Freitas, 2005,p.17) a revitalização urbana é definida como a solução para contrariar o *urban decline* - processo de deterioração e declínio das áreas centrais ou marginalizadas. Neste documento são apresentadas 3 dimensões fundamentais dos processos de revitalização urbana:

- atuação não é rígida, adaptação às realidades territoriais - levando à coordenação e adaptação dos recursos e potencial existente (públicos e privados), promovendo a participação dos cidadãos e entidades que as representam para que sejam co- autores do processo de revitalização.
- lógica sistémica - cooperação entre escalas e territórios, percebendo o papel que a área a revitalizar tem no sistema urbano, destacando os efeitos indutores na sua área de influência, isto é, os resultados no lugar mas também os efeitos territoriais alargados.
- lógica do lugar - a intervenção como atuação de proximidade, promovendo a mobilização e participação dos diferentes atores numa lógica de ação concertada.

Estas dimensões encerram os objetivos principais de um processo de revitalização urbana(Moura et al., 2006,p.23):

- aumentar a eficácia e a eficiência do sistema urbano;
- promover a coesão social e a competitividade territorial;
- dinamizar a sociedade civil e envolver os atores desde a fase de conceção da estratégia, da definição à execução de objetivos;
- promover o bem estar urbano e qualidade de vida das populações;
- promover intervenções equilibradas e operadores de desenvolvimento (económico, social, ambiental e cultural);
- criar sinergias entre diferentes territórios, atividades económicas e populações;
- monitorizar os objetivos, considerando tanto os problemas como as oportunidades e recursos do território;

- corresponsabilizar a administração das áreas urbanas (central, local, instituições e cidadãos), na implementação de estratégias, e na obtenção de resultados.

Neste contexto, pode perceber-se que o processo de revitalização tem subjacente a sustentabilidade das intervenções, desenvolvendo-se a médio e longo prazo e articulando as oportunidades e vantagens competitivas locais em contextos urbanos crescentemente globalizados. Enquanto processo de trazer “nova vida” ou trazer “de novo” dinâmicas perdidas, desenvolve uma perspetiva claramente organicista e vitalista, na análise e no modo de planeamento do processo de urbanização ou do território. Assenta em *opportunity projects*, (Guerra et al., 2005,p.24) que devem começar com a definição de um cenário de chegada, sendo este uma imagem do que se pretende que a área seja após o processo de revitalização e que deve ser partilhado por todos os seus atores. Esta visão deverá ter em conta objetivos mensuráveis, as condições preexistentes e os recursos previsíveis. As abordagens e métodos escolhidos devem assentar no envolvimento da comunidade e na colaboração entre privados e investidores públicos, partilhando responsabilidades. O processo de revitalização pressupõe uma ação que contribua para melhorar a «qualidade do ambiente urbano, das condições socioeconómicas ou do quadro de vida de um determinado território (‘território de revitalização urbana’), baseando-se numa visão global, atuando de forma integrada e concertando um grande número de domínios e dimensões de intervenção» (Moura et al., 2006,p.21).

Assim, no contexto específico dos centros históricos, a revitalização não se pode cingir à conservação de imóveis, devendo ir mais além, nomeadamente na recuperação das características funcionais – atividades económicas, sociais e culturais - e na promoção da capacidade de atracção quer para residentes, quer para os demais. Nesta linha, Sebastião (2010) defende que a revitalização dos centros pode ser abordada sob múltiplas perspetivas e que apesar da necessidade de uma visão integrada do local, é fundamental compreender as suas componentes urbanísticas, nomeadamente Habitação; Edificado; Património; Espaço Público e Ambiente Urbano; Comércio, Serviços e Equipamentos; e Infraestruturas e Mobilidade. Ou seja, a revitalização dos centros históricos passa pela revitalização dos diversos elementos estruturantes da ideia de cidade (Sebastião, 2010,p.41)e para tal deve promover um

processo inclusivo e integrador, com a capacidade de criar iniciativas de carácter transversal e sectorial. Deve ainda, funcionar como um instrumento de gestão coletiva do território, capaz de reconhecer e utilizar, os recursos próprios, criando programas urbanos diferenciados de cariz social, económico ou cultural (Moura et al., 2006,p.23).

É este o cenário com que se parte para a reflexão sobre as potencialidades do urbanismo tático como ferramenta para a revitalização urbana.

#### **4.2. O Urbanismo Tático como resposta à necessidade**

Como referido anteriormente, a abordagem tradicional de planeamento nem sempre é eficaz na resposta aos problemas locais, pelo que também nos planos de revitalização, a abordagem *top-down* não consegue gerar os resultados pretendidos por não se focar na especificidade do local e nas pessoas que o habitam ou vistam. Esta situação é bem ilustrada por Gehl (Gehl, 2010 Cit. Por Alisdairi, 2014,p.19), que explica que por muito bem desenhada que seja uma praça, não há garantia que venha a ser usada, pois as pessoas têm diversas motivações, necessidades e recursos que moldam a sua vontade de utilizar um espaço.

No entanto, e apesar das abordagens mais tradicionalistas em planeamento «os espaços locais são encarados cada vez mais como espaços de oportunidade e os programas de revitalização como meios de inovação e experimentação social, ecológica, de participação, cooperação e gestão inovadoras» (Moura et al., 2006,p.25). Esta dimensão experimental, associada à promoção das potencialidades do local, vai de encontro à abordagem tática, que vê a transformação dos espaços em declínio como uma das formas mais diretas para melhorar o ambiente urbano.

Nos 4 volumes de Urbanismo Tático são apresentados diversos casos de estudo e respetivas táticas cujo propósito é especificamente a revitalização urbana. A tática apelidada de '*BUILD A BETTER BLOCK*' é um bom exemplo de como o urbanismo tático pode contribuir para a revitalização local promovendo a vitalidade das ruas e bairros. A primeira iniciativa deste género foi promovida por ativistas locais na cidade de Dallas no Estados Unidos, onde artistas locais, músicos e empreendedores se uniram para recuperar lojas devolutas, criar esplanadas e ciclovias temporárias e

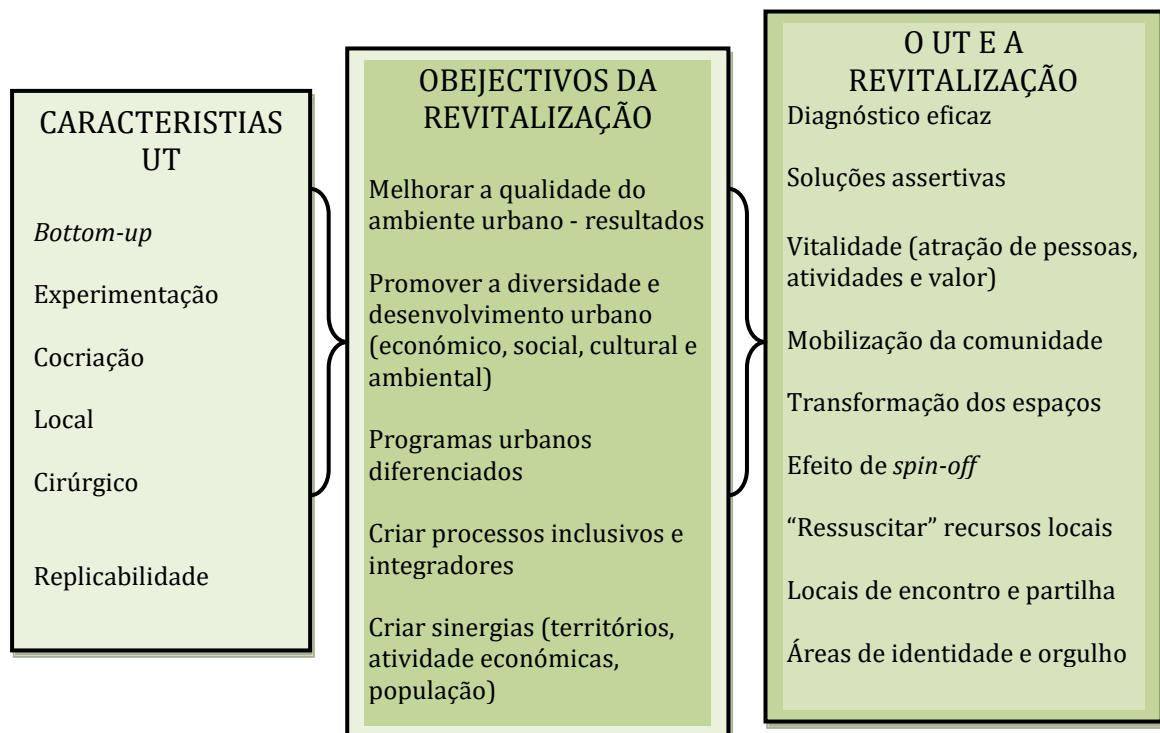
melhorar o mobiliário urbano (Lydon, Bartman, Woudstra, & Khawarзад, 2011,p.3). A iniciativa teve um efeito de *spin-off* substancial, pois a dinâmica do projeto levou ao uso permanente de lojas e ao compromisso por parte das autoridades locais de intervir no melhoramento da rua de forma permanente. O sucesso também é visível pelo número crescente de cidades que utilizam esta tática – 40 em 3 países diferentes - o que ilustra bem o potencial das intervenções táticas nas várias componentes da revitalização – económica, social e física.

O carácter experimental das intervenções e o seu sucesso estão intimamente ligados à escala local dos projetos, ou seja, são uma resposta às especificidades locais referidas anteriormente. Ora, como referido no início deste documento, a abordagem tática defende que a melhoria da habitabilidade das cidades começa precisamente à escala da rua, bairro ou edifício, o que permite uma interação mais próxima com o local e a perceção mais clara dos problemas, recursos e atores locais. Esta atuação cirúrgica vai de encontro ao conceito de acupuntura urbana difundido por Lerner (2014), que defende que «como a boa medicina depende da interação ente o médico e o paciente, o planeamento urbano de sucesso implica acionar respostas saudáveis com a cidade, sondando aqui e ali para estimular melhoramentos e reações positivas em cadeia» (Lerner, 2014). Estas intervenções acupuncturais, veem a revitalização como um rejuvenescimento – tornar algo mais forte e mais saudável dentro da situação existente – “ressuscitando” edifícios antigos, ruas, locais de encontro, atribuindo-lhes novas funções e acrescentado novos elementos que possam estar em falta. Para o autor, a boa acupuntura passa por trazer as pessoas para a rua criando locais de encontro e de partilha, funcionando como catalisador da interação e revitalização. Por fim, destacam-se a abordagem *bottom-up* e o baixo custo associado às intervenções táticas, que como tão bem exemplifica o exemplo “*BETTER BLOCK*”, permitem que seja a própria comunidade a promover na revitalização urbana. Esta mobilização em torno de um projeto comum, é em si, uma forma de manter a vitalidade de um lugar, pois contribui para a manutenção das atividades e para o aumento do sentimento de pertença e orgulho da comunidade.

Assim, tendo em conta as características inerentes ao urbanismo tático pode concluir-se que este pode ter um papel na evolução e adaptação da cidade, contribuindo para a

revitalização urbana através de táticas, que vão desde o trabalho com a comunidade até à implementação da ação, permitindo um diagnóstico eficaz e soluções mais assertivas, uma vez que integra e recupera os recursos próprios da área de intervenção.

À semelhança dos pontos anteriores, apresenta-se a baixo um esquema resumo, resultante da reflexão sobre a relação do urbanismo tático e a revitalização. Também este esquema será usado para guiar a avaliação do caso de estudo.



**Figura 10: O UT e a Revitalização Urbana**

Fonte: elaboração própria

## **CAPÍTULO III – ESTUDO DE CASO: VIVÓ BAIRRO**

### **1. MODELO TESE EM FORMATO DE PROJETO**

O trabalho aqui apresentado é o resultado de um “*action-research project*” (Cognetti & Castelnuovo, 2014) - abordagem centrada na co construção de conhecimento, produzido interactivamente entre a aluna e a comunidade local, permitindo consolidar o processo de investigação e interagir com a realidade do contexto em estudo. Nesta interação, a mestranda colaborou ativamente, como membro da equipa de coordenação, nas várias etapas de implementação do programa CPIP e o seu projeto-piloto Vivó Bairro, aqui apresentados como estudo de caso.

O CPIP tem como objetivo principal explorar os processos de participação em planeamento e, como referido, prevê um conjunto de *workshops*, visitas de estudo e o desenvolvimento de um projeto-piloto em cidade. As experiências e resultados servirão para a criação de um conjunto de conteúdos formativos e serão compiladas num manual de apoio a ser criado para a promoção da participação.

Os projetos-piloto funcionam como exercícios de planeamento que visam definir objetivos, identificar medidas e implementar ações para unidades territoriais a diferentes escalas (da cidade ao bairro) e temáticas (regeneração urbana, economia, ação social, ambiente, mobilidade, entre outras).

O Vivó Bairro foi o projeto-piloto selecionado para implementação em Aveiro. É um projeto à escala do bairro e teve como temática a revitalização urbana e comercial da zona histórica, através de uma abordagem colaborativa envolvendo os diversos atores, em particular os relacionados com a comunidade académica da Universidade de Aveiro.

Face ao exposto considerou-se que para estudar a relação entre Referencial Conceptual e o caso de estudo apresentado a metodologia mais adequada seria o Estudo de Caso. Segundo Mota (2013), diferentes autores «referem-se à ‘experiential case-study analysis’ como uma abordagem experimental à investigação em planeamento do território» e que «o desenvolvimento de investigação em áreas de alguma possibilidade de inovação requer um tipo de abordagem diferente daquele que,



normalmente, é aplicado em metodologias de pesquisa. Pela sua natureza estática, uma simples análise comparativa de estudo de caso, não permitiria um processo iterativo e evolutivo» (Mota, 2013,p.322).

Esta opção metodológica levanta questões importantes relacionadas com a tipologia e o papel do investigador nos estudos de caso. Como é possível depreender pela explicação anterior, optou-se por uma tipologia de estudo de caso exploratório único, baseada apenas no estudo de um único caso, com a finalidade de definir as questões ou hipóteses para a investigação, ou seja, funcionando como prelúdio para a investigação. Relativamente ao papel do investigador, a problemática está relacionada com a questão da observação não participante/participante, assume-se que «a observação participante é a integração do investigador no campo de observação. Observa desde a perspetiva de um membro participante, mas também pode influenciar o que observa devido à sua participação (Flick, 2004). Neste sentido, o observador pode tornar-se parte ativa do campo observado»(Meirinhos & Osório, 2010,p.60).

## **2. ENQUADRAMENTO “PLANEAMENTO/PARTICIPAÇÃO/REVITALIZAÇÃO” EM AVEIRO**

De forma a contextualizar a premência do programa CPIP e do projeto-piloto aqui analisado, faz-se um breve enquadramento da história do planeamento na cidade de Aveiro, nomeadamente no que diz respeito à revitalização do centro urbano e à participação da comunidade, Assim, segundo Nogueira (2016), e fazendo uma retrospectiva aos últimos 30 anos sobre o planeamento e suas práticas na cidade pode perceber-se que na década de 80 dentro do sistema formal de planeamento proliferavam planos, liderados por técnicos e com um carácter funcionalista, nomeadamente planos de pormenor dispersos, não existindo uma visão integrada de cidade. De referir a ausência da participação pública ou de movimentos cívicos mobilizados. Fora do sistema formal de planeamento, a existir, seria uma prática promovida pelo Estado Central através de investimentos ocasionais discricionários.

Foi neste contexto, que no início dos anos 80, foi implementado um Plano Geral de Urbanização, para limitar as intervenções no centro da cidade. Nessa altura, com a

finalidade de concorrer a fundos do PRAUD (Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Degradadas), realizaram-se diversos estudos para identificar o centro histórico, que foi legalmente definido em 1987. No entanto, o município nunca obteve os fundos do PRAUD, pelo que os investimentos propostos nunca foram implementados. Surge, então, um projeto de urbanismo comercial como uma solução de qualificação da área e como catalisador para a implementação de alguns dos antigos projetos de revitalização (Balsas, 1999). Constavam, entre as medidas propostas, «a abertura de várias ruas exclusivamente para peões, a melhoria de infraestruturas básicas, a implementação de um novo plano de circulação e de estacionamento, a substituição da decoração das ruas, a reabilitação das docas da ria e de uma fonte pública» (Rocha, 2014,p.94). No entanto, segundo Balsas (1999) este projeto não apresentava uma abordagem teórica, limitava-se a reforçar a ideia do governo central de criar “um centro comercial a céu aberto” mas sem discutir nem examinar as estratégias usadas pelos centros comerciais privados para a criação de áreas centrais bem-sucedidas.

Na década de 90 a 2000, surge o PDM e com este, o primeiro esquema geral de zonamento. Dada a desordem herdada do tecido urbano, a perspetiva regulatória é predominante. A prática de planeamento é de comando e controle com um estilo reativo e alocador. A participação limita-se a uma audição pública final, marcada pela reivindicação de interesses individuais, contribuindo apenas para pequenas alterações no plano. Fora do sistema formal de planeamento, surge uma nova política urbana com o PROSIURB, baseada no planeamento urbano estratégico, com um foco organizacional e institucional, assente numa perspetiva de seletividade, integração e mobilização da sociedade. Nestes processos há, em diferentes fases, um forte envolvimento de entidades coletivas, investidores e promotores, mas só na fase final do processo são envolvidos os cidadãos. É de assinalar o surgimento de alguns movimentos cívicos relevantes como a Plataforma Cultural e o Fórum do Desporto mas que não tiveram continuidade (Nogueira, 2016).

No período 2000-2010, aparece o Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro (2004-2009) mantendo-se uma prática de planeamento de comando e controle, com um

estilo reativo e alocador. Não existe participação pública e os movimentos cívicos não têm reconhecimento legal (Nogueira, 2016).

Em 2003, nasce o Programa Polis, implementado em parceria com os municípios, mas planeado pela Administração Central, que desenvolveu uma série de propostas “tipo” para programas de cidade, com o intuito de satisfazer um conjunto de critérios ao nível nacional e onde os desafios socioeconómicos ou necessidades locais foram menos consideradas (CEDRU, 2011). Aveiro, também seguiu o modelo, com uma política urbana ancorada em projetos físicos e numa prática de estilo gerencialista. Neste programa, é promovido o envolvimento das instituições e partes interessadas através de parcerias Público-Privadas. No entanto, a informação aos cidadãos só é transmitida na fase final e os movimentos cívicos não são considerados no processo.

Neste período, surge também o Plano Projeto da Avenida Lourenço Peixinho, assente numa metodologia bastante diferente, na qual a participação pública é estimulada através de vários debates e consultas externas promovidos por entidades externas (ex: Universidade de Aveiro), mas não pela autarquia. É neste contexto que nasce o movimento cívico Amigos D’ Avenida, considerado o primeiro movimento cívico de planeamento em Aveiro, que promoveu a participação pública sobre o futuro desta importante artéria da cidade quer em eventos realizados para o efeito quer através dos seus espaços virtuais (blogue, *mailing-list* e página de *Facebook*). E, que depois deste projeto, continuou a ter um papel preponderante na mobilização da sociedade civil, como será possível perceber no decorrer desta análise.

Em 2010, numa parceria entre a Câmara Municipal e a Associação Comercial de Aveiro surge a AGIR – Associação para a Modernização e Revitalização do Centro Urbano de Aveiro. Esta agência de desenvolvimento regional deveria funcionar como Unidade de Gestão Acompanhamento e Coordenação do Centro Urbano de Aveiro, e teria como funções a organização e participação na requalificação das atividades económicas, do espaço público e do património. A estratégia definida centrou-se, novamente, na constituição de um sistema de gestão baseado no conceito Centro Urbano Comercial. De referir, que apesar da quantidade de atividades e intervenções programadas, só a colocação de sinalética (estilo centro comercial) se concretizou, e o

envolvimento da comunidade, neste caso os comerciantes, traduziu-se em candidaturas a programas de apoio para estabelecimentos comerciais (PROCOM).

No Polis XXI (2008), através de uma abordagem *top-down* e tecnocrática combinada com uma abordagem gerencialista é produzido um plano mestre. São chamados a participar sob a forma de parcerias as instituições e partes interessadas, aos cidadãos só é divulgado o modelo final (Nogueira, 2016).

Em 2009, é lançado pela Câmara Municipal de Aveiro um grande projeto de regeneração urbana – Parque da Sustentabilidade - que envolveu 15 parceiros locais e nacionais, incluindo a Universidade de Aveiro, e um orçamento de cerca de 14 milhões de euros, subdividido em 17 subprojectos. Em traços gerais, o projeto incluiu a remodelação de toda área verde circundante a vários bairros antigos e a criação de um espaço público, com o objetivo de permitir aos cidadãos um contacto com a "natureza" e as boas práticas ambientais. Assim, dois elementos foram considerados essenciais na conceção do projeto: a parceria criada para a proposta e a sustentabilidade, o que significa que o projeto previa mais do que a reabilitação física de um conjunto de espaços verdes. Segundo os promotores, o lema e o método utilizado (em colaboração) fariam deste projeto um exemplo a ser replicado não só em Aveiro mas também noutros municípios. No entanto, uma iniciativa tão complexa que cruza uma área tão importante da cidade gerou um conjunto de problemas, nomeadamente, o próprio conceito de corredor verde, a construção de uma ponte pedonal sobre o canal central da cidade e a renovação de um jardim tradicional, sem um quadro de ordenamento do território e uma clara compreensão das questões fundamentais a serem abordados. O segundo problema prende-se com o facto de não terem sido promovidos mecanismos de escrutínio público às propostas apresentadas. A participação foi encarada apenas como uma exigência burocrática. Assim que o projecto se tornou público, (divulgação feita pelos média e não pelas entidades responsáveis) os cidadãos protestaram por não terem sido informados atempadamente nem terem sido chamados a participar na conceção da proposta (Mota & Santinha, 2016). Este projeto foi objeto de reflexão e ação de participação cívica, impulsionada pelos Amigos d'Avenida e outros movimentos que entretanto surgiram, que se traduziu na entrega de documentos ao executivo camarário

(preocupações, solicitação de informação, soluções alternativas, etc), tertúlias, abaixo-assinados, exposição nos meios de comunicação locais e nacionais. Contudo, a postura crítica, mas construtiva do coletivo, foi alvo de grande resistência por parte do poder político, que na altura, entendeu o papel dos cidadãos como um problema e não parte da solução (Castro, 2012,p.58).

Atualmente está em curso o Plano de Desenvolvimento Estratégico Urbano, que prevê um investimento de 10 milhões de euros (1/3 do orçamento estimado municipal global para 2016), sem que se conheça qualquer processo de consulta pública (Nogueira, 2016) .

Assim, e como refere Castro depreende-se que a participação pública em Aveiro seja um processo ainda em evolução, onde uma recente e crescente participação dos cidadãos nas questões políticas da cidade colidem com as tradicionais formas de atuação e tomada de decisão das autoridades locais originado, porventura, algumas divergências entre cidadãos e agentes políticos (Castro, 2012,p.58).

### **3. CPIP AVEIRO**

Com o objetivo de explorar o conceito, a aplicação e o ensino de processos de participação em planeamento, o programa foca-se na compreensão de como as diferentes comunidades são capazes de participar nos processos de planeamento que moldam os lugares e serviços públicos. Resumidamente, o programa pretende contribuir para o debate sobre os princípios e práticas da participação da comunidade, e explorar as novas formas de envolvimento dos cidadãos nos processos de decisão que, embora com intensidades diferentes, têm vindo a ser postas em prática nos países que constituem a parceria.

O CPIP visa:

- Desenvolver uma compreensão partilhada da participação em diferentes sistemas de planeamento;
- Perceber como as comunidades de interesse, lugar, prática podem ser envolvidas de forma mais significativa nos processos de planeamento do território;

- Explorar o *co design* e novas formas de capacitação para moldar os serviços e funções;
- Partilhar ideias e boas práticas entre o leque de participantes envolvidos no projeto;
- Enriquecer os planos curriculares com abordagens inovadoras sobre os processos de participação no planeamento.

### 3.1. Metodologia CPIP Aveiro

O lançamento do projeto em Aveiro aconteceu na Universidade de Aveiro a 25 de Maio de 2015 numa sessão aberta à comunidade, numa sessão organizada para iniciar o diálogo sobre as dificuldades e as oportunidades de participação das comunidades e ser o início de uma forte mobilização e envolvimento dos atores e cidadãos locais.

De referir que nesta sessão compareceram os representantes das principais entidades públicas, nomeadamente da Camara Municipal de Aveiro, convidados a participar de uma forma ativa no projeto.



**Figura 11: Artigo no Diário de Aveiro e grupos de trabalho no evento CPIP, em Aveiro**  
Fonte: (Community Participation in Planning CPIP, 2015a)

Para dar o mote do projeto foi criado um Jogo de Palavras, colocado à entrada, e foi pedido a cada participante que escrevesse num post-it a sua interpretação da palavra Participação.



Objetivos do workshop:

- validação dos projetos-piloto;
- definição dos objetivos a alcançar;
- identificação dos atores/agentes a envolver;
- definição da metodologia de participação;
- elaboração de calendário de atividades.

Nesta sessão, surgiu a necessidade de prolongar o processo de seleção dos projetos-piloto. Deste modo, e de forma a alargar a decisão ao maior número de participantes possível, foram criados formulários *online*, através da ferramenta *Google Forms*.

## Mapeamento das Comunidades de Interesse - Cidade de Aveiro

Sugerimos que adicionem contributos para o quadro abaixo, completando para cada uma das COMUNIDADES DE INTERESSE (MOBILIDADE, MOBILIDADE EM BICICLETA, ACESSIBILIDADE, ENVELHECIMENTO, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, INCLUSÃO, AMBIENTE E ESPAÇOS VERDES, TICE/INOVAÇÃO, LAZER, QUALIDADE DE VIDA, RIA DE AVEIRO) identificadas as questões mais relevantes (principais problemas, necessidades e oportunidades) às quais devemos dar particular atenção assim como os actores a mobilizar. Mais informação: <https://www.facebook.com/groups/planeardomascomunidades> ou [planeardomascomunidades@gmail.com](mailto:planeardomascomunidades@gmail.com)

### NOTA IMPORTANTE!

- 1) O formulário é um pouco longo mas, para nós, é muito importante a sua participação! Siga até o fim para carregar no botão "ENVIAR"
- 2) Preencha o que achar importante do formulário. Sabemos que em muitos casos não terá o que responder, mas é muito importante que veja o formulário todo e nos ajude preenchendo o que achar importante.
- 3) Não feche a página sem carregar no botão "ENVIAR" (que está na última página do formulário) caso contrário as suas informações serão perdidas.
- 4) A sua opinião e conhecimento são vitais para nós! Muito obrigado por participar!



**Figura 13: Formulário Online**

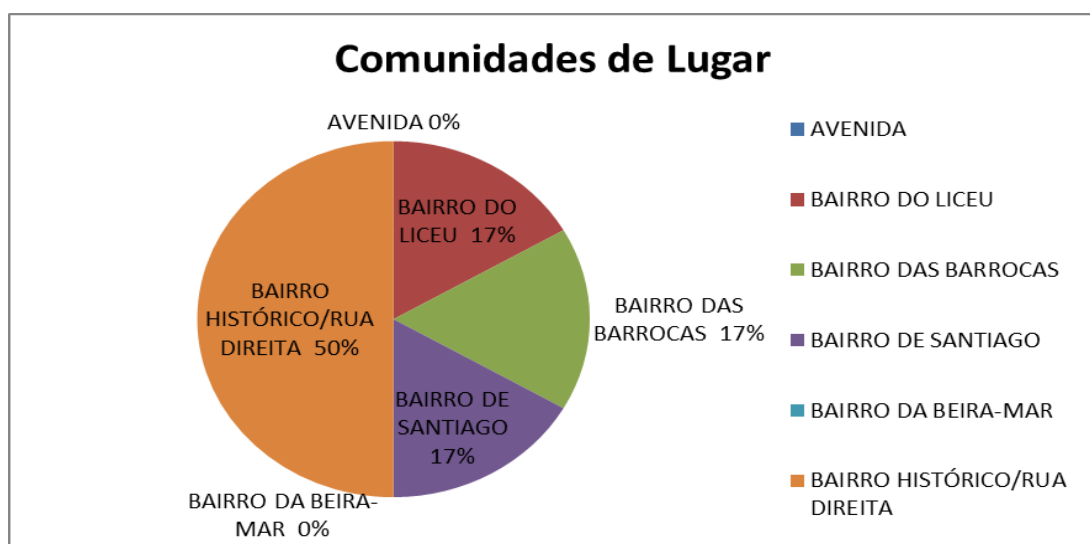
Fonte: <https://mestradopru.wordpress.com/2015/07/24/mapeamento-das-comunidades-de-lugar-de-interesse-e-de-pratica-de-aveiro/>

Os formulários foram divididos por: Comunidades de Lugar; Interesse e Prática

- Mapeamento das Comunidades de Lugar – levantamento dos problemas; oportunidades e atores/recursos de cada lugar.
- Mapeamento das Comunidades de Interesse e Prática – levantamento das questões mais relevantes e das pessoas/agentes a envolver.

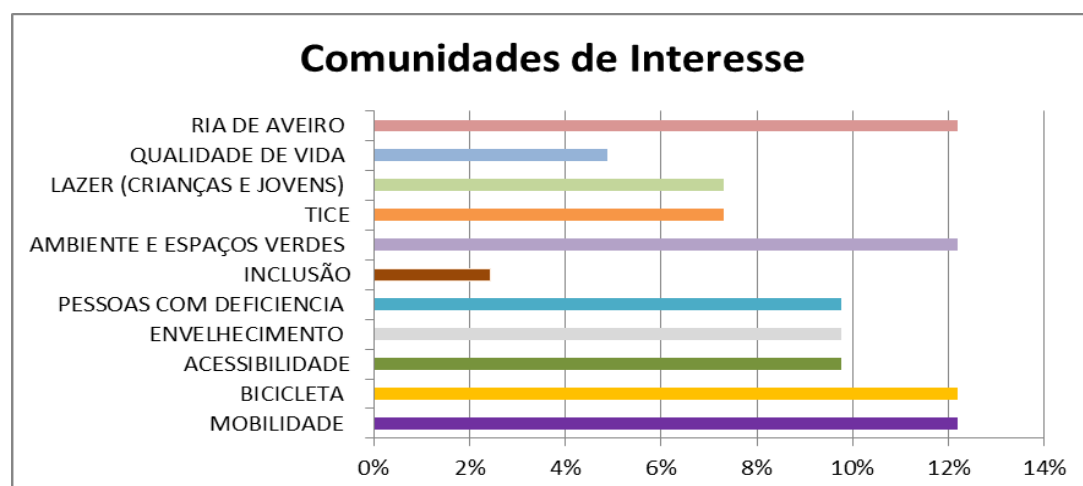


Os resultados dos formulários permitiram perceber, que das Comunidades de Lugar definidas nos *workshops*, a que reuniu mais contributos foi a comunidade do Bairro Histórico. Relativamente à Comunidade de Interesse sobressaíram as temáticas da Bicicleta e Mobilidade e em relação às Comunidades de Prática Comércio, Bicicleta e Comunidade UA.



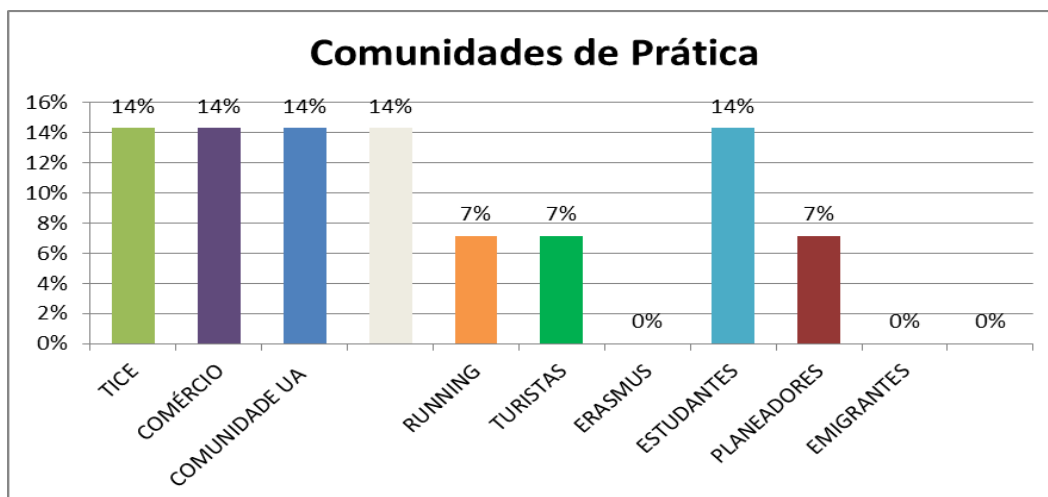
**Figura 14: Resultados Formulário Online – Comunidade de Lugar**

Fonte: Elaboração Própria



**Figura 15: Resultados Formulário Online – Comunidade de Interesse**

Fonte: Elaboração Própria



**Figura 16: Resultados Formulário Online – Comunidade de Prática**

Fonte: Elaboração Própria

Assim, com base nos contributos recolhidos nos diferentes momentos de participação apresentados foram propostos dois projetos-piloto:

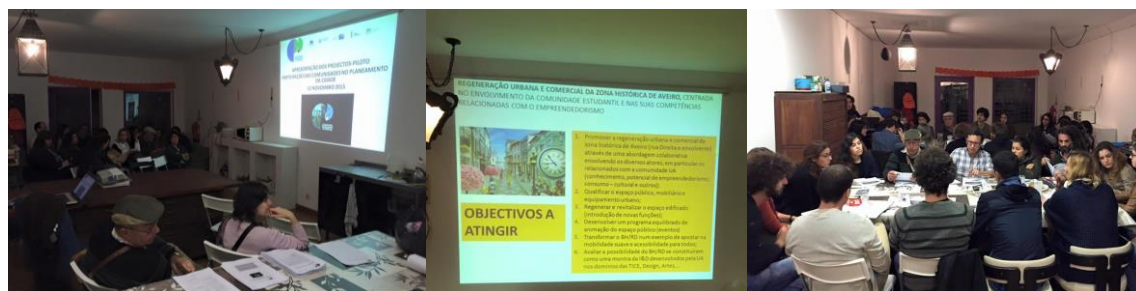
**PROJETO-PILOTO 1.** PROMOÇÃO DA BICICLETA EM AVEIRO, SOBRETUDO NA RELAÇÃO CIDADE-UNIVERSIDADE

**PROJETO-PILOTO 2.** REVITALIZAÇÃO URBANA E COMERCIAL DA ZONA HISTÓRICA, CENTRADA NO ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE ESTUDANTIL E NAS SUAS COMPETÊNCIAS RELACIONADAS COM O EMPREENDEDORISMO

A 12 de Novembro de 2015 realizou-se uma sessão pública para discussão dos projetos-piloto. Para cada um foram apresentados:

- Área de Intervenção
- Objetivos
- Metodologia
- Momentos de Participação

Nesta sessão os participantes foram convidados a escolher em qual dos projetos gostariam de participar, sendo criados 2 grupos de trabalho de forma a discutir de forma mais aprofundada cada tema e dar oportunidade aos participantes de se pronunciarem sobre os mesmos.



**Figura 17: Sessão de discussão dos Projeto-piloto**

Fonte: <https://www.facebook.com/CommunityParticipationinPlanning>

Os meios disponíveis, a mobilização de voluntários, o envolvimento institucional e a capacidade de gestão das várias iniciativas conduziram à seleção do **PROJETO 2. REVITALIZAÇÃO URBANA E COMERCIAL DA ZONA HISTÓRICA**, como projeto-piloto a implementar no âmbito deste programa.

#### **4. O PROJECTO-PILOTO VIVÓ BAIRRO**

Apresenta-se neste ponto o projeto-piloto selecionado em Aveiro, que teve como mote a revitalização urbana e comercial da zona histórica, centrada no envolvimento da comunidade estudantil e nas suas competências relacionadas com o empreendedorismo. Em primeiro, faz-se um breve enquadramento do bairro que acolheu o projeto, seguindo-se a sua descrição e análise.



**Figura 18: O Bairro Histórico de Aveiro**

Fonte: Elaboração própria com base em (Rocha, 2014)

#### 4.1. Enquadramento do Bairro Histórico

O centro da cidade de Aveiro congrega as zonas históricas das antigas Freguesias da Glória e Vera-Cruz (agora união de freguesias) envolventes ao canal central. «A zona histórica da Glória corresponde sensivelmente aos limites do antigo burgo amuralhado do qual poucos vestígios restam mas onde se concentram alguns edifícios emblemáticos» (Castro, 2012) tais como: Paços do Concelho, Teatro Aveirense, Igreja da Misericórdia, Sé catedral, Convento de Jesus, Convento e Capela das Carmelitas, e o Museu da Cidade.



**Figura 19: Monumentos Bairro Histórico**

Fonte: Internet

A zona histórica de Aveiro, definida pelo antigo perímetro muralhado e que tem na Rua Direita o seu elemento estruturante, é um espaço particularmente importante da cidade pois foi aqui que ela teve a sua génese e centro funcional original. Contudo, e à semelhança de outros centros históricos, tem vindo a sofrer os problemas duma cidade que cresceu e se desenvolveu em torno de novos centros e centralidades.

Como referido no enquadramento anterior, a área histórica da cidade tem sido objeto de inúmeras intervenções de planeamento ao longo dos anos. No entanto, os instrumentos de planeamento nem sempre conseguiram responder aos desafios locais, chegando algumas intervenções a ser apontadas como causadoras dos problemas do bairro. Neste contexto destacam-se a pedonalização da Rua Direita, construção do parque de estacionamento na Praça Marquês de Pombal.

A intervenção de pedonalização que ocorreu nos anos 90 do século passado, é ainda hoje apontada como causadora da desertificação da Rua, mantendo-se o debate sobre o retorno da configuração para o seu estado inicial, ou seja, a reconfiguração do espaço para a circulação predominantemente automóvel.

## Há quem queira os carros de volta à Rua Direita

Inquérito feito pela Associação Comercial pergunta pela reabertura daquela artéria central ao trânsito

Rui Cunha

«O que provocou a desertificação da Rua Direita? Há explicações para todos os gostos: a saída de serviços públicos, a perda de habitantes, a pedonalização da via, a criação do Fórum Aveiro e de outros centros comerciais na cidade, a quebra do poder de compra... Não há uma resposta única para explicar a decadência daquela que foi

eleito pela coligação PSD/CDS, é um dos defensores da reabertura ao trânsito. «Só não encasquei um movimento para que os carros voltem a circular nas ruas que foram pedonalizadas porque seria contrário à minha posição anterior», disse em Assembleia Municipal. Jorge Silva, presidente da ACA, não esconde «muitas preocupações» com a situação do comércio na cidade, havendo «várias razões»



HÁ QUEM DEFENDA que os automóveis regressem à Rua Direita

### VOZES

“A Rua Direita precisa de estar incluída numa rede urbana viva e com sentido, que alicie comércio, serviços e habitação e estabeleça rotinas de circulação e utilização do espaço público que lhe dão sentido”

JOÃO MARTINS

“Os maiores erros que foram feitos em Aveiro foram colocar Finanças e a Loja do Cidadão numa rua da Força. A câmara deveria quase oferecer o espaço para a Loja do Cidadão e para a zona norte da Avenida e as finanças para um outro local”

JOÃO OLIVEIRA

Figura 20: Há quem queira os carros de volta à Rua Direita”, DA - Fevereiro de 2013.

Fonte: <http://ocentrodacidadevende.blogs.sapo.pt/1664.html>

Para fazer face ao fluxo de pessoas que visitam a cidade, principalmente a zona central, foi estabelecida uma rede de estacionamento, que às obras de pedonalização da Rua Direita, somou também a construção de um parque de estacionamento subterrâneo na Praça Marquês de Pombal, inaugurado no ano de 2004 (Rocha, 2014). No entanto, também esta intervenção é considerada prejudicial para o Bairro Histórico. Em primeiro lugar pelos sucessivos atrasos na conclusão dos trabalhos, que durante um período demasiado longo fizeram deste local um estaleiro de obra, afastando os aveirenses do local de tal forma que se perdeu o hábito de visitar e estar na praça até aos dias de hoje.



Figura 21: Construção do parque de estacionamento na Praça Marquês de Pombal

Fonte: (Mota, 2016b)



Em segundo lugar, a própria configuração da nova praça é considerada pouco convidativa, um espaço demasiado amplo e árido, que não atrai visitantes nem atividades. Por último, o funcionamento do parque de estacionamento, é também apontado como um problema, que pela desadequação do horário e preço praticados, leva a que: “A zona da Praça Marquês de Pombal, com uma ocupação da via pública de 176 por cento, para apenas 26 por cento dos 475 lugares do parque subterrâneo ocupados.”



**Figura 22: Estacionamento Praça Marquês de Pombal**

Fonte: autora

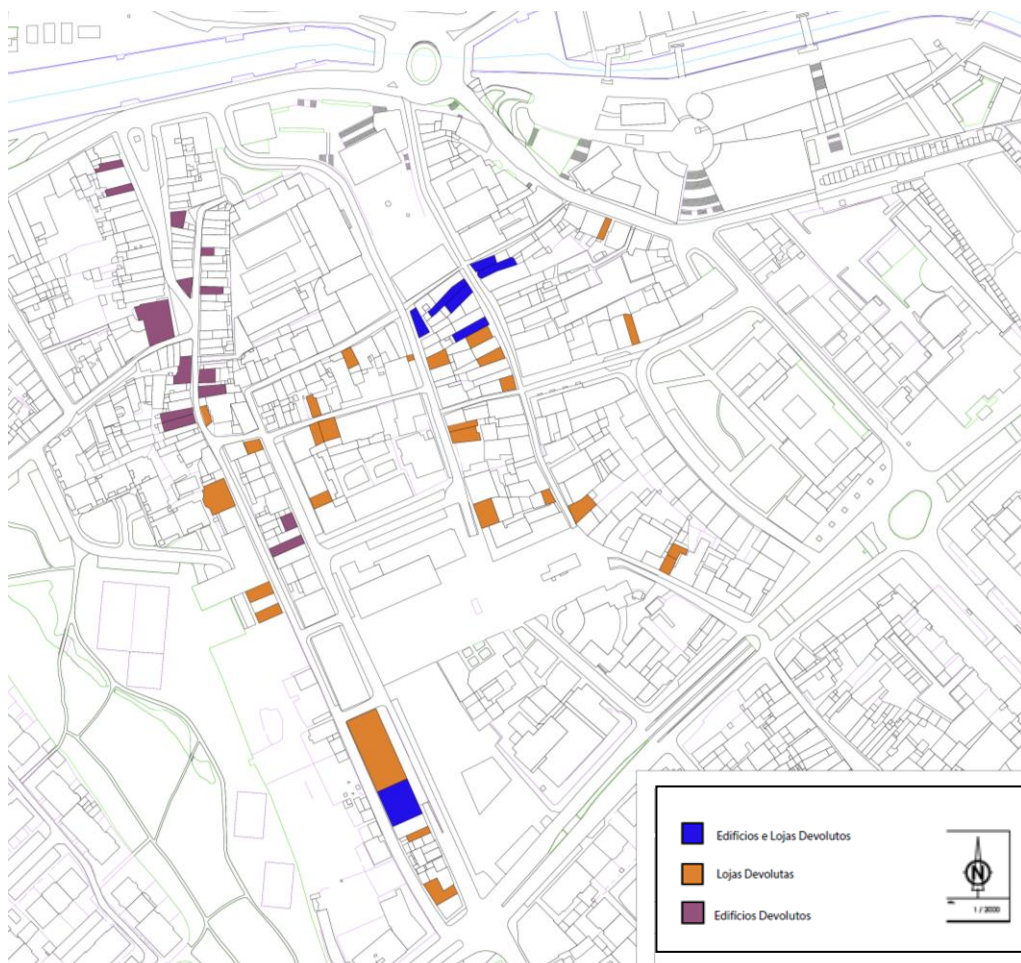
Apesar dos investimentos públicos realizados, a perda de funções residenciais, comerciais e de serviços públicos, o surgimento de ofertas comerciais alternativas (na periferia) e a diluição da importância enquanto centro cívico conduziram a uma degradação do parque edificado e à diminuição da sua atratividade funcional.

“Não será preciso um esforçado exercício de memória para recordar que aquele espaço já teve uma corporação de Bombeiros, a Direção de Finanças, a Esquadra da

PSP, as Finanças, o Turismo, todos (ou quase) os serviços autárquicos, a Assembleia Municipal, cinema, um parque infantil. Perdeu tudo isto, acrescido, recentemente, do Governo Civil” (Araújo, 2013)

**Figura 23: Notícia sobre a Rua Direita**  
Fonte: Diário de Aveiro, Março 2013





**Figura 24: Mapa Devolutos Bairro Histórico 2016**

Fonte: elaboração própria

A necessidade de inverter esta situação levou a sociedade civil a organizar-se tendo sido criada uma associação de moradores e comerciantes, A CORDA, que visa dinamizar iniciativas de promoção da zona histórica referenciada como Bairro Histórico (BH).

«O objeto da CORDA é contribuir para a dinamização e desenvolvimento local, social, cultural e económico do comércio e serviços (...) agregando os esforços dos seus associados nos domínios profissional, social, cultural e recreativo, tendo como missão primordial a criação, promoção e divulgação da marca “Bairro Histórico”»  
<https://www.facebook.com/acorda.aveiro/>



**Figura 25: Logotipo da Associação CORDA**

Fonte: <https://www.facebook.com/acorda.aveiro/>

O conceito de BH surge, assim, como um desafio da Associação para mobilizar a comunidade que habita, trabalha, usa e acarinha a zona histórica da cidade para contribuir para a sua revitalização funcional.

A noção de bairro aqui utilizada tem dois sentidos. O bairro enquanto unidade de vizinhança, espaço de encontro e proximidade entre os membros da comunidade (a noção de bairro que se referencia na residência e nos residentes, mas também em toda a teia de relações sociais que se estabeleceram e se vão tecendo nos seus espaços) e o bairro enquanto sinal de bairrismo, de apego ao bairro, aos valores identitários aveirenses (que não são imutáveis, que também se constroem).

Assim, para concluir o enquadramento apresenta-se a análise *SWOT* do Bairro Histórico, elaborada com base nos contributos dos participantes nos vários momentos de participação e dos trabalhos realizados pelos alunos nas Unidades Curriculares referidos no ponto anterior, que contribuíram para a seleção do projeto-piloto em análise.



<b>SWOT Bairro Histórico</b>	
<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- localização central do bairro</li> <li>- peso histórico na cidade (património: concentração de edifícios emblemáticos)</li> <li>- concentração de Equipamentos (Culturais)</li> <li>-edificado consolidado, potencialidade de adaptabilidade e mistura de funções</li> <li>- ligação ao canal central e à avenida Lourenço Peixinho</li> <li>- canal de ligação entre a baixa e a alta da cidade</li> <li>- concentração de Lojas de Renome</li> <li>- movimentos cívicos: mobilização da comunidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- desertificação</li> <li>- declínio comercial</li> <li>- horário funcionamento do comércio não está adaptado às novas formas de consumo</li> <li>- degradação do edificado: edifícios e lojas devolutos</li> <li>-falta de espaços lúdicos e culturais (falta de atratividade)</li> <li>- fraca relação do edificado com o espaço público</li> <li>- a mercado imobiliário e tipologias do edificado não adaptados às novas formas de habitar</li> <li>-dificuldade na acessibilidade automóvel (estacionamento: preço/horário)</li> <li>- custo elevado da recuperação do edificado</li> </ul>
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- novos hábitos consumo (comércio tradicional/justo)</li> <li>- novos hábitos mobilidade (bicicleta/pedonal)</li> <li>- criação de um novo polo de vivência urbana</li> <li>- adaptação do edificado existente para novas funções</li> <li>-apropriação do espaço público: ruas e espaços de permanência/encontro (praças)</li> <li>- atratividade: novos residentes e novas atividades</li> <li>- crescentes dinâmicas cívicas</li> <li>- novos públicos (UA)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- crise económica e institucional</li> <li>- aumento exponencial das lojas e edifícios devolutos</li> <li>- degradação do edificado existente até ao estado de não recuperação (recente demolição de casa mais antiga de Aveiro)</li> <li>- descaracterização da zona histórica da cidade (perda do património identitário que deu origem à cidade)</li> <li>- isolamento do bairro em relação à cidade</li> <li>- centralidade como potenciadora do aumento descontrolado do valor do edificado (dificuldade em atrair investimento)</li> </ul>

**Figura 26:Análise SWOT Bairro Histórico**

Fonte: elaboração própria

## **4.2. Objetivos do Projeto-piloto**

Após terem sido realizadas várias sessões de reflexão e debate com a comunidade, foi identificado o seguinte mote para a intervenção no Bairro Histórico: a revitalização urbana e comercial assente no envolvimento da comunidade de forma a cumprir os seguintes objetivos:

- revitalização urbana e comercial envolvendo os diversos atores, em particular os relacionados com a comunidade académica UA (conhecimento, potencial de empreendedorismo; consumo – cultural e outros);
- Revitalizar o espaço edificado (introdução de novas funções);
- Qualificar o espaço público, mobiliário e equipamento urbano;
- Desenvolver um programa equilibrado de qualificação e animação do espaço público (eventos);
- Avaliar a possibilidade do BH se constituir como uma montra de I&D em particular nos domínios das Ciências, TICE, Design, Cultura e Artes.

## **O VIVÓ BAIRRO - INTERVENÇÃO TÁTICA**

Para materialização dos objetivos definidos lançou-se o desafio à comunidade para a realização de um evento experimental de 2 dias com o qual se pretendeu trazer mais vida à zona histórica da cidade de Aveiro através:

- compreensão das necessidades e os sonhos coletivos da comunidade que ali vive, trabalha ou visita
- valorização dos recursos locais existentes (memória e recordações, saberes e experiências, edifícios e espaços interessantes, pessoas)
- uso temporário de espaços públicos, edifícios públicos, comerciais e devolutos com funções relacionadas com a arte, cultura, ciência e tecnologia em resposta a necessidades da comunidade
- construção, de forma colaborativa, um conjunto de ações que respondam aos sonhos e valorizem os recursos tirando partido do potencial científico, empresarial, tecnológico, artístico e cívico existente na cidade e na universidade

### **4.3. Metodologia**

Para a conceção e implementação do projecto-piloto foi desenvolvida uma metodologia colaborativa de envolvimento dos moradores, comerciantes e organizações com atividade na área identificada como bairro histórico e também com as entidades públicas da cidade.

#### **i. EQUIPA DE COORDENAÇÃO**

Dentro do espírito colaborativo a equipa de coordenação foi evoluindo, mas como núcleo principal fizeram sempre parte 2 membros da CORDA e os representantes da UA - membros do projeto CPIP. Ao longo do tempo foram integrados mais membros da CORDA e voluntários que conforme a disponibilidade assumiram tarefas específicas e decisivas para a concretização do projeto. Relativamente ao método de trabalho, a equipa reuniu praticamente semanalmente no Bairro Histórico, onde se definiam tarefas e se discutia a evolução do projeto.

#### **ii. ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

Como referido, quer a Câmara Municipal de Aveiro quer outras instituições locais, foram desde o início deste processo convidadas a participar na construção do projeto-piloto. Neste contexto, a equipa de coordenação do Vivó Bairro (CPIP e CORDA) manteve reuniões periódicas com a Câmara Municipal de Aveiro, mais especificamente com a vereação da cultura. O envolvimento da autarquia passou, essencialmente, pela agilização dos processos de licenças e isenção de taxas (ocupação do espaço público; som; segurança) e pelo apoio na colocação de estruturas (ex: Instalação de Inspiração Marítima).

#### **iii. COMUNICAÇÃO**

Para efeitos de comunicação do projeto foi criada numa primeira fase, a página do Vivó Bairro na rede social *Facebook*, que permitiu divulgar o projeto de uma forma económica e muito eficaz e que se tornou uma ferramenta indispensável para o envolvimento de uma comunidade cada vez mais alargada.

A primeira campanha lançada nesta plataforma propunha a divulgação de fotografias antigas do Bairro Histórico e obteve um número significativo de partilhas, despertando o interesse da comunidade aveirense para o projeto.

A campanha de divulgação dos sonhos das pessoas inquiridas foi extremamente importante para o envolvimento da comunidade local pois representou um reconhecimento dos seus contributos e promoveu a confiança no projeto.

Posteriormente, as atividades do evento Vivó Bairro também foram divulgadas na página da rede social permitindo também a publicidade e divulgação das instituições, associações e coletivos participantes.

O *site* Vivó Bairro foi a terceira ferramenta digital criada para comunicar o projeto, e funcionou também como plataforma para a receção de propostas de ação e inscrição de voluntários.

#### **iv. DIAGNÓSTICO PARTICIPADO**

##### **a) questionário Vivó Bairro**

O primeiro passo para promover o envolvimento da comunidade no projeto foi o contacto direto com os comerciantes e moradores do Bairro Histórico.

Assim, um grupo de voluntários e alunos da Universidade deram a conhecer o projeto distribuindo mais de 120 questionários (Anexo I) com o objetivo de levantar:

- OS RECURSOS DOS LUGARES E DAS PESSOAS (memória e recordações, saberes e experiências, edifícios e espaços interessantes, pessoas)
- OS SONHOS/DESEJOS COLETIVOS (para a rua/espço público e para o bairro)
- PROPOSTAS DE AÇÃO (que liguem os recursos e os sonhos coletivos)

##### **b) assembleia de bairro**

No sentido de apresentar o projeto e convidar à participação o maior número de pessoas realizou-se uma apresentação pública aberta não só à comunidade do bairro mas a toda a cidade.

## ASSEMBLEIA GERAL DO BAIRRO HISTÓRICO DE AVEIRO

DIA 24 PELAS 19H  
NO EDIFÍCIO TÁVORA (R/C)  
(ESPACO O. ARQUITECTOS)



[www.facebook.com/vivobairro](http://www.facebook.com/vivobairro)



**Figura 27: Divulgação da Assembleia Vivó Bairro**

Fonte: <http://vivobairro.wixsite.com/aveiro>

<http://www.diarioaveiro.pt/>

Nesta sessão compareceram aproximadamente 50 pessoas, entre cidadãos interessados, comerciantes, moradores, representantes políticos e de associações e organizações locais.

Após a apresentação do projeto em construção e dos resultados dos questionários realizados até ao momento, todos os participantes tiveram oportunidade de partilhar os seus sonhos, recursos disponíveis e ideias para o bairro.

## SONHOS COLECTIVOS



### IDENTIDADE/ESPIRITO DE PERTENÇA

- Fortalecer o espírito de Bairro; Trazer vida permanente; Valorizar a história e a identidade do Bairro; Fortalecer o espírito intergeracional;

### NOVA VIDA E FUNÇÕES

- Trazer as novas gerações para morar no Bairro; Atrair crianças e jovens; Regresso de funções públicas; Reposicionar o bairro como um local atrativo para empreender e comprar; O bairro como laboratório e mostra de produtos e serviços inovadores (ciência, tecnologia, design,...); Valorizar as tecnologias da cidade na promoção de atividades pelo bairro; Um bairro que cultiva a música

### CONFORTO E ATRACTIVIDADE

- Tornar o bairro mais confortável (bancos e mobiliário urbano); As ruas enfeitadas (flores, cobertura); Ligar o bairro histórico à cidade; Bairro mais acessível (para todos e com mais TP); Bairro seguro (iluminado e seguro); Um bairro mais sustentável (mais ecopontos);

## RECURSOS



### MEMÓRIA E RECORDAÇÕES

- Fotografias antigas

### SABERES E EXPERIÊNCIAS

- Artes e ofícios tradicionais (retrosarias, alfaiates, costureiras,...); Artes contemporâneas (Design, Ilustração, Livro,...); Doçaria conventual; Eventos CORDA

### EDIFÍCIOS E ESPAÇOS INTERESSANTES

- Teatro Aveirense, Museu de Aveiro, Igreja das Carmelitas, Misericórdia, Bancos, Praças, Jardim do Museu, Edifícios desocupados, Azulejo, Cerâmica artística, Montras e varandas

### PESSOAS E ORGANIZAÇÕES

- Comunidades académicas (ESHC, Escola Glória), PSP, Recreio Artístico, Atendimento dos comerciantes, Loja JLP (vídeo), Cantor de fado (...)

### PESSOAS E ORGANIZAÇÕES/SABERES DA CIDADE

- CMA, Universidade, Artistas e Escolas de música da cidade, Empresas TICE da cidade, Associações culturais da cidade, Ilustradores de Aveiro, Conservatório de Música, Banda Amizade, Grupos de Teatro

**Figura 28: Sonhos Coletivos e Recursos do Bairro Histórico**

Fonte: (Mota, 2016a)

## v. CONSTRUÇÃO COLECTIVA DO PROGRAMA

### a) espaços e temas

Depois de compilada toda a informação recolhida quer nos questionários e quer na assembleia, foram definidos os espaços e temáticas para o desenvolvimento das atividades propostas pela comunidade.

Foram identificadas 4 temáticas:

- Brincar no bairro
- Memória e Identidade
- Troca de saberes
- Ativação do espaço público

E 4 conjuntos de espaços:

- Espaço público
- Espaços edificados com funções públicas
- Espaços comerciais
- Espaços (edifícios/lojas) devolutos





**Figura 29: Mapeamento Bairro Histórico**

Fonte: Elaboração própria

## b) Convocatória

Com o objetivo de incluir jovens licenciados da Universidade de Aveiro, empresas, organizações da sociedade civil e cidadãos na foi lançada um *call* (ANEXO II) para apresentação de propostas a enquadradas no guião do projeto. As propostas deveriam articular os sonhos e recursos identificados com os espaços e temas definidos.

## c) workshop VIVÓ BAIRRO

A construção deste projeto comunitário envolveu ao longo do tempo um número alargado de pessoas/voluntários, com diferentes funções e intensidade de participação. Assim, e de forma a garantir a participação e motivação de todos, sentiu-

se a necessidade de organizar um *workshop* com o mote “pensar e fazer de forma colaborativa”.

A sessão foi dividida em 3 momentos (ANEXO III):

- 1) Construção coletiva do conceito do Vivó bairro: perceber a motivação de cada um para participar e criar um consenso sobre os objetivos, estratégias e metodologias para a concretização do projeto.
- 2) Definição de estratégias de mobilização da comunidade: perceber como cada um vai participar e motivar a participação de outros.
- 3) Mapeamento de atividades e definição de estratégias de concretização: fornecer uma visão do tipo de atividades e locais propostos e respetivos; seleção e compromisso com a concretização das atividades



**Figura 30: Workshop Vivó Bairro – construção coletiva do programa**

Fonte: <https://www.facebook.com/vivobairro/>

d) visita de estudo a Aveiro - CPIP

Na visita de estudo CPIP a Aveiro, os convidados internacionais tiveram a oportunidade de conhecer o Bairro Histórico e discutir o Vivó Bairro, contribuindo para a sua validação. Assim, na sessão de trabalho dedicada ao projeto, distribuiu-se pelos participantes um resumo do que projeto-piloto local e a programação criada para o evento de 4 e 5 de Junho. A análise destes documentos serviu de base para a discussão com o grupo: trabalho realizado, conceito e métodos.





**Figura 31: Sessão de trabalho visita de estudo CPIP**

Fonte: <https://www.facebook.com/CommunityParticipationinPlanning/>

Nesta visita de estudo um dos pontos que mais discutido prende-se com a construção de uma visão para o bairro - Onde queremos ir? E o que fazer para lá chegar? Destacam-se como conclusões da semana de trabalho com os parceiros internacionais:

- A importância de dar continuidade ao evento através da repetição de algumas atividades específicas, aproveitando a comunidade e recursos mobilizados
- A oportunidade de candidatura aos fundos europeus no âmbito do QEC 2014-2020
- A candidatura de Aveiro a Capital Europeia da Cultura.
- Edificado: a importância de manter o conjunto, flexibilizando os usos
- Criação de eventos a longo prazo, calendário permanente e plano para cada espaço
- A importância de a qualidade prevalecer sobre a quantidade.
- Infraestrutura: regulamento urbano/flexibilização de usos

#### 4.4. Atividades VIVÓ BAIRRO



Figura 32: Cartaz Vivó Bairro

Fonte: <https://www.facebook.com/vivobairro/>

Nos dias 4 e 5 de Junho o Vivó Bairro transformou o bairro histórico, com mais de 60 atividades (inseridas nas temáticas e espaços definidos), nos quais estiveram envolvidas aproximadamente 150 dinamizadores (cidadãos, instituições, associações, coletivos, empresas).



Figura 33: Programa Vivó Bairro

Fonte: <http://vivobairro.wixsite.com/aveiro>

Não sendo possível descrever aqui todos os eventos (ver Anexo IV), apresentam-se algumas atividades que podem ajudar a compreender como se iniciou a transformação do bairro através de experiências que cruzando os sonhos, espaços e recursos locais tentaram responder aos objetivos estabelecidos.

De destacar que algumas destas ações foram replicadas pela Câmara Municipal de Aveiro no âmbito do Festival dos Canais (ver: <http://festivaldoscanais.pt/>), que aconteceu na cidade um mês depois. Considera-se que esta opção de replicação, num contexto bem diferente – disponibilidade de recursos financeiros e apoio institucional – demonstra a qualidade, diversidade e adaptabilidade das atividades das atividades implementadas no Vivó Bairro.

### **Brincar no bairro**

Os questionários realizados permitiram perceber que uma das prioridades para a comunidade é a criação de um espaço lúdico no bairro. De facto, muitos dos inquiridos recordaram os equipamentos infantis que existiam mas, e apesar das condições locais (jardins, ruas pedonais e praças) desapareceram. Durante o evento foram vários os espaços que temporariamente albergaram jogos tradicionais, desportos coletivos e outras brincadeiras. Esta iniciativa permitiu testar a possibilidade de transformar determinados espaços do bairro em locais dedicados ao público mais jovem.



**Figura 34: Exemplos de Atividades Brincar no Bairro**

Fonte: <https://www.facebook.com/vivobairro/>

## Devolutos



**Figura 35: Exposição Fotográfica em loja devoluta**

Fonte: <https://www.facebook.com/vivobairro/>

A ocupação temporária de lojas devolutas com exposições fotográficas e diversas criações artísticas, foi uma das formas encontradas para dar resposta a um dos problemas mais destacado pela comunidade. Pode dizer-se que esta iniciativa gerou três resultados positivos: o embelezamento dos espaços devolutos; a promoção do

trabalho dos artistas; e a possibilidade de ir à conversa com os proprietários demonstrando-lhes que a ocupação temporária pode ser uma mais-valia para a valorização dos seus espaços.

## Memória e Identidade:

Recriação das portas da muralha - a zona do Bairro Histórico, ficava, até ao Séc. XVIII, dentro das muralhas da cidade, o objetivo desta intervenção foi ligar a ideia da sua existência histórica, e das suas portas, com o presente e com o futuro de Aveiro. Para a sua concretização foi enviado para as escolas da cidade um convite para os alunos participarem na construção de azulejos de cartão que representassem os seus sonhos, desejos, projetos, imagens, pensamentos e memórias que se relacionem com a vida em Aveiro. Os mais de 800 azulejos recebidos foram incorporados numa estrutura que simula uma das portas da antiga muralha colocada na Rua Luís de Cipriano.





**Figura 36: Instalação - Recriação da Portas da Muralha do Bairro Histórico**

Fonte: <https://www.facebook.com/vivobairro/>

### **Troca de Saberes**

Beneficiando dos recursos (matérias e imateriais) disponíveis no bairro e como forma de valorizar o comércio local, foram organizados pelos lojistas em parceria com diferentes organizações diversos *workshops*, mostrando não só a diversidade de produtos mas também os saberes existentes no bairro.



**Figura 37: Workshop de Cerâmica**

Fonte: <https://www.facebook.com/vivobairro/>

## **Ativação do Espaço Público**

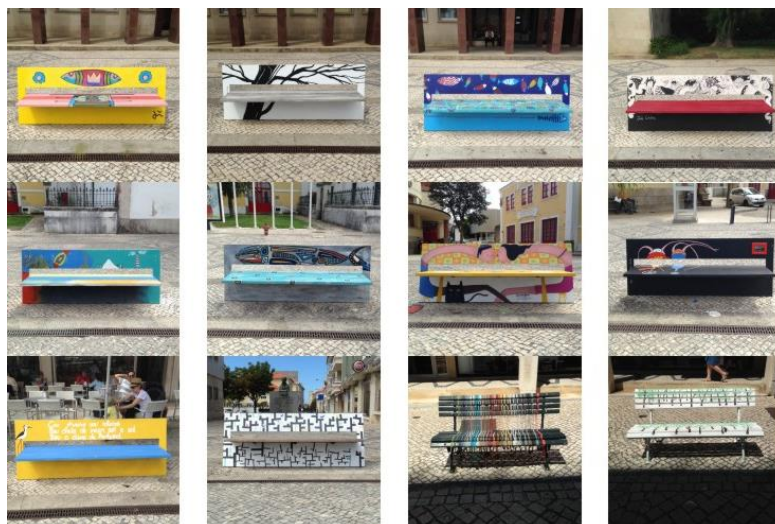
Instalação de Inspiração Marítima – o evento Vivó Bairro acolheu a segunda edição desta instalação comunitária. De salientar que nesta edição foram os comerciantes e residentes que criaram os elementos marítimos colocados nas redes de pesca penduradas no espaço público. Assim, esta iniciativa foi importante não só para embelezar as ruas mas também para fortalecer o espírito de comunidade. A instalação permaneceu no bairro até Setembro.



**Figura 38: Instalação Comunitária de Inspiração Marítima**

Fonte: <https://www.facebook.com/vivobairro/>

Arte Pública: o fim de semana do evento foi o início da iniciativa de arte pública em que bancos públicos e caixas elétricas são ilustrados com o objetivo de embelezar os equipamentos urbanos e criar um fator de atracção para o bairro. Esta é uma iniciativa mais duradoura, pois dando continuidade ao processo iniciado em Junho, continuam a ser pintadas caixas e bancos durante os fins de semana, criando assim um momento de interesse e encontro no bairro ao longo do tempo. De referir que os artistas oferecem o seu talento, e que para as tintas e material necessários foi criada uma campanha de angariação de fundos para a qual contribuíram comerciantes, associações e cidadãos anónimos (ANEXO V).



**Figura 39: Bancos Ilustrados no Bairro Histórico**

Fonte: <https://www.facebook.com/vivobairro/>



**Figura 40: Caixas Elétricas Ilustrados no Bairro Histórico**

Fonte: <https://www.facebook.com/vivobairro/>

Jantar Comunitário: um dos momentos altos do fim de semana foi o jantar comunitário. Realizado num largo pitoresco mas subaproveitado, o jantar reuniu mais de uma centena de pessoas. Todos partilharam a comida, preocupações e desejos para o bairro. No fim, ficou a vontade de repetir o momento e criar um de espaço de encontro comunitário.





**Figura 41: Jantar Comunitário no Largo de S.Braz**

Fonte: <https://www.facebook.com/vivobairro/>

### Balanço e Futuro

Com o intuito de se perceber qual o impacto do Vivó Bairro junto da comunidade organizou-se uma sessão de balanço, dividida em dois momentos. Um primeiro momento, direccionado às organizações e pessoas que participaram na construção e implementação do projeto. E uma segunda parte, aberta ao público, onde estiveram presentes cidadãos que usufruíram do evento e quiseram expressar a sua opinião.

Nos dois casos seguiu-se o seguinte guião:

- ASPECTOS mais POSITIVOS
- ASPECTOS menos POSITIVOS
- APRENDIZAGENS
- QUE PROJECTOS PODEM TER CONTINUIDADE? COMO?
- QUE NOVOS PROJECTOS?



**Figura 42: Sessão de Balanço Vivó Bairro**

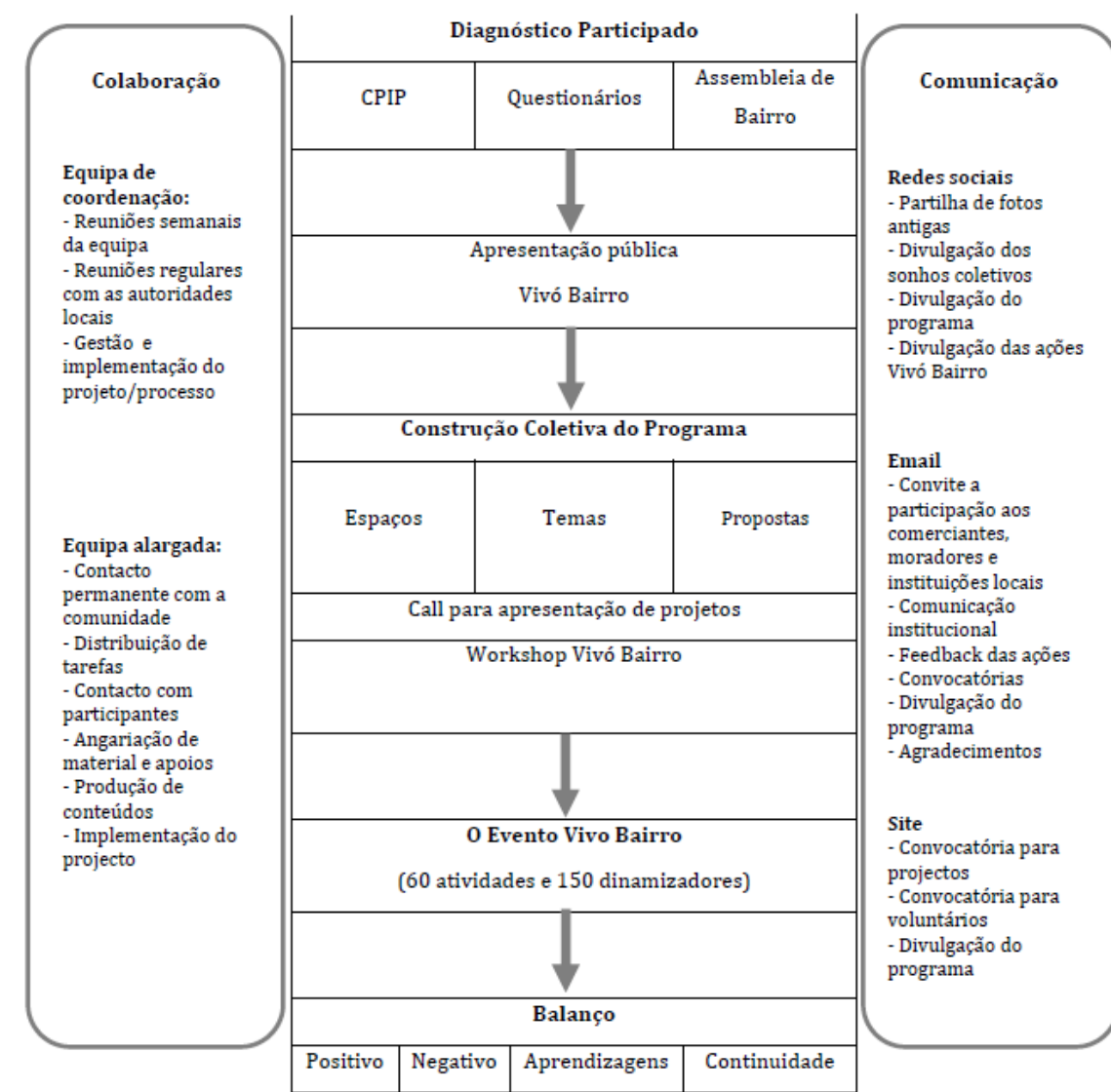
Fonte: <https://www.facebook.com/vivobairro/>



Nesta sessão ficou expressa a intenção de criação de uma plataforma institucional, que agregue as pessoas/organizações que participara, de forma a dar continuidade ao projeto. Esta plataforma teria como missão apoiar a criação de novas intervenções no Bairro Histórico, através de um processo colaborativo no qual os diferentes intervenientes participam em todo o processo. Ou seja, mais que um somatório de atividades, ao envolver outras organizações como copromotores defende-se a criação de uma visão para o local em que cada organização, conforme a sua vocação, desenvolva novos projetos enquadradas no todo.

Outro objetivo declarado é que esta seja uma forma de negociação com a autarquia e demais agentes permitindo trabalhar em conjunto a visão para o local e as prioridades de quem lá vive ou trabalha. Por fim, que a plataforma constitua uma possibilidade de candidatura a financiamento e contribua para a qualificação do território através da conceção de projetos inovadores.

## Metodologia VIVÓ BAIRRO



**Figura 43: Esquema da Metodologia VIVÓ BAIRRO**

Fonte: elaboração própria

#### **4.5.Resultados**

Neste ponto pretende-se avaliar os resultados do projeto-piloto e das intervenções táticas. Esta reflexão tem como base o enquadramento teórico e o potencial do urbanismo tático nas três dimensões – planeamento, envolvimento da comunidade e revitalização urbana. Assim, criaram-se três tabelas de avaliação divididas respetivamente por:

- os contributos do urbanismo tático para o planeamento, envolvimento da comunidade e revitalização urbana (uma tabela sobre cada dimensão)
- o projeto-piloto: metodologia aplicada
- resultados: positivos e negativos

##### **No planeamento**

O primeiro resultado a destacar é a demonstração de que é possível implementar um projeto definido pela comunidade, através da conjugação de sonhos e disponibilidades, apesar de inexistência de recursos financeiros ou apoios institucionais. Em segundo lugar a implementação de ações a curto prazo permitiu a celebração do projeto pela comunidade, no entanto, os benefícios não foram sentidos por todos de igual modo. Em terceiro, destaca-se a produção e disseminação de conhecimento sobre o território. Em todas as fases, desde o processo de seleção, à construção e implementação projeto, a combinação do conhecimento empírico com o conhecimento científico gerou mais conhecimento. Esta aprendizagem mútua permitiu transformar o(s) conhecimento(s) em ação coletiva. Associada às ações implementadas (diversidade de temas e espaços) está a lógica de experimentação subjacente ao projeto que permitiu testar metodologias e atividades que podem contribuir para construção de uma visão para o território. Nesta linha, destaca-se o efeito de *spin-off* de algumas ações implementadas no Vivó Bairro que foram replicadas pela própria autarquia noutras zonas da cidade.

Finalmente, de referir que apesar do estreitamento das relações com as diversas organizações públicas, o projeto não foi incorporado na agenda da Câmara Municipal o que acaba por resultar numa incerteza em relação ao futuro do projeto e à

manutenção das atividades em curso, contribuindo para uma desmobilização de esforços e recursos da comunidade.

CARACTERÍSTICAS UT	METODOLOGIAS PROJECTO-PILOTO	+                      - RESULTADOS DO PROJECTO- PILOTO	
<b>FLEXIBILIDADE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diagnóstico Participado</li> <li>- Grupo alargado de coordenação – imprevisibilidade de data e local de reunião</li> <li>- Construção coletiva do programa</li> <li>- Programa em permanente construção</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Concretização dos sonhos coletivos</li> <li>- Reconhecimento e Reinvenção dos recursos locais</li> <li>- Adequação das propostas aos espaços</li> <li>- Diversidade de participantes</li> <li>- Diversidade de eventos</li> <li>- Programa em permanente construção</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alterações constantes ao programa</li> <li>- Visão não partilhada por todos de igual forma</li> <li>- Programa demasiado denso</li> <li>- Divulgação tardia do programa do evento</li> <li>- Desmobilização de voluntários</li> </ul>
<b>BAIXO CUSTO E BAIXO-RISCO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Voluntariado</li> <li>- Materiais reciclados</li> <li>- Estruturas</li> <li>- Licenças - Isenção de taxas</li> <li>- Inexistência de recursos financeiros</li> <li>- Gestão das Expectativas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número significativo de voluntários</li> <li>- Número significativo de atividades</li> <li>- Mobilização da comunidade para angariação de materiais e estruturas</li> <li>- Ações criativas e temporárias de animação do espaço público e privado – Famílias do Bairro (exposição em loja devoluta); Brincar no Bairro</li> <li>- Ações criativas e permanentes de embelezamento do espaço público: Bancos Ilustrados e Bairro à Letra (caixas elétricas)</li> <li>- Noção partilhada – é possível fazer acontecer sem recursos financeiros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Constrangimentos do orçamento -Impossibilidade de realizar propostas de ação de custo elevado</li> <li>- Degradação rápida de algumas intervenções (Redes; Porta da Muralha)</li> <li>- Benefícios não foram sentidos por todos e igual forma – excesso de expectativa</li> </ul>
<b>ACÇÃO RÁPIDA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Processo de Definição do projeto-piloto (4 meses)</li> <li>- Diagnóstico Participado (2 semanas)</li> <li>- Construção Coletiva do Programa (2 meses)</li> <li>- Implementação: o evento Vivó Bairro (2 dias)</li> <li>- Balanço</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Comunidade presente em todas as fases</li> <li>- Demonstração de que é possível</li> <li>- Celebração do projeto</li> <li>- Perceção imediata dos resultados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desgaste da atividade cívica e associativa – intensidade da ação</li> <li>- Pouco tempo para etapas específicas</li> <li>- Benefícios não foram sentidos por todos de igual forma</li> </ul>
<b>PEQUENA ESCALA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Bairro</li> <li>- Praças</li> <li>- Ruas</li> <li>- “Becos”</li> <li>- Edifícios Públicos</li> <li>- Estabelecimentos Comerciais</li> <li>- Lojas devolutas</li> <li>- Mobiliário Urbano (Bancos; Caixas de Eletricidade)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ações em todas as zonas do bairro</li> <li>- Ativação do espaço público</li> <li>- Ativação de edifícios públicos e privados</li> <li>- Valorização de especificidades locais</li> <li>- Reforço da ideia de bairro</li> <li>- Aumento do sentido de pertença no território</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desmobilização de agentes externos não ligados ao Bairro</li> <li>- Poucas lojas aderentes</li> <li>- Dispersão de atividades</li> </ul>

<b>ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Workshops CPIP</li> <li>- Sessão pública para discussão dos projetos-piloto</li> <li>- Questionário VIVÓ BAIRRO</li> <li>- Assembleia de bairro</li> <li>- Convocatória para propostas</li> <li>- Implementação: o evento Vivó Bairro</li> <li>- Avaliação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Forte mobilização cívica na construção do projeto</li> <li>- Forte mobilização cívica no evento</li> <li>- Envolvimento da comunidade desde a identificação do projeto, a sua conceção e implementação, a avaliação e programação futura</li> <li>- Reconhecimento e valorização das competências e recursos da comunidade</li> <li>- Capacitação dos agentes – A CORDA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reduzida participação das autoridades locais</li> <li>- Reduzida participação de proprietários</li> <li>- Reduzida participação dos comerciantes</li> <li>- Desgaste da atividade cívica e associativa</li> <li>- Não evoluiu para um quadro de organização interassociativo</li> </ul>
<b>EXPERIMENTAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção coletiva do programa</li> <li>- Implementação: o evento Vivó Bairro</li> <li>- Ex de Ações: Jantar Comunitário</li> <li>- Famílias do Bairro</li> <li>- Brincar no Bairro</li> <li>- Roteiro de Arte Pública</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Novas formas de liderança</li> <li>- Novas formas de relação institucional</li> <li>- Novas formas de ativação do espaço público e privado</li> <li>- Novas formas de embelezamento de mobiliário urbano</li> <li>- Novos conceitos para a promoção do bairro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Temporário</li> <li>- Dificil medição dos resultados</li> </ul>
<b>REPLICABILIDADE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Materiais digitais: partilha de conteúdos (em todas as fases) nas plataformas eletrónicas e redes sociais</li> <li>- Diversidade de atividades</li> <li>- Qualidade de atividades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Convites para realizar o Vivó Bairro noutros locais</li> <li>- Intenção de readaptar e repetir atividades específicas no bairro</li> <li>- Ações replicadas no Festival dos Canais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Perceção deficiente do potencial da rede</li> </ul>

**Figura 44: Resultados Vivó Bairro no planeamento**

Fonte: elaboração própria

### **No envolvimento da comunidade**

Relativamente ao envolvimento da comunidade a metodologia aplicada permitiu, em primeiro lugar, a participação da comunidade desde a identificação e seleção do projeto, à sua conceção e implementação, a avaliação e programação futura.

Em segundo lugar permitiu identificar as comunidades - lugar, interesse e prática, e valorizar as suas competências e recursos.

A forte mobilização cívica resultou numa diversidade e qualidade das ações desenvolvidas, e para o envolvimento extraordinário de cidadãos e organizações. No entanto, a mobilização cidadã e a vontade expressa de se realizar novos projetos não se traduziu numa evolução para um quadro de organização interassociativo.

A metodologia participativa permitiu testar novas formas de relacionamento institucional, novas formas de liderança e novas formas de fazer em colaboração, contribuindo para uma aprendizagem e capacitação dos atores.

UT E O ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE	METODOLOGIA PROJECTO-PILOTO	+ RESULTADOS - DO PROJECTO- PILOTO	
<b>DELIBERAÇÃO COLETIVA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Workshops</i> CPIP</li> <li>- Sessão pública para discussão dos projetos-piloto</li> <li>- Diagnostico participado</li> <li>- Assembleia de bairro</li> <li>- Convocatória para propostas</li> <li>- Workshop Vivó Bairro</li> <li>- Implementação: o evento Vivó Bairro</li> <li>- Avaliação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificação das comunidades</li> <li>- Forte mobilização cívica na construção do projeto - 150 dinamizadores</li> <li>- Alargamento da rede: de conhecimento; de gentes; de vontades; de objetivos</li> <li>- Diversidade de atividades</li> <li>- Diversidade de participantes</li> <li>- Novas formas de liderança</li> <li>- Novas formas de relação institucional</li> <li>- Consensos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reduzida participação de proprietários</li> <li>- Reduzida participação dos comerciantes</li> <li>- Reduzida participação das autoridades locais</li> <li>- Desgaste da atividade cívica e associativa</li> <li>- Percepção deficiente do potencial da rede</li> <li>- Não evoluiu para um quadro de organização interassociativo</li> </ul>
<b>COCRIAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção coletiva do programa</li> <li>- Implementação: o evento Vivó Bairro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diversidade de atividades</li> <li>- Qualidade das atividades</li> <li>- Diversidades de participantes</li> <li>- Consensos</li> <li>- Novas formas de liderança</li> <li>- Novas formas de relação institucional</li> <li>- Novas formas de transformação dos espaços</li> <li>- Envolvimento da comunidade desde a identificação do projeto, a sua conceção e implementação, a avaliação e programação futura</li> <li>- Reconhecimento e valorização das competências e recursos da comunidade</li> <li>- Fortalecimento da relação entre participantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reduzida participação de proprietários</li> <li>- Reduzida participação dos comerciantes</li> <li>- Reduzida participação das autoridades locais</li> <li>- Alterações constantes ao programa</li> <li>- Visão não partilhada por todos de igual forma</li> <li>- Não evoluiu para um quadro de organização interassociativo</li> </ul>
<b>CAPACITAÇÃO DOS CIDADÃOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Workshops</i> CPIP</li> <li>- Sessão pública para discussão dos projetos-piloto</li> <li>- Diagnostico participado</li> <li>- Assembleia de bairro</li> <li>- Convocatória para propostas</li> <li>- Workshop Vivó Bairro</li> <li>- Construção coletiva do programa</li> <li>- Implementação: o evento Vivó Bairro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento do conhecimento sobre o território</li> <li>- Difusão de informação sobre o bairro</li> <li>- Reconhecimento e reinvenção dos recursos locais</li> <li>- Adequação das propostas aos espaços</li> <li>- Experimentação</li> <li>- Novas formas de liderança</li> <li>- Novas formas de relação institucional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reduzida participação de proprietários</li> <li>- Reduzida participação dos comerciantes</li> <li>- Não evoluiu para um quadro de organização interassociativo</li> <li>- Não incorporação na agenda das entidades públicas</li> </ul>

<b>CAPITAL SOCIAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Definição do projeto</li> <li>- Workshop CPIP</li> <li>- Assembleia de bairro</li> <li>- Convocatória para propostas</li> <li>- Workshop Vivó Bairro</li> <li>- Implementação: o evento Vivó Bairro</li> <li>- Avaliação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento do conhecimento sobre o território</li> <li>- Circulação de informação sobre o local</li> <li>- Alargamento da rede</li> <li>- Fortalecimento da relação entre participantes</li> <li>- Cooperação e confiança entre participantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não evoluiu para um quadro de organização interassociativo</li> <li>- Percepção deficiente do potencial da rede</li> </ul>
<b>APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diagnóstico participado</li> <li>- Implementação: o evento Vivó Bairro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ações em todas as zonas do bairro</li> <li>- Adequação das propostas aos espaços</li> <li>- Ativação do espaço público</li> <li>- Ativação de edifícios públicos e privados</li> <li>- Valorização de especificidades locais</li> <li>- Reforço da ideia de bairro</li> <li>- Aumento do sentido de pertença no território</li> <li>- Novas formas de transformação dos espaços</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Benefícios não foram sentidos em todos os locais definidos de igual forma</li> </ul>

**Figura 45: Resultados VIVÓ BAIRRO na participação da comunidade**

Fonte: elaboração própria

### **Na revitalização urbana**

Relativamente à revitalização do bairro, pode concluir-se que o resultado mais importante foi a vitalidade que se sentiu na implementação do projeto-piloto. A conjugação de eventos e intervenções levou muitas pessoas ao bairro e conseguiu promover a permanência nos vários espaços.

A identificação dos espaços, funções e recursos permitiu a sua valorização e reinvenção através da experimentação de ações nas várias componentes essenciais à revitalização urbana - Edificado; Património; Espaço Público e Ambiente Urbano; Comércio, Serviços e Equipamentos; e Mobilidade.

A inclusão de todas as artérias e praças contribuiu para cimentar a imagem de bairro, quer no conjunto da cidade quer internamente para a própria comunidade local, reforçando por um lado a noção de bairro como unidade de vizinhança e por outro lado os valores identitários e históricos do local.

Finalmente destacam-se o embelezamento do espaço público (ex: Instalação de Inspiração Marítima e Bairro à Letra), e a integração do bairro na envolvente através de elementos como “a Porta da Muralha”.

O U T E A REVITALIZAÇÃO	METODOLOGIA PROJECTO-PILOTO	+      - RESULTADOS DO PROJECTO- PILOTO	
<b>VITALIDADE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção coletiva do programa</li> <li>- Implementação: o evento Vivó Bairro - 60 atividades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número elevado e diversificado visitantes: aveirense, turistas, crianças...</li> <li>- Ações em todas as zonas do bairro</li> <li>- Concretização dos sonhos coletivos</li> <li>- Dinamização da atividade económica local (pequeno comércio e serviços)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Benefícios não foram sentidos em todos os locais de igual forma</li> <li>- Eventos com pouca adesão</li> </ul>
<b>TRANSFORMAÇÃO DOS ESPAÇOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção coletiva do programa</li> <li>- Implementação: o evento Vivó Bairro - 60 atividades</li> <li>- Tipologia de Espaços: Espaço público</li> <li>Lojas Vivó Bairro</li> <li>Devolutos</li> <li>Instituições</li> <li>- Temáticas: Brincar no bairro</li> <li>Memória e Identidade</li> <li>Troca de saberes</li> <li>Ativação do espaço público</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A integração de várias partes do bairro</li> <li>- Adequação das propostas aos espaços</li> <li>- Novas formas de ativação do espaço público e privado</li> <li>- Novas formas de embelezamento de mobiliário urbano</li> <li>- Integração do bairro na envolvente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Benefícios não foram sentidos em todos os locais definidos de igual forma</li> <li>- Reduzido número de intervenções no edificado - fraca participação de proprietários</li> <li>- Reduzido número de intervenções nos espaços comerciais</li> <li>- Carácter temporário das intervenções</li> </ul>
<b>VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diagnóstico participado</li> <li>- Construção coletiva do programa</li> <li>- Tipologia de Espaços: Espaço público</li> <li>Lojas Vivó Bairro</li> <li>Devolutos</li> <li>Instituições</li> <li>- Temáticas: Brincar no bairro</li> <li>Memória e Identidade</li> <li>Troca de saberes</li> <li>Ativação do espaço público</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A integração de várias partes do bairro</li> <li>- Intervenções nas componentes: Edificado; Património; Espaço Público e Ambiente Urbano; Comércio, Serviços e Equipamentos; e Infraestruturas e Mobilidade</li> <li>- Aumento do conhecimento sobre o território</li> <li>- Difusão de informação sobre o bairro</li> <li>- Adequação das propostas aos espaços</li> <li>- Concretização dos sonhos coletivos</li> <li>- Novas formas de ativação do espaço público e privado</li> <li>- Novas formas de embelezamento de mobiliário urbano</li> <li>- Dinamização da atividade económica local (pequeno comércio e serviços)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa demasiado denso</li> <li>- Concentração de intervenções em algumas temáticas em detrimento de outras</li> <li>- Reduzido número de intervenções no edificado – reduzida participação de proprietários</li> <li>- Reduzido número de intervenções nos espaços comerciais – participação reduzida dos comerciantes</li> </ul>



<b>LOCAIS DE ENCONTRO E PARTILHA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Workshops CPIP</li> <li>- Diagnóstico participado</li> <li>- Assembleia de bairro</li> <li>- Convocatória para propostas</li> <li>- Workshop Vivó Bairro</li> <li>- Implementação: o Evento Vivó Bairro</li> <li>- Avaliação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento do conhecimento sobre o território</li> <li>- Difusão de informação sobre o bairro</li> <li>- Adequação das propostas aos espaços</li> <li>- Concretização dos sonhos coletivos</li> <li>- Forte mobilização cívica na construção do projecto - 150 dinamizadores</li> <li>- Alargamento da rede: de conhecimento; de gentes; de vontades; de objetivos</li> <li>- Criação de um efeito de esperança</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reduzida participação de proprietários</li> <li>- Reduzida participação dos comerciantes</li> <li>- Não evoluiu para um quadro de organização interassociativo</li> <li>- Perceção deficiente do potencial da rede</li> </ul>
<b>IDENTIDADE E ORGULHO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Campanhã de Fotografias Antigas</li> <li>- Implementação: o Evento Vivó Bairro</li> <li>- Ex de Ações: Jantar Comunitário Famílias do Bairro Porta da Muralha</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Concretização dos sonhos coletivos</li> <li>- Reavivar de tradições antigas, do bairrismo e da interação social</li> <li>- Desenvolveu relações de proximidade e sentimentos de comunidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Benefícios não foram sentidos em todos os locais definidos de igual forma</li> </ul>

**Figura 46: Resultados VIVÓ BAIRRO na revitalização urbana**

Fonte: elaboração própria

#### 4.6.Aprendizagens

Seguindo a mesma lógica, apresentam-se as aprendizagens retiradas da implementação do projeto relativamente às três dimensões – planeamento, envolvimento da comunidade e revitalização urbana.

##### Planeamento

A primeira aprendizagem e talvez mais relevante é a perceção de que apesar de as intervenções táticas terem um impacto muito positivo, só através da sua incorporação pelas entidades públicas (administração local) se consegue dar robustez ao processo de mudança a longo-prazo. No entanto, a segunda aprendizagem é precisamente a perceção de que um projeto assente no envolvimento da comunidade tem mais probabilidade de conseguir que algumas iniciativas sejam mantidos pelas organizações locais, como demonstram as duas atividades referidas - Instalação de Inspiração Marítima e Bairro à Letra.

Finalmente, destaca-se a importância do trabalho de proximidade entre os planeadores e a comunidade, no sentido de garantir quer um diagnóstico

aprofundado (identificar, tratar e mapear dados muitas vezes desconhecidos da própria comunidade), quer um processo participado e transparente no qual os diferentes contributos são tidos em conta na construção da visão para o local. No fundo, a referida transferência de competências e *know-how* metodológico para sustentar a capacidade de auto-organização e de concretização de um projeto.

### **Envolvimento da Comunidade**

Relativamente ao envolvimento da comunidade a primeira aprendizagem a reter é que contrariamente ao que muitas vezes se afirma as pessoas participam quando são realmente envolvidas e quando percebem/sentem que há um objetivo comum.

Outra aprendizagem a destacar é a necessidade de envolver os participantes (cidadãos, organizações, associações, etc) desde o início, mas também manter abertura suficiente para ir incorporando novos contributos ao longo do processo. Trabalhar com projetos dos cidadãos, apoiar grupos comunitários e iniciativas pré-existentes ajuda a agregar os esforços que muitas vezes estão dispersos, contribuindo para o fortalecimento das relações, potenciando o trabalho em rede e a criação de novos projetos e parcerias. No entanto, a cocriação implica a corresponsabilização e só através dela se garante a concretização de um projeto comunitário.

Por último, destaca-se a importância de definir a escala dos projetos e ações de forma a não correr o risco de desgastar a atividade cívica e associativa.

### **Revitalização Urbana**

No que à revitalização urbana diz respeito, a implementação do projeto-piloto permitiu confirmar que as cidades têm recursos (invisíveis) desperdiçados. A própria comunidade é uma fonte inesgotável de recursos (memórias, saberes e ofícios) que se devidamente valorizados ou reinventados podem ser o motor de revitalização.

A segunda ideia a reter é a capacidade que as intervenções táticas têm na transformação da paisagem urbana. É possível transformar um bairro através dos recursos internos e da conjugação de vontades.

Finalmente, a vitalidade de um bairro pode ser induzida através de intervenções rápidas e temporárias respondendo à urgência de resultados, no entanto, a manutenção da vitalidade implica recursos e investimentos mais alargados bem como a integração do local e das suas necessidades nas políticas da cidade.

## CAPÍTULO IV – CONCLUSÕES

### 1. PROPOSTA DE METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO

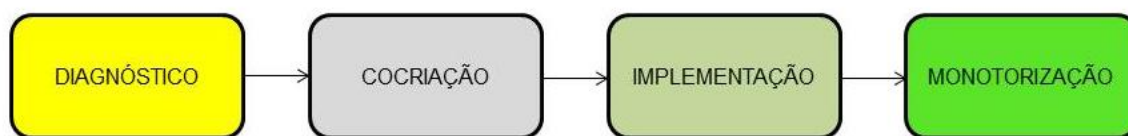
Da reflexão sobre as potencialidades do urbanismo tático, conjugada com a experiência na implementação do projeto Vivó Bairro, análise do processo e seus resultados, propõe-se uma metodologia de intervenção.

A proposta centra-se numa metodologia de intervenção tática para projetos de revitalização urbana assente no envolvimento da comunidade local.

Esta abordagem parte das seguintes premissas:

- identificação de problemas e prioridades com e a partir da comunidade
- cocriação de soluções locais para os desafios locais;
- compromissos de curto prazo e expectativas realistas;
- corresponsabilização dos intervenientes;
- capacitação dos cidadãos para a concretização de um objetivo comum.

A metodologia assenta em **4 etapas**:



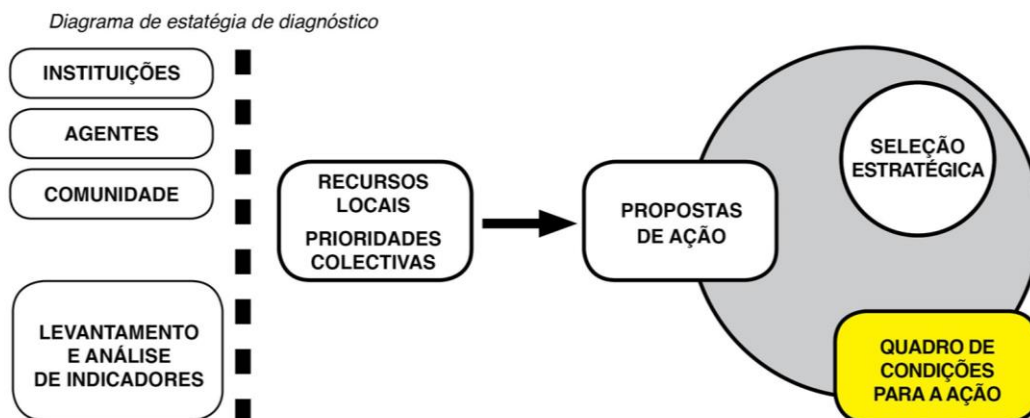
**Figura 47: Etapas da proposta de metodologia**

Fonte: elaboração própria

#### **Diagnóstico:**

A realização do diagnóstico da área de intervenção irá permitir a recolha de informação para a concretização da intervenção temporária, e ambos contribuirão para a definição do programa e estratégia de atuação no futuro. Esta etapa está dividida em duas partes, a primeira dedicada a um levantamento dos indicadores locais implícitos à revitalização urbana, a segunda dedicada a um diagnóstico participado realizado de forma a identificar quais as prioridades, recursos e ações possíveis para o local.

## DIAGNÓSTICO



**Figura 48: Proposta de estratégia de diagnóstico**

Fonte: elaboração própria

1. Recolha de variáveis e indicadores: Habitação; Edificado; Património; Espaço Público e Ambiente Urbano; Comércio, Serviços e Equipamentos; e Infraestruturas e Mobilidade 2. Identificação das instituições; agentes – associações, coletividades e/ou grupos informais; e comunidade 3. Análise e tratamento dos dados recolhidos.

### DIAGNÓSTICO PARTICIPADO

- Sessões de auscultação das (s) comunidades
- Mapeamento das comunidades locais, interesse e prática
- Questionários: levantamento de recursos; prioridades e propostas de ação
- Sessão aberta a comunidade:

Apresentação da informação e resultados dos levantamentos efetuados

Questões mais relevantes

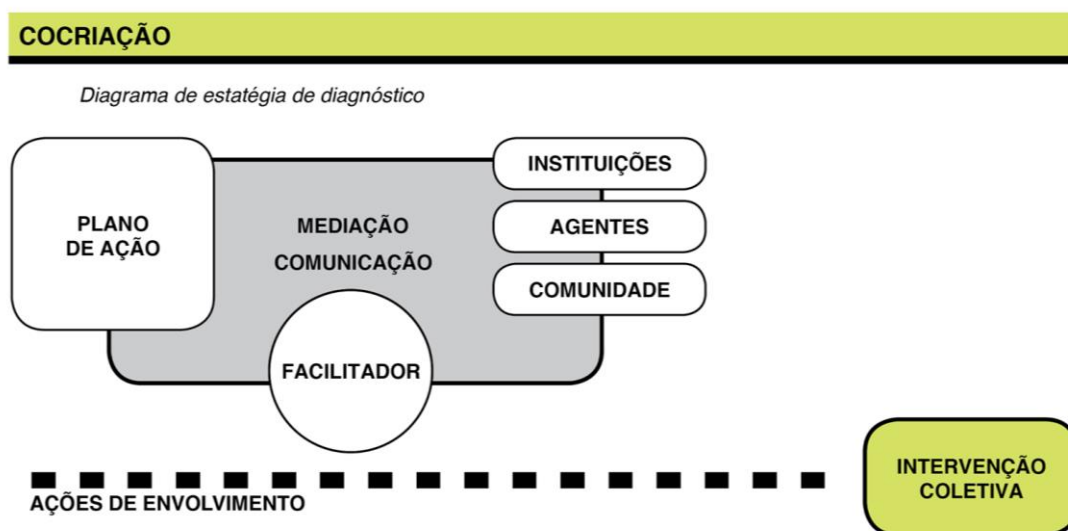
Objetivos

Atores a envolver

## COCRIAÇÃO:

Envolvimento de todos no processo de participação coletiva e mediação do diálogo e proximidade entre participantes:

1. Discussão de soluções estratégicas;
2. Processo de seleção: definição do motor de desenvolvimento a adotar
3. Estratégia de intervenção sustentada numa proposta concreta de atuação com componentes imateriais e/ou físicas.



**Figura 49: Proposta de estratégia de envolvimento da comunidade**

Fonte: elaboração própria

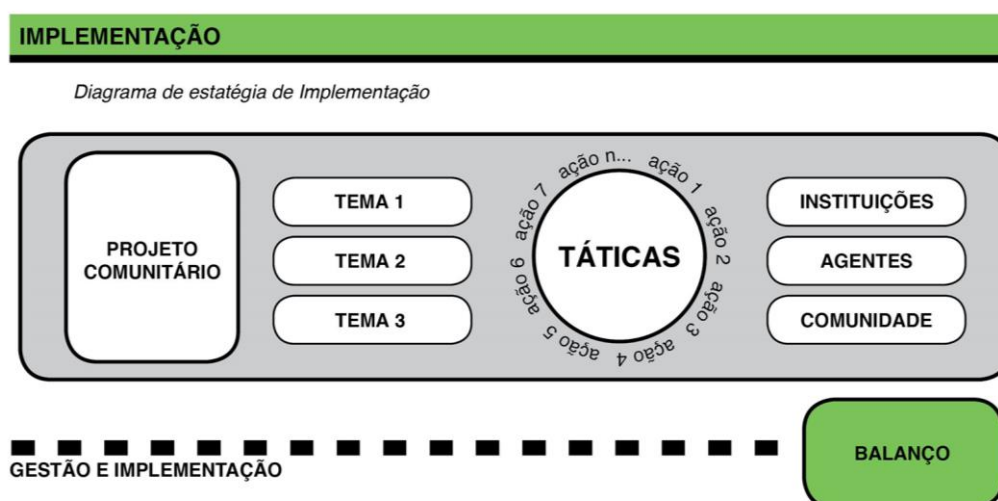
## CONSTRUÇÃO COLECTIVA DO PLANO DE AÇÃO

- Sessão de difusão de boas-práticas
- Definição da intervenção temporária
  - temas e locais
  - definição de estratégias de concretização - pensar e fazer de forma colaborativa
- Lançamento de convocatória para a concretização das ações dentro das temáticas definidas e em parceria com os agentes mobilizados
- Planeamento da intervenção temporária:
  - definição das equipas de trabalho e distribuição de tarefas;

- indicação de participantes; parceiros e agentes;
  - seleção das propostas (convocatória);
  - definição da data, horários e atividades;
  - definição dos materiais a utilizar na intervenção e sua angariação;
  - divulgação do plano de intervenção e contacto com organizações locais possíveis aliadas para a ação;
- Divulgar e convidar:
- comunicação da intervenção e seu propósito;
  - divulgação nos meios locais e redes sociais.

## IMPLEMENTAÇÃO:

No contexto de revitalização urbana propõe-se uma intervenção temporária executada em conjunto com a população local. Esta intervenção move-se no âmbito do transitório, do pequeno, das relações sociais, envolve a participação, ação, interação e é motivada pelas situações existentes e particulares, diagnosticadas previamente. Trata-se, portanto, de um olhar tático sobre a ação particular no espaço de intervenção, procurando novas possibilidades a partir da própria matéria-prima que são as atividades quotidianas e os recursos endógenos.



**Figura 50:Proposta de estratégia de implementação**

Fonte: elaboração própria

- implementação da intervenção:

- coordenação das acções;
- coordenação dos participantes; parceiros e agentes;
- Registo de todo o processo: através de vídeo, fotos, desenhos ou outros formatos
- Divulgação e partilha do processo e da intervenção nas plataformas de comunicação

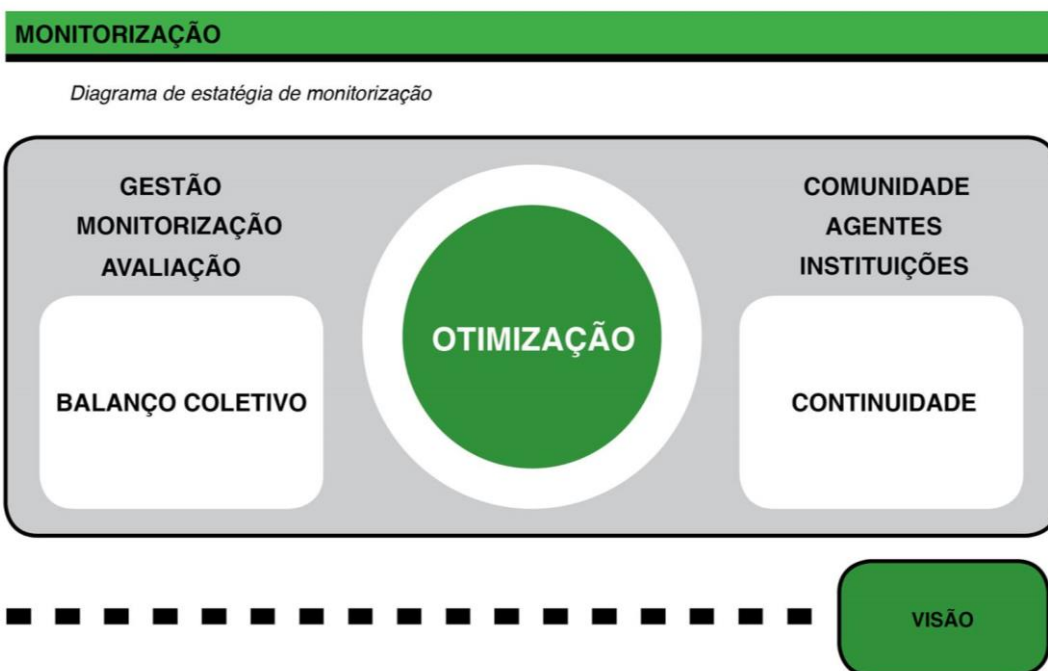
A intervenção temporária pretende funcionar como um complemento ao planeamento urbano, onde ações temporárias permitirão a “pré transformação” do espaço; e uma forma de participação que potenciará as conexões pessoa-espaço e pessoa-pessoa, respondendo aos sonhos e prioridades locais.

- Funcionará como catalisador de relações de proximidade e intimidade, tanto com o próprio espaço, quanto na relação entre os habitantes das cidades.
- Fortalecerá o capital social e as redes comunitárias, gerando laços de confiança entre vizinhos e grupos sociais em geral.
- Permitirá experimentar, discutir e decidir sobre os temas que afetam a qualidade de vida das pessoas e desenvolver estratégias de desenvolvimento a longo prazo.

### **MONITORIZAÇÃO:**

Traduz-se num momento de conclusão da intervenção temporária e leitura do seu impacto enquanto promotora do processo de revitalização urbana. A partir do envolvimento de todas as partes, num processo de participação coletiva, mediação e diálogo são discutidos os resultados da intervenção. Com base nos resultados são definidos modelos que permitam prolongar e melhorar as dinâmicas decorrentes do processo de revitalização urbana.





**Figura 51:Proposta de estratégia de monitorização**

Fonte: elaboração própria

- Sessão de Balanço - Processo coletivo de reflexão do trabalho desenvolvido e resultados da intervenção temporária:

- aspetos positivos
- aspetos negativos
- aprendizagens
- que ações podem ter continuidade? como?
- novas intervenções?

- Otimização do modelo

- Projeção de futuro: aspirações, vontades, necessidades, disponibilidades
- Avaliação das estratégias de sustentação no tempo
- Visão

Assim, e não obstante a necessária validação, considera-se que esta proposta metodológica pode ser um contributo válido para a implementação de projetos

participados de revitalização urbana, e facilmente incorporada em processos formais de planeamento. A sua implementação pretende incitar um processo de proximidade que permita diagnósticos eficazes e soluções mais assertivas, integrando os recursos próprios da área de intervenção. A intervenção temporária é pensada como uma forma de experimentação e pré-transformação do local, através de táticas de transformação rápida que possam servir para testar e validar uma visão para o futuro local. É uma metodologia concebida para integrar o processo de planeamento, permitindo testar ideias, conceitos e ações de forma a guiar uma futura intervenção permanente, reduzindo assim os riscos e custos associados.

## **2.CONSIDERAÇÕES PARA A PRÁTICA DE PLANEAMENTO**

Com o objetivo geral de compreender o lugar e o papel das intervenções táticas dentro do planeamento urbano, realizou-se nesta investigação uma revisão bibliográfica sobre a temática central – o Urbanismo Tático. Esta pesquisa revelou a que na literatura o conceito é apresentado como uma alternativa às respostas fornecidas pelas ferramentas formais ou mesmo como um desafio ao *status quo* do planeamento do território. Esta tendência pode ser explicada, por um lado, pelo facto do Urbanismo Tático ser um conceito recente e que para se afirmar como uma abordagem inovadora procura distanciar-se da prática tradicional criando a “controvérsia” necessária para aparecer como um conceito alternativo, numa época em que as novas tendências surgem e “desaparecem” a uma velocidade avassaladora o que muitas vezes impossibilita o seu estudo aprofundado, bem como a medição dos resultados produzidos pelas diferentes abordagens. Paralelamente, o sucesso destes conceitos pode ser explicado pelo contexto atual de «contradição entre aumento de complexidade da realidade urbana e o emagrecimento dos recursos do Estado» (Mota, 2013), associados a uma convicção crescente de que os processos tradicionais de planeamento não são suficientemente adaptáveis para responder às necessidades locais.

No entanto, e apesar de ao longo desta dissertação os autores citados e a literatura consultada espelharem esta tendência, considera-se que a discussão deve ser

aprofundada e que o urbanismo tático não pode de forma alguma substituir o planeamento do território, sendo com certeza mais útil perceber como pode se podem complementar.

São inegáveis os vários os problemas que o planeamento enfrenta atualmente, e em muitos aspetos a sua reconstrução é essencial. No entanto, o seu objetivo como atividade pública que é o interesse coletivo não deve ser posto em causa e não será com discursos anti planeamento e anti estado que se resolvem os problemas apontados. Por um lado, e neste contexto, iniciativas táticas que muitas vezes não decorrem de uma visão global podem contribuir para a acentuar os problemas, como a desregulamentação; diminuição do investimento; ou ações pontuais sem dimensão urbana. Assim, o sucesso deste tipo de abordagens pode ser bastante contraproducente, desvirtuando ou invertendo e até mesmo a desresponsabilizando urbanistas, técnicos e decisores políticos que têm como dever definir uma estratégia urbana global, a sua agenda, calendarização e financiamento. Por outro lado, ao promover a autoiniciativa, a auto-organização e a desconstrução do sistema formal de planeamento, o urbanismo tático, pode alimentar a autopromoção, o individualismo ou disseminação de ideias populistas às quais teoricamente se opõe. Não é difícil de imaginar, que uma sociedade da informação instantânea e muito marcada pela imagem, onde o *branding* é tudo, faça as cidades andar constantemente atrás de conceitos, marcas ou modas. Ou pior ainda, num sociedade em que até o espaço público pode ser vendido, alugado ou concessionado, as iniciativas táticas sejam promovidas por empresas ou grupos de interesse, utilizando a cidade enquanto montra dos seus próprios produtos ou canais de divulgação de mensagens, que não tendo o interesse e o controlo público, podem ser discriminatórias e exclusórias, contrariando a vocação democrática da cidade. Associada a esta questão está outra ideia que é importante desmistificar, que é a noção de que numa iniciativa tática todos os envolvidos estão na mesma posição de poder, ou seja, no mesmo placo e com acesso às mesmas ferramentas. No entanto, esta não é a realidade (salvo raras exceções) pelo que se considera importante não criar ilusões e assumir que existem graus de liderança e capital absolutamente distintos, pois só assim se pode dar transparência aos processos de negociação e acabar com as relações ocultas de poder na formulação dos desejados consensos. Outra questão relacionada com o discurso

anti planeamento é o facto o urbanismo tático parecer desvalorizar os chamados instrumentos duros (ou formais) e as ações de longo prazo. Ora, não é crível que as táticas urbanas possam substituir instrumentos indispensáveis à transformação do território, como por exemplo planos ou processos de licenciamento. Assim, considera-se que a postura a adotar será no sentido de perceber a sua relevância e as razões porque estes instrumentos não funcionam, para assim poder informar a sua conceção e os processos de decisão, contribuindo desta forma para os resultados/ produtos finais que daí resultam. Por fim, será ainda conveniente clarificar a ideia do urbanismo tático como solução para os diversos desígnios do ordenamento do território e para as questões prioritárias em todos os sistemas de planeamento, no caso português, é difícil perceber como é que as intervenções táticas podem responder à necessidade de controlar a dispersão territorial, ou gerir a floresta e infraestrutura pública. É necessário haver uma consciência das geografias, acreditando-se que no caso do território nacional, o urbanismo tático é uma ferramenta importante para o reforço de centralidades e das comunidades, e da organização e ação coletiva, podendo funcionar para alavancar processos de revitalização urbana baseados na participação da comunidade local.

Face ao exposto, e com o objetivo de contribuir para a compreensão de como o urbanismo tático pode complementar o planeamento do território, apresentam-se, com base a experiência da implementação do projeto-piloto em Aveiro, algumas das características inerentes ao urbanismo tático e os benefícios da sua aplicação a processos de transformação urbana. O primeiro aspeto a destacar é o foco na ação, através de ações rápidas os projetos táticos permitem celebrar resultados a curto prazo, o que pode permitir assegurar a motivação necessária ao processo e assim sustentar os esforços a mais longo prazo. O seu carácter cirúrgico, à escala do edifício, rua ou bairro, permite ao urbanismo tático intervir com uma maior consciência das especificidades locais (perceção clara do palco, ação, meios e atores). Esta proximidade permite soluções mais assertivas que identificam, mobilizam e reinventam recursos (materiais e imateriais) locais muitas vezes invisíveis ou desperdiçados. Outra característica das intervenções táticas é o baixo custo associados a ações de pequena escala, rápidas e temporárias, e consequentemente de baixo risco, pois se a intervenção tática não funcionar como planeado não se esgotam

orçamentos, nem o capital político é desperdiçado. Estas ações temporárias e de baixo custo permitem experimentar soluções, testar visões e medir os resultados em tempo real. Implementadas de forma flexível possibilitam ajustes antes de se avançar com os grandes investimentos e os projetos futuros poderão ser afinados para incorporar as aprendizagens. Assentes numa abordagem participada as táticas urbanas podem promover a capacitação da comunidade para participar ativamente (da conceção à implementação), o que permite a identificação de soluções inovadoras para problemas concretos e a mobilização de meios para a concretização da ação. Concluindo, considera-se que as intervenções táticas, como mobilização coletiva em que os cidadãos são parte da ação e não seu objeto, devem contribuir para um maior compromisso entre as partes envolvidas, alinhando forças em torno de objetivos comuns e reforçando a legitimidade das decisões. Assim, se devidamente incorporadas nos processos de planeamento da entidades públicas locais podem contribuir para um processo mais eficaz, inclusivo, e participado para alcançar a desejada mudança a longo-prazo.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albrechts, L. (2015). Breaking Out of the Box: Ingredients for a More Radical Planning. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 184(0), 104–110. <http://doi.org/http://dx.doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.05.063>
- Albrechts, L. (2016a). Strategic planning as a catalyst for transformative practices. In B. Haselsberger (Ed.), *Encounters in Planning Thought: 16 Autobiographical Essays from Key Thinkers in Planning*. New York: Routledge.
- Albrechts, L. (2016b). Strategic Planning as Governance of Long-Lasting Transformative Practices. In G. Concilio & F. Rizzo (Eds.), *Human Smart Cities - Rethinking the Interplay between Design and Planning* (pp. 3–20). Springer International Publishing. <http://doi.org/10.1007/978-3-319-33024-2>
- Alisdairi, L. K. (2014). *A Cry and a Demand: Tactical Urbanism and the Right to the City*. Master's thesis, University of Washington. Retrieved from <https://digital.lib.washington.edu/researchworks/handle/1773/26826>
- Alves, S. (2014). *Planeamento colaborativo em contextos de regeneração urbana*. Master's thesis, Universidade do Porto. Retrieved from <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/12384>
- Araújo, M. P. (2013). Mora apenas uma pessoa na Rua Direita. *Diário de Aveiro*.
- Åström, J., Granberg, M., & Khakee, A. (2011). Apple Pie–Spinach Metaphor: Shall e-Democracy make Participatory Planning More Wholesome? *Planning Practice and Research*, 26(5), 571–586. <http://doi.org/10.1080/02697459.2011.626723>
- Bailey, N. (2010). Understanding community empowerment in urban regeneration and planning in England: putting policy and practice in context, (December 2014), 37–41. <http://doi.org/10.1080/02697459.2010.503425>
- Balsas, C. J. L. (1999). *Urbanismo Comercial em Portugal e a Revitalização do Centro das Cidades* (GEPE - Gab). Lisboa.
- Benner, S. M. (2013). *Tactical urbanism: from civil disobedience to civic improvement*. Master's thesis, University of Texas. Retrieved from <http://repositories.lib.utexas.edu/handle/2152/23995>
- Brenner, N. (2015). Uneven Growth: Reflections on a curatorial process is “Tactical Urbanism” an alternative to Neoliberal Urbanism? [[Web log post]]. Retrieved from [http://post.at.moma.org/content\\_items/587-is-tactical-urbanism-an-alternative-to-neoliberal-urbanism](http://post.at.moma.org/content_items/587-is-tactical-urbanism-an-alternative-to-neoliberal-urbanism)
- Carvalho, J. (2012). Matriz para a Estruturação de Territórios Urbanos. In 1º Congresso de Ciência Regional de Cabo Verde/15º Congresso APDR (pp. 4039–4056). Cabo Verde.

- Castro, T. V. (2012). *Regeneração Urbana e Quarteirões Culturais* (Master's thesis, Universidade de Aveiro). Retrieved from <http://ria.ua.pt/handle/10773/8394>
- CEDRU. (2011). *Desenvolvimento Urbano Sustentável em Portugal: uma Abordagem Integrada. Relatório para a Direcção-Geral da Política Regional da Comissão Europeia*. Retrieved from [http://www.ifdr.pt/ResourcesUser/Noticias/Documentos/Estudos\\_DGREGIO/FinaReport\\_PT\\_Urban.pdf](http://www.ifdr.pt/ResourcesUser/Noticias/Documentos/Estudos_DGREGIO/FinaReport_PT_Urban.pdf)
- Cognetti, F., & Castelnovo, I. (2014). Learning in Action. Mapping San Siro: an Exploration into City/University Collaboration. In *2<sup>nd</sup> Annual AAE Conference 2014 Living and Learning*. Sheffield, UK. Retrieved from <http://re.public.polimi.it/handle/11311/941359#.WH1LTvmLQ1I>
- Community Participation in Planning CPIP. (2015a). *CPIP Aveiro Launch Event Report DRAFT*.
- Community Participation in Planning CPIP. (2015b). *CPIP Belfast Study Exchange Report DRAFT*.
- CPIP. (2016). Community Participation in Planning. Retrieved from <http://www.cpip-planningwithcommunities.eu/>
- Da Costa, J. C. L. (2013). *Revitalização de Centros Urbanos - Da Urbe Devoluta à Covilhã Reabilitada* (Master's thesis, Universidade da Beira Interior). Retrieved from <http://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/2061>
- Forester, J. (1948). *The Deliberative Practitioner: Encouraging Participatory Planning Processes*. London: The Mit Press.
- Grodach, C., & Ehrenfeucht, R. (2016). *Urban revitalization: remaking cities in a changing world*. Retrieved from [https://books.google.pt/books?id=zrpACwAAQBAJ&pg=PA4&dq=Urban+revitalization:+remaking+cities+in+a+changing+world&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwiIzvSJ5MfRAhVBwBQKHRcnDYcQ6AEIGzAA#v=onepage&q=Urban revitalization: remaking cities in a changing world&f=false](https://books.google.pt/books?id=zrpACwAAQBAJ&pg=PA4&dq=Urban+revitalization:+remaking+cities+in+a+changing+world&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwiIzvSJ5MfRAhVBwBQKHRcnDYcQ6AEIGzAA#v=onepage&q=Urban%20revitalization%3Aremaking%20cities%20in%20a%20changing%20world&f=false)
- Guerra, I., Seixas, J., & Freitas, M. J. (2005). *Políticas Públicas de Revitalização Urbana - Reflexão para a formulação estratégica e operacional das actuações a concretizar no Qren - Relatório Final*. Retrieved from [http://www.qren.pt/np4/file/1427/12\\_Pol\\_ticas\\_P\\_blicas\\_de\\_Revitaliza\\_o\\_U.pdf](http://www.qren.pt/np4/file/1427/12_Pol_ticas_P_blicas_de_Revitaliza_o_U.pdf)
- Hall, P. (2002). *Urban and Regional Planning [PDF]*. Retrieved from <https://books.google.pt/books?id=Bwk5prymD8YC&hl=pt-PT>
- Hoogerbrugge, M. (2009). *Community Involvement in Urban Regeneration Projects - The case of Pepys Estate and Silwood Estate in Lewisham*.

- Hurley, A. K. (2016). DIY urban planning is happening all over the country. Is it only for white people? *The Washington Post*. Retrieved from <https://www.washingtonpost.com/posteverything/wp/2016/10/27/diy-urban-planning-is-happening-all-over-the-country-is-it-only-for-white-people/>
- Kogan, G. (2016). Cosmopista. Retrieved from <https://cosmopista.com/2016/03/22/urbanismo-tatico-estagio-avancado-do-urbanismo-neoliberal/>
- Lydon, M. (2012). *Tactical Urbanism Vol.2*. Retrieved from [https://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/tactical\\_urbanism\\_vol\\_2\\_final](https://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/tactical_urbanism_vol_2_final)
- Lydon, M., Bartman, D., Woudstra, R., & Khawarзад, A. (2011). *Tactical Urbanism Vol. 1*. Retrieved from [https://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/tactical\\_urbanism\\_vol.1](https://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/tactical_urbanism_vol.1)
- McClymont, K. (2014). Stuck in the Process, Facilitating Nothing? Justice, Capabilities and Planning for Value-Led Outcomes. *Planning Practice and Research*, 29(0), 187–201. <http://doi.org/10.1080/02697459.2013.872899>
- Meirinhos, M., & Osório, A. (2010). O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. *EDUSER: Revista de Educação*, 2(2), 49–65. <http://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Mota, J. C. B. (2013). *Planeamento do Território : Metodologias , Actores e Participação* (Tese de Doutoramento em Ciências Sociais). Universidade de Aveiro. Retrieved from <http://ria.ua.pt/handle/10773/13666>
- Mota, J. C. B. (2015). Do We Really Need Participation in Planning ? Context – What ' S a Better Planning ? In *SINERGI - Social Integration Through Urban Growth Strategies - Second Thematic Seminar*. Lisboa. Retrieved from <http://pt.slideshare.net/zemota/do-we-really-need-participation-in-planning>
- Mota, J. C. B. (2016a). Apresentação Vivó bairro. Retrieved from <http://www.slideshare.net/PlaneamentoRegionalUrbano/apresentao-vivo-bairro>
- Mota, J. C. B. (2016b). VIVÓ BAIRRO, participação das comunidades no planeamento da cidade. In *I Videoconferência Internacional: Urbanismo Tático, Conceituação e práticas*. Retrieved from <http://www.slideshare.net/zemota/viv-bairro-21-novembro-2016-conferencia-internacional-urbanismo-tatico>
- Mota, J. C. B., & Santinha, G. (2016). Aveiro: Civic Movements to Promote Smarter Decisions for the future of the City. In G. Concilio & F. Rizzo (Eds.), *Human Smart Cities - Rethinking the Interplay between Design and Planning*.
- Moura, D., Guerra, I., & Seixas, J. (2006). A Revitalização Urbana: Contributos para a Definição de um Conceito Operativo. *Cidades-Comunidades E Territórios*, 15–34. Retrieved from <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/3428?mode=simple>



- Nettler, J. (2011). Top Planning Trends of 2011-2012. Retrieved from <http://www.planetizen.com/node/54838>
- Nogueira, F. (2010). *Desenvolvimento local : estratégias e competitividade* (Doctoral dissertation, Universidade de Aveiro). Retrieved from <http://ria.ua.pt/handle/10773/3934>
- Nogueira, F. (2013). O PDM como instrumento de desenvolvimento : haverá saídas ? In *Encontro Anual da Ad Urbem 2013 – O Plano ainda vale a pena?* Lisboa, Portugal. Retrieved from <http://www.adurbem.pt/content/view/1008/9/>
- Nogueira, F. (2016). Planning Context, Planning Practice and Civic Movements. *Presentation on CPIP Aveiro Study Visit.*
- Pfeifer, L. (2013). *The Planner 's Guide to Tactical Urbanism*. Retrieved from <http://www.reginaurbanecology.com/>
- Robinson, F., Shaw, K., & Davidson, G. (2005). "On the side of the Angels": community involvement in the governance of neighbourhood renewal. *Local Economy*, 20(1), 13–26. <http://doi.org/10.1080/0269094042000313584>
- Rocha, R. F. (2014). *O papel do Design na revitalização dos centros urbanos comerciais - A Rua Direita em Aveiro, como caso de estudo*. (Master thesis ,Universidade de Aveiro).
- Rosa Pires, A. da. (2001). Breaking the Ties with the Master Plan: Spatial Strategic Plans in Portugal. In L. Albrechts, J. Alden, & A. D. R. Pires (Eds.), *The Changing Institutional Landscape of Planning* (pp. 181–207). Ashgate Pub Ltd.
- Rydin, Y., & Pennington, M. (2000). Public Participation and Local Environmental Planning : The collective action problem and the potential of social capital. *Local Environment: The International Journal of Justice and Sustainability*, 5(2), 153–169. <http://doi.org/10.1080/13549830050009328>
- Samadi, Z., Yunus, R. M., & Omar, D. (2012). Evaluating Revitalizing Toolkit towards a Quality Heritage StreetEstablishment. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 35(December 2011), 637–644. <http://doi.org/10.1016/j.sbspro.2012.02.131>
- Sebastião, A. S. C. (2010). *Planeamento Estratégico para o Centro Histórico de Torres Vedras* (Master thesis, Universidade de Lisboa). Retrieved from <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/3862>
- Silva, P. (2016). Tactical urbanism: Towards an evolutionary cities approach? *Environment and Planning B: Planning and Design*, (July). <http://doi.org/10.1177/0265813516657340>
- Spataro, D. (2015). Against a de-politicized DIY urbanism: Food Not Bombs and the struggle over public space. *Journal of Urbanism: International Research on Placemaking and Urban Sustainability*, 9175(August), 1–17. <http://doi.org/10.1080/17549175.2015.1056208>

Steffens, K. (2013). *Urbanismo Táctico Vol.3 - Casos Latinoamericanos*. Retrieved from [https://issuu.com/ciudademergente\\_cem/docs/ut\\_vol3\\_2013\\_0528\\_10](https://issuu.com/ciudademergente_cem/docs/ut_vol3_2013_0528_10)

Union, E. (1997). *Community involvement in urban regeneration: added value and changing values*.

## SÍTIOS WEB

A CORDA

[www.facebook.com/acorda.aveiro/](http://www.facebook.com/acorda.aveiro/)

<https://bairrohistoricodeaveiro.wordpress.com/>

Blogue O centro da cidade vende?

<http://ocentrodacidadevende.blogs.sapo.pt/>

Community Participation in Planning – CPIP

<http://www.cpip-planningwithcommunities.eu/>

<https://www.facebook.com/CommunityParticipationinPlanning/>

Diário de Aveiro

<http://www.diarioaveiro.pt/>

Festival dos Canais

<http://festivaldoscanais.pt/>

Mestrado em Planeamento Regional e Urbano

<https://mestradopru.wordpress.com/>

The Museum of Modern Art's Online Platform

<http://post.at.moma.org/>

*The New York Times*

<https://www.nytimes.com/>

The Washington Post

<https://www.washingtonpost.com/>

Urban Catalyst Studio

<http://www.urbancatalyst-studio.de/en/news.html>

Vivó Bairro

<http://vivobairro.wixsite.com/aveiro>

<https://www.facebook.com/vivobairro/>

## **ANEXOS**

## Anexo I – Questionário Vivó Bairro

## FICHA DE INQUÉRITO – VIVÓ BAIRRO



Vivó Bairro é um desafio à comunidade para trazer mais vida à zona histórica da cidade de Aveiro, valorizando os recursos locais, percebendo as necessidades e sonhos coletivos da comunidade, tirando partido do potencial científico, tecnológico e artístico existente na cidade e na universidade.

Trata-se de um projeto colaborativo promovido pelo projeto europeu *Community Participation in Planning* - CPIP e pela CORDA (em articulação com a autarquia de Aveiro) que terá como momento alto o fim de semana de 4 e 5 de Junho.

NOME PESSOA	
ORGANIZAÇÃO	
LOCALIZAÇÃO (rua, praça, ...)	
CONTACTOS EMAIL E TLF	
CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO E DA ACTIVIDADE	
RECURSOS DOS LUGARES E DAS PESSOAS  (memória e recordações, saberes e experiências, edifícios e espaços interessantes, pessoas)	

<p><b>SONHOS/DESEJOS COLETIVOS</b></p> <p>(para a rua/espço público e para o bairro)</p>	
<p><b>PROPOSTAS DE AÇÃO</b></p> <p>(que liguem os recursos e os sonhos coletivos)</p>	

## 1. DADOS PESSOAIS

Nome/Organização	
Telefone	
Email	

## 2.DESAFIOS

1.Brincar no bairro		3. Troca de saberes	
2.Memória e Identidade		4. Activação do espaço público	

### 3. ESPAÇOS

Espaços Públicos		Lojas Aderentes -Vivó Bairro	
Edifícios com Funções Públicas <sup>1</sup>		Lojas ou Edifícios Devolutos <sup>2</sup>	

Dependente a autorização das instituições

2 Dependente a autorização do proprietário

## 4. PORTEFÓLIO

<b>LINK:</b> site/blog/portfólio	
----------------------------------	--

## 5.PROPOSTA

<b>MEMÓRIA DESCRITIVA DO PROJECTO</b> <b>Breve descrição da intervenção a realizar</b>



**VIVÓ BAIRRO**  
**WORKSHOP “PENSAR E FAZER COLABORATIVO”**  
**DURAÇÃO: 2h**  
**Facilitadores: José Mota, Catarina, Janaina e Livia**

**\*\*\* Objectivos:**

- 1) Construção colectiva do conceito do Vivó bairro;
- 2) Definição de estratégias de mobilização da comunidade;
- 3) Mapeamento de atividades e definição de estratégias de concretização.

## **1º MOMENTO-CONCEITO**

10 minutos

### **1. APRESENTAÇÃO DO WORKSHOP**

Visão Geral do Vivó bairro;

Explicar o objetivo do workshop;

Apresentar cada grupo temático (resumo do que foi apanhado na primeira fase);

Os responsáveis de cada tema falam um pouco.

### **2. DIVISÃO EM QUATRO GRUPOS TEMÁTICOS**

- Brincar no bairro
- Memória e Identidade
- Troca de saberes
- Activação do espaço público

Cada facilitador fica em um grupo diferente.



---

[10 minutos](#)

### **3. DISCUSSÃO EM GRUPO**

*Qual a sua motivação pessoal para participar no projecto Vivó bairro?*

1. Escrever em post-its sua motivação pessoal;
2. Apresentação e partilhar sua motivação com o grupo;
3. Colar na folha de A4 no meio do grupo.

Colocar uma folha A4 no meio do grupo e pedir que cole os post-its.

[15 minutos](#)

*O que é o Vivó bairro para vocês?*

1. Discutir em grupo (8 minutos);
2. Escrever em post-its palavras ou frases curtas que definem Vivó bairro;
3. Selecionar três frases post-its para apresentação.

Colocar uma folha A4 no meio do grupo e pedir que cole os post-its.

[10 minutos](#)

### **4. DISCUSSÃO COM TODOS**

1. Apresentação de cada grupo do que foi discutido- conceito vivo bairro;
2. Colar post-its no painel colectivo "O que é o Vivó bairro?"

[10 minutos](#)

Discussão geral com base no que foi exposto- Conceito comum de Vivó bairro.

## **2º MOMENTO-PROGRAMA**

[30 minutos](#)

### **1.DISSCUSSÃO EM GRUPO**

1. Disponibilizar o material recolhido referente a cada grupo/desafio (Tabelas com compilação);

2. Escolher 5 atividades mais prováveis de serem concretizadas nos dias 4/5 de junho;
3. Escolher 5 comerciantes que já deram ideias para o projecto (Colar no A4);
4. Escolher 3 instituições públicas e parceiros para colaborar na concretização da ideia (Colar no A4);
5. Definir uma agenda de acção para concretizar cada uma destas atividades nos dias 4 ou 5 de junho (Colar no A4);

\*\*\*Atividade paralela: Cada grupo dirige-se à maquete do mapa para marcar quais as lojas e instituições escolhidos. Cada grupo intervém com uma linha de cor diferente.

Pedir para elegerem um porta-voz para comunicar o andamento dos trabalhos ao grupo todo?

15 minutos

## **2. DISCUSSÃO COM TODOS**

1. Apresentação de cada grupo;
2. Colar "atividades escolhidas e agenda de acção" no painel colectivo.

15 minutos

1. Discussão geral sobre as atividades seleccionadas e agenda de acção;
2. Encontrar ligações possíveis entre as atividades;
3. Visão colectiva de um programa possível.

A partir daqui cada grupo trabalha separadamente?

Encontros gerais (quatro grupos de trabalho)? Onde? Quando?

SIGA-NOS! / FOLLOW US  
facebook.com/vivobairro  
vivobairro.wix.com/aveiro

**VIVO  
BAIRRO**

**AVEIRO '16**

**4 E 5 DE JUNHO / JUNE**

VENHA CELEBRAR  
O **BAIRRO HISTÓRICO!** / COME AND CELEBRATE THE  
**HISTORICAL NEIGHBORHOOD!**

oficinas/ workshops concertos/ live music desafios/ challenges  
actividades/ activities exposições/ exhibitions performances

PRAÇA DA REPÚBLICA - PLATAFORMA FERNANDO TÁVORA  
RUA GUSTAVO F.P. BASTO - RUA DR. NASCIMENTO LEITÃO  
RUA DIREITA - PRAÇA MARQUÊS DE POMBAL  
JARDIM DO MUSEU - RUA 31 DE JANEIRO  
RUA JOSÉ RABUMBA

Organização de:

CORDA

Erasmus+

universidade  
de aveiro

Community  
Participation  
Platform

Apoio institucional de:

AVEIRO  
Câmara Municipal



PELO BAIRRO...	RUA JOSÉ RABUMBA	PRAÇA DA REPÚBLICA	PLATAFORMA FERNANDO TAVORA	RUA DIREITA	JARDIM DO MUSEU	PRAÇA MARQUÊS DE POMBAL	RUA 31 DE JANEIRO	RUA GUSTAVO FERREIRA PINTO BASTO
<b>DIA 4 / DAY 4</b> <b>16h45</b> / Coro Voz Nua – Actuação inicia-se na Praça da República e faz percurso pela R. Direita até à Praça Marquês de Pombal (por Paróquia da Glória) / Voz Nua Choir – Tour from República Square to Marquês de Pombal Square	<b>DIA 4 / DAY 4</b> <b>18h</b> / Grupo de cantares Xailes de Aveiro / Folk group – Xailes <b>19h</b> / Jantar comunitário – Rua das Barcas (por CORDA e Escola Homem Cristo) / Community shared dinner <b>21h30</b> / Animação Nocturna para crianças / Nocturnal animation for children	<b>DIA 4 / DAY 4</b> <b>10h</b> / Rede de trocas (por Aveiro em Transição) / Exchange network <b>11h-14h</b> / Visita Guiada Misericórdia de Aveiro (por Santa Casa da Misericórdia de Aveiro) / Guided Tour <b>10h-15h</b> / Animação (por Escola Homem Cristo) / Entertainment <b>15h</b> / Apresentação da Escola Gimnástica de Aveiro / Performance by Escola Gimnástica de Aveiro <b>16h</b> / Apresentação de Livro Infantil "Joana e o seu nome mágico" de Zita Leal + OMA – Átrio da Escola Homem Cristo / Book presentation – Escola Homem Cristo <b>17h</b> / Aula de Dança/espectáculo – GEMDA / Dance class/performance <b>18h</b> / Grupo de dança da Escola Mário Sacramento / Dance performance <b>22h</b> / Actuação da orquestra ligeira de Vagos / Musical performance	<b>DIA 4 / DAY 4</b> <b>10h-13h</b> / Minibasket – aulas Galitos / Basketball court – classes <b>11h</b> / Show-cooking – em frente à Sonatura (por Aveiro em Transição) / Show-cooking <b>14h-18h</b> / Playground Minibasket – acesso livre aos campos de basket / Free access to basketball court	<b>DIA 4 / DAY 4</b> <b>15h</b> / Oficina de cataventos – (por Aqui à Volta) / Windmill workshop <b>15h-18h</b> / Workshop "Experiências em cerâmica" (por Pássaro de Seda) / Ceramic experiences – workshop <b>16h</b> / Aula de expressão dramática p/ famílias – "Oh vizinha, de-me saia!" – Sala do Despacho da Misericórdia de Aveiro (entrada pelos claustros R. de Coimbra) – por Start Teatro / Dramatic expression class for families – Rua de Coimbra Claustros <b>18h</b> / Apresentação do livro "Escritos revistos" de Vasco Jardim – Aqui à Volta / Book presentation	<b>DIA 4 / DAY 4</b> <b>10h30</b> / Aula de Yoga Dinâmica – instrutora Rosinda Paão / Dynamic Yoga Class <b>11h15</b> / Histórias para pequenos ao sol + atelier imaginação narrativa – (por Pantopeia) / Stories for kids in the sun + narrative imagination workshop <b>14h30-16h30</b> / Vemos à Caça ao urso – actividades p/ crianças (por Grupo Aprender, Brincar, Crescer) / "Let's go bear hunt!" – children's activity / Projectação / Projection: <b>22h</b> / 20º aniversário do Cineclube de Avanca – selecção / 20th anniversary of Cineclube de Avanca – selection <b>22h30</b> / "O Espelho da cidade" de Vasco Branco, projecção e prova de vinhos – Casa Vasco Branco (Rua Príncipe Perfeito nº 14) / "O Espelho da Cidade" directed by Vasco Branco, with wine tasting – Vasco Branco's House (Rua Príncipe Perfeito nº 14)	<b>DIA 4 / DAY 4</b> <b>10h30-12h30</b> / "Salva-te da teia de aranha" (por Grupo Aprender, Brincar, Crescer) / Save yourself from the spiderweb – children's activity <b>10h-18h</b> / "Aqui se produz" – Mostra de pequenos produtores agrícolas da região (por CLDS / Regional Small scale farmer's exhibition) <b>15h</b> / Oficina de varandas floridas (por Aveiro em Transição) / Flowers in the balcony <b>15h-17h</b> / Animação de rua (por Pantopeia) / Street entertainment	<b>DIA 4 / DAY 4</b> <b>18h</b> / Oficinas de Upcycling (promovido por Lara Sardinha) – por donativo / Upcycling workshop – by donation <b>10h30-12h</b> / Jogos de Damas na Rua (por Sociedade de Recreio Artístico) / Games of Checkers on the street <b>15h-22h</b> / Música ao Vivo – Studio XXXI / Live Music – Studio XXXI	<b>DIA 4 / DAY 4</b> <b>18h</b> / Concerto meditativo "Harmonias do Caminho" por Raquel Harmansukh (por Loja Lua Nativa) / Meditative concert by Raquel Harmansukh – Lua Native store
<b>DIA 5 / DAY 5</b> / 1º Passeio da Cicaveiro com destino ao Bairro Histórico	<b>DIA 5 / DAY 5</b> <b>16h</b> / Actuação do Grupo Etnográfico e Cénico das Barrocas / Folk group	<b>DIA 5 / DAY 5</b> <b>15h-17h</b> / Fábrica da Ciência Viva – actividades científicas para crianças / Fábrica da Ciência Viva – scientific activities for children	<b>DIA 5 / DAY 5</b> <b>16h</b> / Concerto do Conservatório de Música de Aveiro Calouste Gulbenkian – Igreja da Misericórdia / Concert – Misericórdia Church	<b>DIA 5 / DAY 5</b> <b>16h</b> / Concerto do Conservatório de Música de Aveiro Calouste Gulbenkian – Igreja da Misericórdia / Concert – Misericórdia Church	<b>DIA 5 / DAY 5</b> <b>11h</b> / Aula de Tai Chi Chuan (por Rodrigo Boland) / Tai Chi Chuan Class <b>11h</b> / "Histórias com Yoga" – (crianças das 3-6 anos) c/ a Prof.ª Helena Burdack (inscrição prévia na Livraria Gigas & Anantes (tel. 234 040 643 ou e-mail: haniagigas@anantes.pt) / Stories with Yoga (children from 3 to 6 (enrolment required) <b>15h</b> / "Histórias de pernas para o ar para famílias que gostem de inventar" (por Start Teatro) / "Up side down stories for families that like to invent" <b>15h30-17h</b> / Mostra de actividades inclusivas e lanche partilhado (por Associação Convivência) / Exhibition of inclusive activities and shared afternoon snack <b>21h30</b> / Casa Museu Vasco Branco Projector NED – R. Príncipe Perfeito nº 14 – Limitado a 40 pessoas (por Núcleo de estudantes de Design AALJAV) / Special session "Projector" by NED	<b>DIA 5 / DAY 5</b> <b>10h30-12h30</b> / História com Fantoches – (por Grupo Aprender, Brincar, Crescer) / Story with Puppets <b>14h30-16h30</b> / "Será que a bola cai?" (por Grupo Aprender, Brincar, Crescer) / "Will the ball fall?"	<b>DIA 5 / DAY 5</b> <b>20h</b> / Jantar (caldo verde, febras, sardinha assada, arroz doce) / Dinner time (traditional food and drink) <b>20h30</b> / "Venham mais 5" – animação no coreto (Paróquia da Glória – Festas de Verão) / Live music	<b>DIA 5 / DAY 5</b> <b>17h</b> / Conversa c/ Paulo Maria Rodrigues – criador Residente da Companhia de Música Teatral –
<b>DIA 4 E 5 / DAY 4 AND 5</b> <b>10h30, 11h30, 14h30, 16h30</b> / Caçó bairro – peddy paper – actividade para famílias (por inscrição) / Neighborhood – treasure hunt – family activity (enrolment required) <b>10h30</b> / Roteiro azulajar – p/ crianças e famílias – caminhada descoberta de cerca de 40min pelas ruas do Bairro Histórico. / Início na Praça da República. (por Serviço Educativo Museu da Cidade de Aveiro) / "Azulejo" – artistic ceramic tile tour – for children and families – walkable discovery about 40min around the streets of the historical neighbourhood. – Starts at Praça da República. <b>15h</b> / Muralhas da Vila – descobrir o percurso das antigas muralhas, 60min. – Início na Praça da República. (por Serviço Educativo Museu da Cidade de Aveiro) / Town Walls – discovering the ancient walls walking tour, 60min. – Starts at Praça da República.	<b>DIA 4 E 5 / DAY 4 AND 5</b> <b>10h30-12h30</b> / Pintura ao vivo de barco moliceiro (por TripasTeZero) / Live painting of moliceiro boat <b>15h-17h</b> / Fábrica da Ciência Viva – actividades científicas para crianças / Fábrica da Ciência Viva – scientific activities for children	<b>DIA 4 E 5 / DAY 4 AND 5</b> <b>10h30-22h30</b> / Exposição de Ana Branco e Rosabengala – Galerias da Misericórdia (por O Risco) / Art exhibition – Misericórdia Galleries <b>18h30</b> / Há Jazz na Rua / Jazz in the Street <b>18h30</b> / Exposição de fotografia do Núcleo de Estudantes de Novas Tecnologias da Comunicação – AALJAV – nas montras da emblemática Loja Lopes & Penafiel / Photographic exhibition – Lopes & Penafiel emblematic store <b>17h</b> / Passagem de Modelos Inclusiva (por Pais em Rede) / Inclusive Fashion Show	<b>DIA 4 E 5 / DAY 4 AND 5</b> <b>10h30-22h30</b> / Exposição de fotografia do Núcleo de Estudantes de Novas Tecnologias da Comunicação – AALJAV – nas montras da emblemática Loja Lopes & Penafiel / Photographic exhibition – Lopes & Penafiel emblematic store <b>17h</b> / Passagem de Modelos Inclusiva (por Pais em Rede) / Inclusive Fashion Show	<b>DIA 4 E 5 / DAY 4 AND 5</b> <b>10h30-22h30</b> / Exposição de fotografia do Núcleo de Estudantes de Novas Tecnologias da Comunicação – AALJAV – nas montras da emblemática Loja Lopes & Penafiel / Photographic exhibition – Lopes & Penafiel emblematic store <b>17h</b> / Passagem de Modelos Inclusiva (por Pais em Rede) / Inclusive Fashion Show	<b>DIA 4 E 5 / DAY 4 AND 5</b> <b>10h30-22h30</b> / Exposição de fotografia do Núcleo de Estudantes de Novas Tecnologias da Comunicação – AALJAV – nas montras da emblemática Loja Lopes & Penafiel / Photographic exhibition – Lopes & Penafiel emblematic store <b>17h</b> / Passagem de Modelos Inclusiva (por Pais em Rede) / Inclusive Fashion Show	<b>DIA 4 E 5 / DAY 4 AND 5</b> <b>10h30-12h30</b> / Espaço lúdico: / Recreational area: <b>10h30-13h 15h-19h</b> / Jogos tradicionais (Museu do Brincar) / Traditional playground games <b>10h-18h</b> / Actividades lúdicas p/ pais e filhos (por Associação Convivência) / Recreational activities for kids and parents	<b>DIA 4 E 5 / DAY 4 AND 5</b> <b>10h30-12h30</b> / Espaço lúdico: / Recreational area: <b>10h30-13h 15h-19h</b> / Jogos tradicionais (Museu do Brincar) / Traditional playground games <b>10h-18h</b> / Actividades lúdicas p/ pais e filhos (por Associação Convivência) / Recreational activities for kids and parents	<b>DIA 4 E 5 / DAY 4 AND 5</b> <b>10h30-12h30</b> / Espaço lúdico: / Recreational area: <b>10h30-13h 15h-19h</b> / Jogos tradicionais (Museu do Brincar) / Traditional playground games <b>10h-18h</b> / Actividades lúdicas p/ pais e filhos (por Associação Convivência) / Recreational activities for kids and parents

## BAIRRO À LETRA!



### Objectivos:

Transformar as inestéticas caixas de electricidade do Bairro em obras de arte pública (dando continuidade ao trabalho iniciado no primeiro evento Vivó Bairro). A intenção do Bairro à Letra! é a criação de um alfabeto ilustrado que se assumirá como uma nova linguagem visual/gráfica para o Bairro.

Depois de concluído, este alfabeto oferecerá uma nova narrativa, convidando os visitantes a percorrer todo o bairro, podendo assim descobrir o que de melhor este tem para oferecer. Funcionará como um roteiro alternativo que inspirará os transeuntes a conhecer o bairro no seu todo.

### Quem somos:

Somos um colectivo, neste caso uma parceria entre os Aveiro Sketchers e o projecto Vivó Bairro.

Os [ASK](#) - Aveiro Sketchers são um grupo de artistas, designers, professores, engenheiros, estudantes, autodidatas, curiosos que, muito simplesmente, gostam de desenhar. E preferem fazê-lo em conjunto, partilhando experiências, conversando sobre autores, técnicas e materiais, visitando vários pontos de interesse da região e do país e, sobretudo, dando a conhecer o mundo através da ponta do lápis.

O Vivó Bairro é um projecto colaborativo construído por residentes, comerciantes e instituições de Aveiro, com o objectivo de promover o Bairro Histórico como um laboratório de ideias através da valorização do comércio local, o potencial científico, tecnológico e artístico da cidade. É coordenado pela associação [A CORDA](#) e pelo [CPIP - Universidade de Aveiro](#).



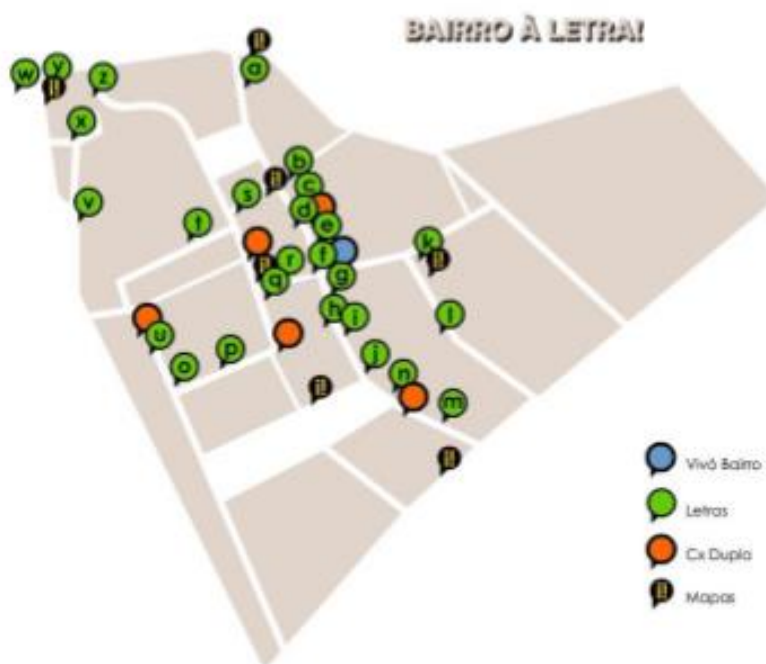
### Calendarização:

A pintura das 26 letras do alfabeto será uma maratona a ter início nos dias **17 e 18 de Setembro** de 2016, com continuidade a **24 e 25 de Setembro** e que se irá repetindo até que todo o projecto esteja concluído.

Até ao final do mês de Setembro será elaborado um mapa do Bairro Histórico que irá revestir caixas de electricidade em pontos estratégicos, onde serão assinaladas as caixas com o alfabeto para que o percurso seja facilmente feito por quem quiser admirar estas obras de arte pública.

### Espaços:

No Bairro Histórico de Aveiro, de acordo com o mapa abaixo.



### Descrição:

Vão ser intervencionadas um total de **26 caixas**, para além das três caixas da Rua Nascimento Leitão, que foram embelezadas no dia 4 de Junho, durante o primeiro evento Vivó Bairro.

Cada uma das 26 letras do alfabeto será "adoptada" por um artista que a irá interpretar de acordo com um esboço submetido aos Aveiro Sketchers. Todas terão um elemento de ligação gráfico que é a bandeirola do Vivó Bairro.

Serão colocados um mínimo de **6 mapas** em locais estratégicos e, para além disso, serão ainda alvo de um trabalho colaborativo **5 caixas duplas**, à imagem das três caixas já referidas, o que permitirá dar coesão ao conjunto de arte pública.

Este projecto precisa de apoios para pagar os materiais, a criatividade e execução serão oferecidos pelos artistas. Esta mais valia para o Bairro Histórico e para a cidade (depende de todos) pode ser apoiada por SI:

#### **Despesas:**

As despesas a ter resumem-se ao material a utilizar pelos artistas para as pinturas e à posterior impressão dos mapas, nomeadamente:

- Tintas (primário + cores).....€480
- Pincéis, trinchas, rolos, esponjas.....€260
- Marcadores.....€80
- Impressão em vinyl (mapas).....€250

Total: €1070

#### **Modalidades de Apoio:**

**APOIE COM: ATÉ 50€**

**E OBTENHA:** Logotipo de patrocinador nos meios electrónicos, Facebook e Página Internet.

**APOIE COM: 50€ ou mais**

**E OBTENHA:** Logotipo colocado na lateral das caixas com o mapa (nas 7 caixas conforme mapa acima) + logotipo de patrocinador nos meios electrónicos, Facebook e Página Internet.

**APOIE COM: 100€ ou mais**

**E OBTENHA:** Uma lateral\* de caixa personalizada + logotipo colocado na lateral das caixas com o mapa (nas 7 caixas conforme mapa acima) + logotipo de patrocinador nos meios electrónicos, Facebook e Página Internet.

\* Área de 20x20 cm numa das 26 caixas, com *design* à sua escolha (a ser combinado com o artista em questão).

**APOIE COM: 250€ ou mais**

**E OBTENHA:** Uma face\*\* numa caixa dupla personalizada + uma lateral de caixa personalizada + logotipo colocado na lateral das caixas com o mapa (nas 7 caixas conforme mapa acima) + logotipo de patrocinador nos meios electrónicos, Facebook e Página Internet.

\*\* Área de 60x60 cm numa caixa dupla (colaborativa), com *design* à sua escolha (a ser combinado com os artistas em questão).

Pode fazer a transferência do seu apoio para o IBAN da CORDA (Associação sem fins lucrativos) que emitirá a respectiva factura: PT50 0010 0000 5219 1970 0018 6



Juntos vamos dar mais cor ao nosso  
bairro!

Muito obrigado pelo vosso apoio!